

## ORGANIZADORES

Isabela de Melo Rodrigues

Ivana Leila Carvalho Fernandes

Julianne Lages de Carvalho Castro

Patrícia Ponsiano Ricardo

Vanessa Vasconcelos Lima

# PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS

**VOLUME 3**

  
EDITORA  
MACIÇO®

COLEÇÃO  
PESQUISAS  
CONTEMPORÂNEAS  
VOLUME 03



# PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS

**VOLUME 3**





Todos os direitos desta edição  
reservados para: Editora Maciço.

Copyright © dos autores. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Editor-chefe:**

Me. Edilson Silva Castro

**Editora-Chefe Adjunta:**

Ma. Julyanne Lages de Carvalho Castro

**Editor Executivo:**

Me. Allysson Barbosa Fernandes

**Projeto Gráfico:**

Welington Silva

**Revisão de texto:**

Os Autores



**Conselho Editorial**

|                                                 |                                         |
|-------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Dr. Christian Moreira de Souza                  | Dr. Marcio de Carvalho Leal             |
| Dr. Daniel de Jesus Pereira                     | Dr. Marcizo Veimar Cordeiro Viana Filho |
| Dr. Daniel González González                    | Dr. Marcos Antônio da Silva             |
| Dr. Domingos Sávio Farias de Albuquerque Júnior | Dr. Marcos Vinicius de Freitas Reis     |
| Dr. Edilmar Cardoso Ribeiro                     | Dr. Tiago Seixas Themudo                |
| Dr. Everaldo dos Santos Mendes                  | Dr. Tomás Jesús Campoy Aranda           |
| Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda               | Dr. Wagner Lima Amaral                  |
| Dr. Fernando Gentil de Souza                    | Dra. Alanna Oliveira Pereira Carvalho   |
| Dr. Francisco Mirtiel Frankson Moura Castro     | Dra. Bruna Germana Nunes Mota           |
| Dr. Iago França Lopes                           | Dra. Clélia Peretti                     |
| Dr. Joaquim Pedro Ribeiro Vasconcelos           | Dra. Hilda Teixeira Souto Santana       |
| Dr. José Cláudio Alves de Oliveira              | Dra. Ivana Leila Carvalho Fernandes     |
| Dr. José Felipe Oliveira da Silva               | Dra. Juliana Zantut Nutti               |
| Dr. José Régis de Paiva                         | Dra. Lígia Maria Carvalho Sousa         |
| Dr. Manoel Bernardino de Santana Filho          | Dra. Romilda Rodrigues do Nascimento    |

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Pesquisas contemporâneas [livro eletrônico]: volume 3 / organizadores Isabela de Melo Rodrigues ... [et al.].-- 1. ed.-- Baturité, CE : Grupo Educacional Korban, 2026.

Vários autores.

Outros organizadores: Ivana Leila Carvalho Fernandes, Julyanne Lages de Carvalho Castro, Patrícia Ponsiano Ricardo, Vanessa Vasconcelos Lima

**Bibliografia**

ISBN 978-65-83825-06-3

1. Divulgação científica 2. Educação e ciência 3. Metodologia de pesquisa científica 4. Multidisciplinaridade 5. Pesquisa científica

I. Rodrigues, Isabela de Melo. II. Fernandes, Ivana Leila Carvalho. III. Castro, Julyanne Lages de Carvalho. IV. Ricardo, Patrícia Ponsiano. V. Lima, Vanessa Vasconcelos.

26-337527.0

CDD-001.42

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Pesquisa científica 001.42  
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964



## ORGANIZADORES



Isabela de Melo Rodrigues  
<http://lattes.cnpq.br/8092708452825086>

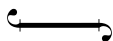
Ivana Leila Carvalho Fernandes  
<http://lattes.cnpq.br/5962765710501921>

Julyanne Lages de Carvalho Castro  
<http://lattes.cnpq.br/4694150672600808>

Patrícia Ponsiano Ricardo  
<http://lattes.cnpq.br/8518460383750907>

Vanessa Vasconcelos Lima  
<http://lattes.cnpq.br/8597647170138248>

## APRESENTAÇÃO



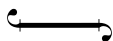
O terceiro volume da Coleção de Pesquisas Contemporâneas reafirma o compromisso desta obra com a pluralidade do conhecimento, o rigor científico e a relevância social da produção acadêmica. Reunindo estudos oriundos de diferentes áreas, este volume evidencia como a pesquisa contemporânea se constrói a partir do diálogo entre múltiplos campos do saber, articulando teoria e prática, reflexão crítica e intervenção na realidade.

As produções aqui reunidas expressam inquietações próprias do tempo presente e abordam fenômenos complexos que atravessam a educação, o trabalho, a gestão, a cultura, a tecnologia e a sustentabilidade. Ao transitar por distintas perspectivas teóricas e metodológicas, os textos demonstram que compreender a contemporaneidade exige abordagens interdisciplinares, sensíveis às dimensões sociais, éticas, políticas e econômicas que estruturam a vida em sociedade.

Este volume convida o leitor a reconhecer a pesquisa como um processo formativo e transformador, que ultrapassa a simples produção de resultados e se afirma como prática de responsabilidade intelectual. Os estudos apresentados propõem análises críticas, problematizações e reflexões que contribuem para a construção de novos olhares sobre os desafios atuais.

A Coleção de Pesquisas Contemporâneas, em seu terceiro volume, consolida-se como um espaço de valorização da diversidade acadêmica e de fortalecimento do conhecimento científico enquanto bem coletivo. Ao dar visibilidade a pesquisas desenvolvidas em diferentes contextos formativos, a obra reafirma a importância da ciência como instrumento de compreensão, diálogo e transformação social.

# SUMÁRIO



Pág. 08 / Cap. 01

**A importância da Literatura  
Afrocentrada e Representatividade  
das Mulheres na Literatura  
Brasileira**

Pág. 26 / Cap. 02

**A importância da Contabilidade  
de Custos para os Pequenos  
Produtores Rurais de Baturité**

Pág. 47 / Cap. 03

**Assédio Institucional e Relações de  
Identidade de Gênero: Um Estudo  
das Dinâmicas no Ambiente de  
Trabalho Intelectual**

Pág. 65 / Cap. 04

**A Contabilidade e o Mercado de  
Trabalho: O Perfil do Profissional  
Contábil na Atualidade**

Pág. 92 / Cap. 05

**A Luta do Povo Negro na  
Construção de Direitos Trabalhistas**

Pág. 108 / Cap. 6

**O Uso do Ciclo PDCA na  
Qualificação da Gestão Educacional**

Pág. 116 / Cap. 07

**Recursos Multimídia como  
Estratégia de Apoio na Educação  
Inclusiva**

Pág. 127 / Cap. 08

**Fundamentos do Design  
Instrucional: Tecnologias e Ética  
na Criação de Experiências de  
Aprendizagem Significativas**

Pág. 138 / Cap. 09

**Ambientes de Aprendizagem  
para E-learning**

Pág. 149 / Cap. 10

**As Mídias Digitais e a Inclusão de  
Estudantes com Deficiência na  
Educação**

Pág. 164 / Cap. 11

**A Inteligência Artificial (IA) no  
Ensino a Distância**

Pág. 175 / Cap. 12

**Práticas de ESG Aplicadas à  
Produção de Café**

CAPÍTULO 1



**A IMPORTÂNCIA DA  
LITERATURA AFROCENTRADA  
E REPRESENTATIVIDADE DAS  
MULHERES NA LITERATURA  
BRASILEIRA**

**Júlio César Belo Gervásio**  
Mestre em Educação  
Universidad Europea del Atlántico  
(UNEATLANTICO)



## RESUMO



Este trabalho explora a relevância da literatura afrocentrada, destacando as contribuições de escritoras negras como Conceição Evaristo, Maria Carolina de Jesus, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. A pesquisa se concentra em como essas autoras utilizam suas obras como instrumentos de resistência, empoderamento e transformação social, desafiando estereótipos e combatendo a marginalização da mulher negra. A metodologia adotada foi uma pesquisa bibliográfica, realizada em bases de dados acadêmicas como SciELO e Google Acadêmico, abrangendo artigos publicados nos últimos cinco anos, além de obras clássicas das autoras citadas. Os resultados apontam que a literatura afrocentrada transcende a simples denúncia das desigualdades raciais e de gênero, criando um espaço de visibilidade para histórias, identidades e memórias que foram historicamente silenciadas. Além disso, a análise qualitativa revelou como essas narrativas promovem a representatividade, resgatam a ancestralidade africana e oferecem novas perspectivas para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Conclui-se que a literatura afrocentrada desempenha um papel importante na desconstrução do racismo estrutural e no fortalecimento das mulheres negras como protagonistas de suas histórias, sendo uma ferramenta indispensável para a educação e o combate às opressões.

*Palavras-chave: Literatura Afrocentrada. Representatividade. Escritoras Negras.*

## ABSTRACT



This study explores the significance of Afrocentric literature, highlighting the contributions of Black women writers such as Conceição Evaristo, Maria Carolina de Jesus, Lélia Gonzalez, and Sueli Carneiro. It focuses on how these authors use their works as tools for resistance, empowerment, and social transformation, challenging stereotypes and combating the marginalization of Black women. The methodology adopted was a bibliographic research conducted on academic databases such as SciELO and Google Scholar, covering articles published in the last five years, along with classic works by the mentioned authors. The results indicate that Afrocentric literature goes beyond merely denouncing racial and gender inequalities, creating a space of visibility for historically silenced stories, identities, and memories. Moreover, the qualitative analysis revealed how these narratives promote representation, recover African ancestry, and offer new perspectives for building a more inclusive society. In conclusion, Afrocentric literature plays a critical role in deconstructing structural racism and strengthening Black women as protagonists of their stories, serving as an indispensable tool for education and the fight against oppression.

*Keywords: Afrocentric Literature, Representation, Black Women Writers.*

# INTRODUÇÃO



# 1

A literatura afrocentrada deve ter um papel de destaque na construção de uma educação e uma sociedade mais inclusivas, sendo uma poderosa ferramenta para a valorização das identidades negras e a promoção de reflexões críticas sobre as estruturas sociais. Segundo Batista (2024), a adoção de uma educação literária afrocentrada nos anos iniciais do ensino fundamental não apenas amplia o repertório cultural dos estudantes, mas também contribui para a construção de um letramento racial crítico, promovendo representatividade desde as primeiras etapas da formação escolar. No contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades raciais, a literatura afrocentrada surge como um espaço de resistência e reafirmação da ancestralidade africana.

Além disso, a representatividade das mulheres negras na literatura brasileira tem ganhado destaque nas últimas décadas, impulsionando um movimento que busca dar voz a histórias e experiências historicamente silenciadas. Rosa (2022) ressalta que a literatura afrocentrada, especialmente no âmbito infantil, tem o potencial de criar pontes entre o letramento racial e o desenvolvimento da autoestima das crianças negras, ao mesmo tempo em que combate os estereótipos negativos. Essa produção literária, conforme observado por Lima et al. (2022), também enriquece as práticas pedagógicas ao oferecer novas perspectivas e narrativas para o ambiente escolar, promovendo uma reflexão crítica sobre questões como racismo, empoderamento e identidade.

Por outro lado, Quadros (2023) destaca a importância da literatura afrocentrada de autoria de mulheres negras gaúchas, enfatizando que essas produções não apenas resgatam histórias e memórias, mas também criam novas possibilidades de pensar a literatura brasileira a partir de um olhar que valoriza a diversidade cultural e a resistência histórica das mulheres negras. Nesse senti-

do, a literatura afrocentrada não se limita a narrar experiências: ela desafia as estruturas de poder que historicamente marginalizaram essas vozes, reivindicando um espaço de protagonismo na literatura nacional.

A literatura afrocentrada, desenvolvida a partir das perspectivas e experiências das comunidades negras, desempenha um papel essencial na representação de histórias e vozes frequentemente silenciadas pela história oficial. No Brasil, a literatura negra emerge como um elemento central na construção de uma identidade própria, especialmente para as mulheres negras, cujas narrativas foram sistematicamente marginalizadas pelas dinâmicas sociais e culturais dominantes. Assim, a literatura negra brasileira transcende a noção de uma produção “marginal” ou “subalterna” para se consolidar como um espaço de resistência, afirmação e reinterpretção das identidades negras.

A partir de uma perspectiva afrodiaspórica, essa literatura vai além de resgatar e afirmar a memória das culturas africanas e afro-brasileiras. Ela também constrói novos espaços de representatividade, visibilidade e reflexão, celebrando a ancestralidade e a diversidade cultural que os afrodescendentes trouxeram ao Brasil. Concebida como uma ferramenta poderosa de transformação, a literatura negra evidencia as realidades sociais, culturais e históricas vivenciadas pela população afro-brasileira, confrontando estereótipos e promovendo diálogos em torno da luta por igualdade e justiça social.

Este trabalho tem como objetivo explorar a relevância da literatura afrocentrada, com foco nas contribuições de escritoras negras. São objetivos específicos: analisar o impacto histórico da escravidão e do racismo estrutural na formação da sociedade brasileira, destacando a contribuição da cultura negra para a construção da identidade nacional e o papel da mulher negra como símbolo de resistência e representatividade; examinar como a obra de Conceição Evaristo constrói narrativas em que a mulher negra ocupa a posição de protagonista, desafiando estereótipos e reafirmando o papel dessas mulheres na luta por igualdade e justiça social; Inves-

tigar a relevância da escrita de Maria Carolina de Jesus como forma de resistência, evidenciando como suas obras revelam as desigualdades sociais e raciais enfrentadas pelas mulheres negras no Brasil; compreender as contribuições teóricas de Lélia Gonzalez para a reflexão sobre as intersecções entre racismo e sexismo, analisando suas ideias sobre o lugar da mulher negra na sociedade brasileira e na luta contra a opressão e avaliar as contribuições de Sueli Carneiro para o empoderamento das mulheres negras, destacando seu papel na defesa dos direitos humanos, da igualdade racial e de gênero, e na promoção da representatividade das mulheres negras na esfera pública.

Ao analisar as produções dessas autoras, busca-se compreender como suas obras têm se constituído como instrumentos de resistência, empoderamento e transformação social. Além disso, a pesquisa pretende demonstrar como essas narrativas desafiam os estereótipos historicamente impostos às mulheres negras, reivindicando seu protagonismo nas diversas esferas da sociedade.

Partindo dessa perspectiva, a hipótese central é que a literatura afrocentrada, ao resgatar histórias, valores e memórias da diáspora africana, assume um papel político e social de grande importância. Ela não apenas ressignifica identidades e práticas culturais, mas também provoca mudanças significativas nas formas como as mulheres negras são vistas e representadas na sociedade brasileira. O trabalho se justifica pela necessidade de dar visibilidade às vozes dessas autoras e de ampliar o debate em torno da representatividade negra na literatura.

Para alcançar seus objetivos, esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma pesquisa bibliográfica, utilizando obras das autoras mencionadas e estudos críticos sobre literatura afrocentrada. Essa abordagem permitirá evidenciar a potência transformadora da produção literária negra e seu papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando a análise bibliográfica como principal método para explorar o tema da literatura afrocentrada e a representatividade das mulheres ne-

gras na literatura brasileira. Foram consultados artigos publicados nos últimos cinco anos, disponíveis em bases de dados como o Google Acadêmico e o Sistema de Informação Científica Eletrônica Online (SciELO), garantindo a atualidade e relevância das fontes utilizadas. Além dos artigos acadêmicos, a pesquisa incorporou a análise de obras literárias e teóricas fundamentais para o tema, incluindo: *Racismo e Mulheres Negras no Brasil*, de Sueli Carneiro (2000), que aborda as interseções entre racismo e questões de gênero na sociedade brasileira; *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo (2003), um romance que narra experiências de opressão e resistência vividas por mulheres negras; *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*, de Lélia Gonzalez (1985), que reflete sobre as influências estruturais do racismo e sexismo na cultura do país e *Quarto de Despejo*, de Maria Carolina de Jesus (1960), uma obra autobiográfica que revela as condições de vida de mulheres negras em contextos de vulnerabilidade social.

A análise qualitativa permitiu identificar padrões, temas e perspectivas presentes nas produções literárias e acadêmicas, relacionando-os às contribuições da literatura afrocentrada para a representatividade e empoderamento das mulheres negras. A escolha por obras clássicas e contemporâneas possibilitou uma visão abrangente das transformações e permanências na forma como a literatura negra brasileira aborda questões de identidade, resistência e protagonismo. Essa metodologia buscou não apenas garantir a diversidade de fontes, mas também aprofundar a compreensão sobre como a literatura afrocentrada tem desafiado narrativas dominantes, promovendo novas formas de olhar para a história, a cultura e a sociedade.

# LITERATURA AFROCENTRADA

# 2



Nesse capítulo serão apresentadas uma análise sobre o impacto histórico da escravidão e do racismo estrutural na formação da sociedade brasileira, destacando a contribuição da cultura negra para a construção da identidade nacional e o papel da mulher negra como símbolo de resistência e representatividade. Será examinado como a obra de Conceição Evaristo constrói narrativas em que a mulher negra ocupa a posição de protagonista, desafiando estereótipos e reafirmando o papel dessas mulheres na luta por igualdade e justiça social; também será analisada a relevância da escrita de Maria Carolina de Jesus como forma de resistência, evidenciando como suas obras revelam as desigualdades sociais e raciais enfrentadas pelas mulheres negras no Brasil.

Serão analisadas as contribuições teóricas de Lélia Gonzalez para a reflexão sobre as intersecções entre racismo e sexismo, analisando suas ideias sobre o lugar da mulher negra na sociedade brasileira e na luta contra a opressão. E, por fim, serão observadas as contribuições de Sueli Carneiro para o empoderamento das mulheres negras, destacando seu papel na defesa dos direitos humanos, da igualdade racial e de gênero, e na promoção da representatividade das mulheres negras na esfera pública.

## 2.1 A cultura negra, a escravidão, racismo e a representatividade da mulher

A história do Brasil é marcada pela profunda influência da cultura negra, originada do processo de escravização de milhões de africanos que foram forçados a deixar suas terras e culturas para serem explorados no território brasileiro. Essa experiência histórica não apenas moldou a sociedade brasileira, mas também perpetuou estruturas de racismo e desigualdade que impactam, especialmen-

te, mulheres negras. Essas mulheres têm enfrentado ao longo do tempo múltiplas opressões, como as de gênero, raça e classe, mas também têm ocupado um papel central na resistência e na reinterpretação cultural (Batista, 2024).

Segundo Batista (2024), a valorização da cultura negra nas primeiras etapas da educação é essencial para a desconstrução de estereótipos raciais e para a promoção de uma educação equitativa. A autora discute a importância de narrativas afrocentradas, como *O Pequeno Príncipe Preto*, para apresentar às crianças uma visão positiva e fortalecedora das culturas africanas e afro-brasileiras. Essa abordagem, ao conectar os jovens leitores às suas raízes culturais, também desafia as narrativas coloniais que historicamente invisibilizaram essas contribuições.

O racismo, conforme aponta Rosa (2022), não se limita a práticas explícitas de discriminação, mas se manifesta de forma estrutural, por meio da exclusão sistemática de personagens negras em papéis positivos na literatura e na cultura. A autora defende que a literatura infantil afrocentrada não apenas combate o racismo, mas também promove um letramento racial que empodera as crianças negras e oferece um espelho de identificação. Para Rosa, essa literatura também desempenha um papel significativo na formação de uma sociedade mais justa ao educar crianças não negras para o respeito e a valorização da diversidade.

Por outro lado, Quadros (2023) destaca a relevância de ferramentas afrocentradas na produção literária de mulheres negras, especialmente no contexto gaúcho. Essas produções literárias, segundo o autor, não são apenas um espaço de denúncia das opressões vividas, mas também de celebração da identidade, da ancestralidade e da resistência. A representação da mulher negra como protagonista em sua própria história desafia a narrativa tradicional, que frequentemente a coloca à margem ou a retrata de maneira estereotipada.

Lima et al. (2022) ampliam essa discussão ao analisar como a literatura afrocentrada pode ser usada em sala de aula como uma ferramenta de conscientização e transformação social. Os autores

ênfatisam que as histórias de resistência cultural e superação do racismo não apenas oferecem uma perspectiva histórica crítica, mas também reforçam o papel das mulheres negras como agentes centrais na construção de uma sociedade mais igualitária.

A escravidão deixou marcas profundas na sociedade brasileira, e o racismo estrutural que dela deriva continua a moldar as oportunidades e os desafios enfrentados pelas mulheres negras. No entanto, como mostram os autores citados, a cultura negra e a literatura afrocentrada têm sido instrumentos poderosos na luta por representatividade e justiça social. Ao reivindicarem seu lugar como narradoras de suas próprias histórias, as mulheres negras não apenas reafirmam sua identidade, mas também desafiam as estruturas de poder que historicamente as marginalizaram.

Assim, a promoção de uma cultura literária afrocentrada se revela como um caminho indispensável para a construção de um Brasil mais inclusivo, onde a riqueza das culturas negras seja reconhecida e celebrada, e onde mulheres negras sejam vistas como protagonistas de suas histórias, suas lutas e suas conquistas.

Mais do que narrativas sobre a escravidão e o racismo, a literatura negra também tem sido um meio de resgatar e valorizar a riqueza cultural e espiritual das comunidades afro-brasileiras. Conceição Evaristo, por exemplo, em obras como *Ponciá Vicêncio* (2003), traça retratos de mulheres negras que vivem à margem da sociedade, mas que, ao mesmo tempo, são personagens centrais na formação da identidade brasileira. A autora recorre a elementos da tradição oral, aos saberes das comunidades negras, e coloca em cena figuras que, por vezes, são invisíveis nas representações históricas e culturais mais dominantes (Evaristo, 2003). Evaristo (2003) revela, com delicadeza e força, as complexidades da vida da mulher negra, da luta por um espaço no mundo, e da revalorização das ancestralidades africanas como um ponto de resistência contra a opressão.

Carolina Maria de Jesus, por sua vez, no seu famoso livro *Quarto de Despejo* (1960), escreveu de forma visceral sobre a pobreza, o abandono e a violência sofridos pelas mulheres negras nas

periferias urbanas. Sua literatura é uma janela para as condições de vida da classe trabalhadora negra no Brasil, mas também é uma manifestação do desejo de afirmação e de visibilidade. O relato de Carolina, que passa pela denúncia social, também busca afirmar a humanidade de sua protagonista, um ser sujeito e com voz, apesar de ser rotulada pela sociedade como “marginal” e “invisível”. A literatura de Carolina, assim como a de Evaristo (2003), não busca apenas mostrar a miséria, mas também as formas de resistência e as estratégias de sobrevivência dos personagens.

Lélia Gonzalez, em sua obra *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1985), busca desmistificar os papéis sociais pré-determinados pela sociedade brasileira para a mulher negra. Para Lélia, a mulher negra não deve ser vista apenas como um “símbolo de resistência”, mas como uma personagem complexa, que reivindica sua identidade dentro de um sistema de opressão que lhe nega direitos fundamentais. Ela se insere no debate sobre a interseccionalidade, onde a experiência da mulher negra é marcada não apenas pelo racismo, mas também pelo sexismo, pelo classismo e pela luta contra uma cultura patriarcal e machista. Sueli Carneiro, outra autora de grande importância no movimento negro brasileiro, também se dedica a descrever e a debater as questões de gênero e raça no Brasil.

## **2.2 Conceição Evaristo: A Mulher Negra Como Protagonista da Resistência**

Conceição Evaristo é uma das escritoras mais notáveis da literatura negra contemporânea, reconhecida por sua profunda capacidade de dar voz a personagens femininas negras que lutam contra as opressões estruturais da sociedade brasileira. Com obras como *Ponciá Vicêncio* (2003) Evaristo (2003) constrói narrativas que colocam as mulheres negras no centro da história, revelando suas trajetórias de resistência, dor e superação. A autora não apenas descreve a luta contra o racismo e a violência, mas também celebra a força da mulher negra, sua ancestralidade e sua resiliência.

Em Ponciá Vicêncio, Evaristo (2003) constrói um relato que vai além da mera denúncia social; a obra é um verdadeiro tratado sobre a identidade negra e o pertencimento, trazendo à tona a complexidade de uma mulher que, embora marcada pela discriminação, encontra nas suas próprias experiências e relações o poder de se reinventar. A autora resgata a importância da memória e da ancestralidade como elementos que sustentam a força das mulheres negras, não apenas como vítimas de uma história de opressão, mas como agentes ativos da sua própria transformação e resistência. Além disso, Evaristo (2003) também questiona as narrativas tradicionais da literatura brasileira, que muitas vezes marginalizam a figura da mulher negra, apresentando-a de forma estereotipada e subalterna. Ao colocar a mulher negra no centro de suas narrativas, ela nos oferece uma visão mais completa e plural da sociedade brasileira, ao mesmo tempo que desafia a invisibilidade histórica e literária a que essas mulheres foram relegadas.

### **2.3 Maria Carolina de Jesus: A Escrita Como Resistência**

Maria Carolina de Jesus, com sua obra *Quarto de Despejo* (1960), tornou-se uma das figuras mais emblemáticas da literatura negra no Brasil. Sua escrita, muitas vezes comparada a um diário, se apresenta como um grito de resistência, um testemunho da realidade brutal das mulheres negras nas periferias urbanas. Carolina, uma mulher pobre e negra, que vivia em uma favela de São Paulo, conseguiu dar visibilidade a uma parcela da população até então silenciada e marginalizada, mostrando a crua realidade da fome, da pobreza e da violência, mas também da luta pela dignidade e pela sobrevivência.

A obra de Jesus (1960) não é apenas um relato de miséria, mas também um poderoso ato de afirmação e resistência. Ao escrever sobre sua própria vida e sobre as experiências de outras mulheres negras em sua comunidade, ela se coloca como sujeito da narrativa, quebrando a hierarquia tradicional da literatura

que, geralmente, silenciava a voz das pessoas como ela. Seu texto, que revela com honestidade e crueza os desafios enfrentados pelas mulheres nas favelas, denuncia as condições desumanas nas quais muitas eram forçadas a viver, ao mesmo tempo em que registra o cotidiano de suas lutas, pequenos triunfos e momentos de esperança. A escrita de Jesus (1960), por sua sinceridade e por sua coragem, também coloca em discussão o papel da literatura como espaço de resistência e empoderamento. Ela foi uma das primeiras autoras negras a atingir grande visibilidade no Brasil, tornando-se um símbolo de resistência literária e social. Sua obra, que foge das convenções formais e acadêmicas da literatura da época, representa uma literatura feita por quem vive à margem da sociedade, mas que, ainda assim, possui uma visão crítica e incisiva do seu contexto social.

## **2.4 Lélia Gonzalez: A Reflexão Sobre a Mulher Negra na Sociedade Brasileira**

Lélia Gonzalez, além de ser uma das principais intelectuais negras do Brasil, foi também uma militante incansável das questões raciais e de gênero. Sua obra *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1985) apresenta uma análise crítica das intersecções entre racismo, sexismo e opressão social, refletindo sobre como esses elementos afetam a mulher negra de maneira singular. Lélia foi uma das pioneiras ao identificar a violência simbólica que as mulheres negras sofrem na sociedade brasileira, onde seus corpos e suas identidades são constantemente desvalorizados e estigmatizados.

Para Gonzalez (1985), a mulher negra no Brasil não é apenas vítima do racismo, mas também do sexismo, o que cria uma situação de opressão. Ela propôs um novo olhar para a mulher negra, um olhar que não a colocasse apenas como submissa ou marginalizada, mas como protagonista de sua própria história, capaz de questionar as estruturas de poder que a oprimem. Gonzalez (1985) também foi uma das responsáveis por problematizar o conceito de “mulata” como um estereótipo que invisibiliza as mulheres ne-

gras, tratando-as como objetos de desejo, mas nunca como sujeitos com poder de decisão sobre suas próprias vidas. Sua teoria sobre a “mulher negra como resistência” foi essencial para a criação de uma nova perspectiva sobre a identidade e o papel da mulher negra na sociedade brasileira. Gonzalez (1985) contribuiu não só para o movimento negro, mas também para o movimento feminista, sendo uma das grandes defensoras da ideia de um feminismo negro que não apenas denunciasses a opressão das mulheres, mas que também promovesse a sua autonomia e empoderamento real.

## **2.5 Sueli Carneiro e o Empoderamento das Mulheres Negra**

Sueli Carneiro é outra figura central na luta pelos direitos das mulheres negras no Brasil. Filósofa e ativista, Carneiro é uma das fundadoras do Geledés - Instituto da Mulher Negra, uma organização que, desde a sua criação, se dedica a promover a igualdade racial e de gênero no país. Sua obra, em particular seus textos sobre racismo estrutural e as implicações para as mulheres negras, tem sido fundamental para a compreensão das relações entre a opressão racial e de gênero no Brasil. Em sua análise, Sueli Carneiro argumenta que o racismo no Brasil não é apenas um preconceito individual, mas um sistema profundamente enraizado nas estruturas sociais, políticas e econômicas. A partir disso, ela propõe que a luta das mulheres negras deve ser entendida dentro do contexto mais amplo de uma luta contra o racismo estrutural, que afeta todas as esferas da vida das mulheres negras, desde a educação até o mercado de trabalho, passando pela política e pelas representações culturais. Carneiro também aponta para a necessidade de um empoderamento real das mulheres negras, que passe pela reafirmação de sua identidade, pela luta contra os estereótipos e pela conquista de espaços de poder e decisão (Carneiro, 2000).

A contribuição de Sueli Carneiro para o feminismo negro no Brasil é imensurável. Ao lado de outras militantes, ela ajudou a consolidar a ideia de que o feminismo negro não é apenas uma

adaptação do feminismo “tradicional”, mas uma corrente que deve se construir a partir da experiência histórica e social das mulheres negras, reconhecendo as especificidades de sua opressão e suas formas de resistência. Carneiro também destaca a importância da educação e da solidariedade entre as mulheres negras como ferramentas essenciais para o empoderamento e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Carneiro, 2000).

## CONCLUSÃO

# 3



A literatura afrocentrada e a representatividade da mulher negra na literatura têm desempenhado um papel vital na luta contra o racismo e na afirmação de identidades culturais. Através das obras de escritoras como Conceição Evaristo, Maria Carolina de Jesus, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, vemos que a literatura pode ser uma poderosa ferramenta de resistência, empoderamento e transformação social. A literatura negra brasileira, então, tem, ao longo da história, sido um poderoso veículo de resistência, afirmação e reinterpretação das identidades negras.

Ao contrário da ideia de uma literatura “marginal” ou “subalterna”, ela tem se mostrado um campo de reflexão profunda sobre as realidades sociais, culturais e históricas dos afrodescendentes no Brasil. A partir de um olhar afrodiaspórico, a literatura negra não só resgata e afirma a memória das culturas africanas e afro-brasileiras, mas também cria novos espaços de representatividade e visibilidade. Ao olhar para as obras de Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, é possível ver o papel fundamental da literatura na construção de uma identidade negra que se posiciona como protagonista da própria história, contestando as narrativas históricas oficiais e buscando a verdadeira inclusão no espaço cultural, social e político brasileiro. Embora ainda haja muitos desafios a serem superados, o crescente reconhecimento da literatura negra no Brasil aponta para um futuro mais inclusivo e representativo.

O fortalecimento da literatura afrocentrada é fundamental não apenas para a cultura negra, mas para toda a sociedade brasileira, pois contribui para a construção de um país mais igualitário e justo. Essas quatro autoras — Conceição Evaristo, Maria Carolina de Jesus, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro — representam algumas das principais vozes do movimento negro e feminista no Brasil. Elas não

apenas denunciam as opressões que afetam as mulheres negras, mas também oferecem formas de resistência, mostrando que, apesar da violência e da marginalização, as mulheres negras têm, sim, voz, poder e capacidade de transformação. Elas são exemplos de como a literatura, a filosofia e a militância podem se entrelaçar na luta por uma sociedade mais igualitária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BATISTA, Patrícia Barros Soares. Por uma educação literária afrocen-  
trada nos anos iniciais do ensino fundamental: um estudo sobre a  
mediação e a recepção da obra o Pequeno Príncipe Preto.

Revista Leia Escola, v. 24, n. 1, p. 206-220, 2024.

CARNEIRO, Sueli. Racismo e Mulheres Negras no Brasil. São Paulo:  
Editora da UNESP, 2000.

EVARISTO, Conceição. Ponciá Vicêncio. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira.  
São Paulo: Selo Negro, 1985.

JESUS, Maria Carolina de. Quarto de Despejo. São Paulo:  
Francisco Alves, 1960.

LIMA, Gabriel Aimai et al. Literatura Afrocentrada reflexões em sala  
de aula. MoExp-Mostra de Ensino, Extensão e Pesquisa do Campus  
Osório, v. 1, n. 1, p. 1-1, 2022.

QUADROS, Dênis Moura. Ferramentas afrocenradas para pensar  
uma literatura de autoria de mulheres negras gaúchas.  
Editora Na Raiz, 2023.

ROSA, Sonia. Literatura infantil afrocenrada e letramento racial:  
uma narrativa autobiográfica. Editora Jandaíra, 2022.

CAPÍTULO 2



**A IMPORTÂNCIA DA  
CONTABILIDADE DE CUSTOS PARA  
OS PEQUENOS PRODUTORES  
RURAIS DE BATURITÉ**

**Maria Eduarda Martins Xavier**  
Graduada em Ciências Contábeis  
Centro Universitário Maciço de Baturité (UniMB)



## RESUMO



A contabilidade de custos desempenha um papel fundamental no processo de gestão das atividades rurais, especialmente por fornecer informações que auxiliam no controle, no planejamento e na tomada de decisões. O estudo teve como objetivo analisar a importância da contabilidade de custos para os pequenos produtores rurais de Baturité, Ceará. A pesquisa foi conduzida com abordagem qualitativa e caráter exploratório, sendo desenvolvida por meio de aplicações de questionários e observações juntos aos produtores locais. Os resultados evidenciaram que a maior parte dos agricultores não possui controle adequado de seus custos, baseando a formação de preços de venda em referências informais. Frente a essa realidade, a contabilidade de custos mostra - se primordial para aprimorar o desenvolvimento das propriedades rurais do município de Baturité.

*Palavras-chave: Pequenos Produtores Rurais. Gestão de Custos. Produtividade Rural. Agricultura Familiar. Controle de Gastos.*

## ABSTRACT



Cost accounting plays a fundamental role in the management process of rural activities, especially by providing information that assists in control, planning, and decision-making. This study aimed to analyze the importance of cost accounting for small rural producers in Baturité, Ceará. The research was conducted with a qualitative and exploratory approach, developed through questionnaires and observations with local producers. The results showed that most farmers do not have adequate control over their costs, basing their sales prices on informal references. Given this reality, cost accounting proves to be essential for improving the development of rural properties in the municipality of Baturité.

*Keywords: Small Rural Producers. Cost Management. Rural Productivity. Family Farming. Expense Control.*

# INTRODUÇÃO



# 1

No cenário agrícola do município de Baturité, localizado no estado do Ceará, observa-se uma forte tradição rural, destacando-se pela produção de alimentos que abastecem não apenas o maciço de Baturité, mas também outros centros consumidores do estado. Os pequenos produtores rurais são responsáveis por grande parte dessas produções, desempenhando um papel essencial para a economia local, sobretudo na geração de renda das famílias do meio rural.

Como afirma Lourenzani (2005) esses agricultores, são responsáveis pelo desenvolvimento local e maior geração de emprego no meio rural, representando uma parcela significativa da produção nacional, respeitando o meio ambiente e potencializando a economia do município onde vivem.

Apesar de sua relevância, muitos desses produtores rurais enfrentam dificuldades relacionadas ao controle financeiro de suas atividades. Neste contexto, a importância da contabilidade de custos torna-se fundamental para facilitar o gerenciamento, promover maior sustentabilidade financeira e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do município e de toda região.

A contabilidade de custos é uma ferramenta essencial para os pequenos produtores rurais, pois permite identificar, mensurar e controlar os gastos envolvidos em cada etapa da produção, proporcionando maior clareza sobre a viabilidade econômica das atividades. Conforme destaca Montel et al. (2024) Por meio da contabilidade de custos, o produtor pode planejar com mais segurança, avaliar seus resultados e adotar estratégias de gestão mais eficiente, garantido não apenas a sobrevivência do empreendimento, mas também sua completude em um mercado cada vez mais desafiador.

Diante disso, este trabalho busca responder o seguinte problema de pesquisa: como a contabilidade de custo pode ajudar os pequenos produtores rurais de Baturité a organizarem melhor seus

gastos e tomarem decisões mais seguras?

Diante da problemática apresentada, torna-se evidente a importância deste estudo que justifica-se pela relevância da agricultura familiar para economia de Baturité, visto que representa fonte de sustento de muitas famílias baturitenses. Entretanto, grande parte dos pequenos produtores rurais não dispõe de um controle detalhado de seus custos, o que dificulta a avaliação sobre a real lucratividade da produção. Observa-se, ainda, que muitos desses produtores apresentam baixa escolaridade ou são analfabetos, o que torna necessária a adaptação da contabilidade de custo à realidade local. Para tanto, podem ser utilizadas ferramentas simplificadas, como registros visuais e planilhas de fácil compreensão, permitindo que o agricultor organize seus custos de produção e melhore seu controle e tome decisões mais assertivas. Dessa forma, este estudo busca contribuir para o fortalecimento da produção local e para a melhoria de condições de vida daqueles que trabalham no campo.

O presente estudo tem como objetivo analisar a importância da contabilidade de custo como uma ferramenta de apoio para os pequenos produtores rurais, a fim de contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar do município de Baturité.

Foram objetivos específicos como apresentar a relevância do conhecimento sobre a contabilidade de custo, categorizar os principais desafios enfrentados pelos produtores rurais acerca da gestão de custo. Evidenciar como a contabilidade pode auxiliar na definição de preço de venda e no controle dos gastos.

Para alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratória, voltada para compreender as experiências e trajetórias dos produtores rurais do município de Baturité.

# FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

# 2



## 2.1 A Contabilidade de Custo e Seus fundamentos

A contabilidade de custos surgiu durante a revolução industrial, quando as indústrias passaram a demandar um controle mais detalhado nos gastos de produção. a contabilidade financeira, até então utilizada, já não atendia às necessidade gerenciais. inicialmente denominada contabilidade industrial, tinha como finalidade principal a apuração dos custos de fabricação, evoluindo posteriormente para a atual contabilidade de custos, com aplicações em diversos ramos de atividades (Crepaldi, 2012, p.29)

Historicamente, o desenvolvimento da contabilidade de custos ocorreu com o advento das empresas industriais, a partir do século XVIII, com o objetivo de atender a nova necessidade de atribuir os estoques de produtos fabricados pela empresa industrial (Ribeiro, 2018, p. 12).

Conforme Crepaldi (2012, p. 45). A contabilidade de custos proporciona uma visão mais detalhada dos gastos, auxiliando na avaliação do desempenho da produção. Ela possui duas funções básicas: a primeira relacionada ao auxílio no controle e a segunda a tomada de decisões. No controle, fornece dados para orçamentos, previsões e padrões internos; já na tomada de decisões, disponibiliza informações sobre valores relevantes a curto e longo prazo, definição de preços de venda, inclusão ou corte de produtos (Martins, 2010).

De acordo com Leone (2000, p. 21), “os objetivos da Contabilidade de Custos serão fixados de acordo com as necessidades apresentadas pelos diversos níveis gerenciais.” Nesse mesmo sentido, Martins (2010), complementa que a contabilidade de custo permite identificar, mensurar e controlar os gastos relacionados à

produção, fornecendo informações fundamentais para a tomada de decisões gerenciais. No contexto dos pequenos produtores rurais, essa ferramenta se torna ainda mais relevante, considerando os recursos limitados e a necessidade de maximização da eficiência produtiva.

### **2.1.1 Terminologia da Contabilidade de Custo**

A contabilidade de custos utiliza uma terminologia própria, composta por conceitos como gastos, custos, despesas, perdas e investimentos, que precisam ser claramente compreendidas, visto que cada um possui um significado específico e desempenha um papel essencial no processo de apuração e análise dos resultados. Segundo Martins (2008, p. 25) custos são gastos de ativos (exemplo: consumo de insumos)

Na mesma perspectiva, o autor afirma que “despesas são bens ou serviços consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de receita. As despesas são itens que reduzem o Patrimônio Líquido e que têm essa particularidade de representar sacrifícios no processo do desenvolvimento.”

Ainda conforme Martins (2008, p. 24) gastos podem ser entendidos de forma mais abrangente, englobando tanto os custos como as despesas, sendo definido como “sacrifícios financeiros (desembolso) que a entidade realiza para adquirir um bem ou serviço, representado pela entrega ou promessa de entrega de um ativo que normalmente será dinheiro.”

Outro conceito importante é o Investimento, é o gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis ao longo do tempo, podendo ser de diversas naturezas e de períodos de ativação. Martins (2008, p. 25).

Dessa forma, a contabilidade de custos não deve ser vista apenas como um instrumento de registro, mas principalmente como meio de análise, controle e apoio ao planejamento, possibilitando ao gestor uma visão estratégica do negócio (Martins, 2010, p. 24).

Relativos ao bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços. Considera-se custo de cultura os sacrifícios econômicos relacionados, direta ou indiretamente, com a transformação.

### **2.1.2 A Classificação dos Custos**

A classificação dos custos é fundamental para a adequada mensuração e análise do resultado, permitindo identificar aqueles que variam de acordo com a produção variáveis, os que permanecem constantes fixos, os que podem ser diretamente apropriados a um produto diretos e os que necessitam de critérios de rateios indiretos Martins (2018, p. 67).

Para Crepaldi (1998, p. 91) os custos diretos, em modo geral, identificam - se aos produtores agrícolas e variam parcialmente a quantidade produzida. Segundo o autor insumos; mão de obra direta; material de embalagem; depreciação de equipamentos agrícolas; energia elétrica das máquinas agrícolas e consumo de combustível.

Já os custos indiretos para serem incorporados aos produtores agrícolas, necessitam da utilização de critérios de rateios ou estimativa. Conforme o autor são; aluguel, energia, depreciação (Crepaldi 1998, p. 91).

Além da classificação dos custos diretos e indiretos, os custos podem ser qualificados de outra forma distintas, como custos fixos e custos variáveis segundo Santos (2018, p. 25) os custos fixos são custos cujos valores são os mesmos quaisquer que sejam o volume da produção. Podem continuar constantes, independente das alterações do nível de atividades. Os custos variáveis são custos que variam de acordo com o volume das atividades, representando por base de volume que são geralmente medições físicas.

Nesse contexto, para os pequenos produtores rurais, a contabilidade de custos representa um recurso indispensável, pois possibilita controlar os gastos, calcular o preço de venda e verificar a viabilidade econômica da produção (Crepaldi, 2019, p. 112).

## 2.2 Agricultura Familiar

A agricultura familiar caracteriza pela produção diversificada, englobando o cultivo de diferentes tipos de alimentos e criação de animais, geralmente utilizando mão de obra familiar, as terras destinadas ao cultivo frequentemente também servem como local da família, integrando o espaço produtivo residencial. (Ministérios da agricultura, Pecuária e abastecimento, 2020)

De acordo com o Censo Agropecuário (2017) realizado pelo IBGE, a agricultura familiar ocupa uma área de 80, 9 milhões de hectares, o que representa 23 % da área total do estabelecimento agropecuário brasileiro, e emprega cerca de 10, 1 milhões de pessoas (IBGE, 2017). Esses dados evidenciam a relevância econômica e social da agricultura familiar, particularmente, no contexto da geração de emprego e para a segurança alimentar.

De acordo com Ribeiro (2017) o pequeno produtor rural é definido por diferentes critérios, sendo considerado uma pessoa física que explora atividade do setor rural, enquadrado como contribuinte individual. aqueles que consideram sua forma de trabalho a uma pessoa física que explora atividades do setor rural, sendo enquadrado a um contribuinte individual. Essa caracterização reforça a dimensão familiar e individual das atividades agrícolas, destacando a necessidade de ferramentas de gestão adequada ao porte e a estrutura desses produtores.

## 2.3 A Realidade dos Pequenos Produtores Rurais de Baturité

Essa ausência de planejamento resulta em incerteza sobre os lucros obtidos, podendo levar os produtores a mais do que o necessário e, conseqüentemente, reduzir a margem de lucro. Nesse cenário, a contabilidade de custo emerge como uma ferramenta estratégica, permitindo ao agricultor controlar os gastos, identificar a diferença entre despesas e custos, tomar decisões mais fundamentadas para o gerenciamento da propriedade (Marion, 2010).

Callado e Callado (2007) destacam que a gestão de custos nas propriedades rurais apresenta desafios significativos, relacionados à definição de preço, cálculo de necessidade de empréstimos, planejamento das tarefas e fixação de preços. Tais dificuldades estão frequentemente associadas à precária formação dos agricultores, revelando a necessidade de maior acesso à informação e conhecimento para fazer um controle eficiente em suas propriedades.

Conforme Mialichi (2022), “o maior desafio dos pequenos produtores rurais é controlar os custos de produção que interferem diretamente no resultado final de sua safra.”

## **2.4 A Contabilidade de Custos Como Ferramenta de Apoio Para os Pequenos Produtores Rurais de Baturité**

### **2.4.1 Apoio na Tomada de Decisões**

Segundo Borilli et al. (2005), a contabilidade de custos é uma importante ferramenta que auxilia na tomada de decisões e fornece informações valiosas aos produtores, com o conhecimento de como produzir com menores custos e como gerir adequadamente uma propriedade rural.

Para Leone (2000) a contabilidade de custos refere-se, a atividades de coleta e fornecimento de informações com vistas a tomada de decisões de todos os tipos, envolvendo tanto os relacionados com operações repetitivas quanto as de natureza estratégicas.

Martins (2003, p. 22) enfatiza que a contabilidade de custos tem função relevante na ajuda de tomada de decisões: alimentar informações sobre valores relevantes que dizem respeito às consequências de curto ou longo prazo sobre medidas de corte de produtos, fixação de preços, opção de compra ou fabricação.

Para Leone (1997, p. 19), a Contabilidade de Custos é o ramo da Contabilidade que se destina a produzir informações para os diversos níveis gerenciais de uma entidade, como auxílio às funções de determinação, já para Bertó e Beulke (2013) a contabilidade de custos é uma ferramenta fundamental para calcular o preço ou va-

lor de um produto ou serviço, considerado fatores como a competitividade, a globalização dos negócios e a conscientização do consumidor no mercado. de desempenho, de planejamento e controle das operações e de tomada de decisões.

## **2.4.2 Formação de Preços de Venda**

Essa contribuição destaca que a contabilidade de custos tem um papel decisivo na formação de preços de venda. Então quando o produtor conhece seus custos de produção, ele consegue definir preços sem deixar de competir no mercado. Essas práticas são essenciais para a sustentabilidade financeira dos pequenos produtores rurais de Baturité.

## **2.4.3 Controle de Custos e Despesas**

A contabilidade de custo é o sistema de controle que constituem ferramentas importantes para a administração e tomada de decisões em qualquer ramo de negócios, principalmente na agricultura, em razão de suas particularidades frente a qualquer outro empreendimento, seja em termos de custos e receitas conforme dito Martins (2001, p. 23).

Para Santos (2002, p.15), o planejamento é importante no sentido de alertar os empresários rurais quanto às mudanças na economia, no hábito dos consumidores, na tecnologia, no comportamento climático, nos custos, na oferta dos produtos (supersafras), na demanda e outras alterações e traz inúmeros benefícios, que podem ser obtidos pela forma organizada de planejar, forçando a administração a pensar no futuro de seus negócios, antecipando os problemas antes que eles aconteçam. O planejamento permite ao empresário rural um resultado antecipado de cada atividade.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS



# 3

Este estudo foi desenvolvido com base em uma metodologia qualitativa de natureza exploratória, a escolha dessa abordagem se justifica pela necessidade de compreender suas percepções, experiências e desafios enfrentados pelos pequenos produtores rurais. Especialmente no que diz respeito ao controle e planejamento em suas atividades produtivas.

Segundo Cardano (2017) a pesquisa qualitativa se caracteriza por utilizar uma abordagem que busca uma observação mais próxima do fenômeno social, com sensibilidade às particularidades dos sujeitos envolvidos.

Isso ressalta que o método qualitativo, permite uma maior aproximação na realidade vivenciada pelo produtor. Quanto ao caráter exploratório da pesquisa, sua finalidade é proporcionar maior familiaridade com o problema, visando esclarecê-los com mais clareza. Esse tema, ainda é pouco discutido e difundido na agricultura familiar do município de Baturité.

De acordo com Gil (2008, p. 28) a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-los mais explícitos ou construir hipóteses.

Os respondentes da pesquisa foram 91 pequenos produtores rurais localizados no município de Baturité. Eles desempenharam funções fundamentais para o fornecimento de informações por meio de questionário aplicados presencialmente e virtualmente, além de contribuir de forma significativa para a construção do trabalho e da análise dos dados.

No processo de elaboração da pesquisa deste trabalho, foi utilizado um questionário como instrumento para coletar informações voltado aos produtores de Baturité. Este questionário é chamado de piloto conforme Lozado e Nunes (2018, p.188)

A utilização de uma pesquisa piloto possibilita o refinamen-

to dos procedimentos metodológicos, com isso, proporciona uma visão mais ampla da aplicação real do estudo no todo, principalmente no que tange aos procedimentos de coleta de dados.

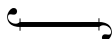
Durante o processo de produção do questionário, elaboraram-se perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolhas, foram elaboradas 2 abertas, 2 fechadas, 5 de múltipla escolha, então o questionário foi finalizado com 9 perguntas essenciais para analisar os pequenos produtores rurais.

De acordo com Lozada Nunes (2018, p. 192) perguntas fechadas: o informante escolhe entre “sim e não” e perguntas de múltipla escolha: são perguntas fechadas mais que apresenta uma série de possibilidades de respostas.

O questionário permaneceu disponível por 25 dias, do dia 03/09/2025 a 28/09/25 permitindo que os pequenos produtores rurais de Baturité respondessem como se encontra o processo de organização de sua atividade produtiva. A escolha desse período visou garantir tempo suficiente para que os participantes pudessem responder de acordo com sua disponibilidade.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

# 4

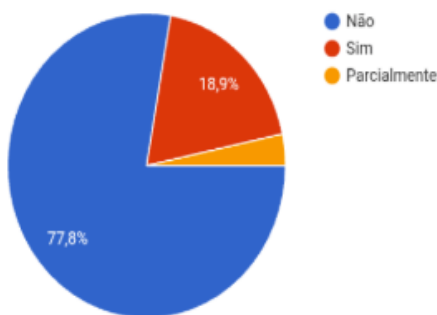


Entretanto, a maioria dos pequenos produtores rurais de Baturité possui ensino fundamental completo ou incompleto, havendo uma menor parcela de analfabetos, enquanto um número significativo concluiu o ensino médio. Apesar de grande parte dos produtores saibam escrever e ler, observa-se que 77,8% não realiza um controle sistemático de seus gastos.

Apenas 18,9% afirmaram registrar seus custos, seja em cadernos ou planilhas. Esse cenário está diretamente relacionado à falta de apoio técnico e de orientação contábil voltada ao meio rural. A ausência desse controle dificulta a avaliação do lucro ou prejuízo das atividades desenvolvidas. Conforme Crepaldi (2019), o controle de custos é fundamental para identificar para identificar ineficiências e evitar desperdícios, permitindo ao gestor agir de forma preventiva e corretiva.

Desta forma, ressalta-se a importância da contabilidade de custos como instrumento de gestão para os produtores rurais. A Figura 1 apresenta o nível de controle de gastos na produção rural do município de Baturité.

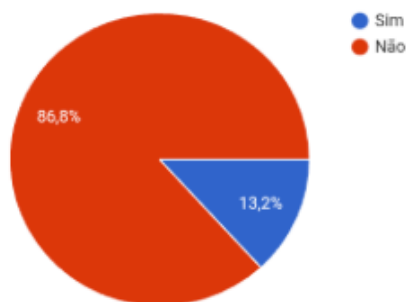
Figura 1 - Controle de Gastos



Fonte: dados da autora (2025).

Verificou-se que 86,8% dos produtores da região de Baturité declaram não conhecer e jamais terem ouvido falar sobre a contabilidade de custos. Em contrapartida, 13,2% afirmaram possuir algum conhecimento prévio, adquirido por meio de relatos de familiares ou de conteúdos acessados em redes sociais. Portanto, esses dados reforçam a necessidade de promover ações de capacitação sobre a disseminação do conhecimento da contabilidade de custos entre os agricultores da região de Baturité. A Figura 2 apresenta o nível de conhecimento sobre a contabilidade de custo.

Figura 2 - Conhecimento Com a Contabilidade de Custos



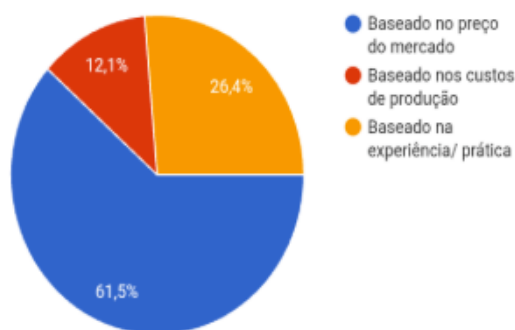
Fonte: dados da autora (2025).

No contexto da agricultura familiar, a formação de preços de venda é uma etapa importante para os pequenos produtores rurais de Baturité que possam sustentar suas atividades. A pesquisa realizada apontou que 61,5% dos entrevistados definem o preço de venda com base nos valores praticados no mercado local, observando os preços de concorrentes, feiras e comerciantes da região. Outros 26,4% afirmaram utilizar a própria experiência ou prática cotidiana para definir os preços. Apenas 12,1% dos produtores declaram considerar os custos de produção no momento de estabelecer o preço de venda, o que demonstra uma baixa adesão a práticas de controle e planejamento financeiro.

De acordo com Martins (2018), a contabilidade de custos fornece informações essenciais para a formação de preços, permitindo que o produtor saiba quanto custa efetivamente cada pro-

duto e estabeleça preços competitivos e sustentáveis. Assim, a importância da contabilidade de custo é eficiente na produção rural de Baturité. Figura 3 apresenta critérios utilizados pelos produtores entrevistados na definição de preço de venda de seus produtos.

Figura 3 - Definição do Preço de Venda

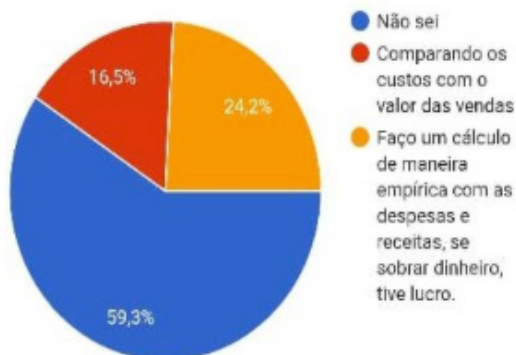


Fonte: dados da autora (2025).

No que se refere ao conhecimento dos produtores de Baturité sobre a apuração de lucro ou prejuízo em suas atividades, observa-se que 59,3% dos entrevistados afirmaram não saber identificar quando têm lucro ou prejuízo. Esse dado revela uma fragilidade significativa no controle financeiro e na gestão dos custos, evidenciando a ausência de práticas contábeis sistematizadas. Verificou-se ainda que 24,2% dos produtores realizam um cálculo de forma empírica, comparando de maneira informal as despesas e receitas; quando há sobra de dinheiro, consideram que obtiveram lucro.

Essa prática demonstra um conhecimento intuitivo, porém sem respaldo técnico, o que pode levar a erros na tomada de decisão. Por outro lado, apenas 16,5% afirmaram realizar uma comparação entre os custos e o valor das vendas para determinar o resultado de suas atividades. Esse grupo demonstra um nível um pouco mais elevado de controle e compreensão. Esses resultados reforçam a importância da contabilidade de custos como instrumento essencial para o acompanhamento financeiro. Figura 4 Apresenta o nível de conhecimento sobre lucro e prejuízo.

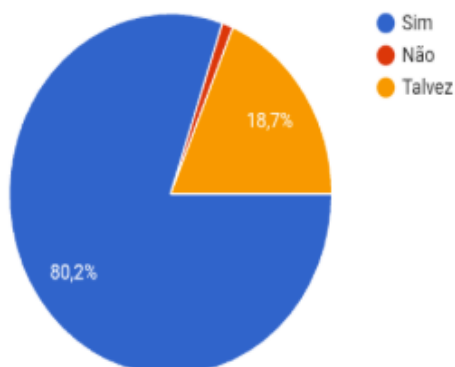
Figura 4 - Percepção do Lucro ou Prejuízo



Fonte: dados da autora (2025).

Observa - se que 80, 2% dos produtores demonstram interesse em aprender sobre a contabilidade de custos, especialmente no que se refere a divisão dos custos é a definição de preços de venda. Além disso, 18,7 % afirmaram que talvez tenham interesse nesse tipo de capacitação. Esses dados evidenciam uma consciência crescente da importância do controle financeiro. Figura 5 apresenta o interesse dos pequenos produtores rurais de Baturité em participar de capacitação sobre contabilidade de custos.

Figura 5 - Interesse de Capacitação Sobre Contabilidade de Custos



Fonte: dados da autora (2025).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



# 5

O presente trabalho teve como objetivo analisar a importância da contabilidade de custos como uma ferramenta de apoio para os pequenos produtores rurais, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Baturité. A pesquisa permitiu observar que a grande parte desses produtores não realiza um controle de seus gastos, define o preço de venda com base em valores praticados por vizinhos ou mercado local, sem levar em consideração os custos efetivamente incorridos em suas atividades produtivas. Os resultados evidenciaram que a maioria dos entrevistados desconhece se suas operações geram lucro ou prejuízo, o que reforça a ausência de informações gerenciais adequadas para o processo de tomada de decisões.

Para os pequenos produtores rurais, a contabilidade de custos representa um instrumento de grande utilidade pois permite avaliar a rentabilidade de cada cultura, planejar o uso de recursos e evitar desperdícios. Essa afirmativa demonstra que, mesmo em propriedades de pequeno porte, o controle e o conhecimento dos custos são fundamentais para a atividade agrícola. Observa-se também que o domínio de práticas contábeis contribui para a autonomia dos produtores, promovendo uma administração mais consciente, estratégica e alinhada à realidade do campo.

O estudo reforça, portanto, que a aplicação da contabilidade de custos no meio rural, não apenas melhora o desempenho produtivo, mas configura-se como um investimento essencial para o desenvolvimento local e para a valorização da agricultura familiar. Pois até mesmo os procedimentos básicos de controle podem proporcionar ao gestor rural uma visão mais clara de sua atividade, favorecendo decisões mais acertadas e aumentando a probabilidade da continuidade econômica do empreendimento.

Ademais, a pesquisa evidenciou que a implantação de prá-

ticas simples de contabilidade de custos, como registros de entradas e saídas, identificação dos custos diretos e indiretos, definição adequada do preço de venda e acompanhamento da lucratividade. Pode representar um diferencial significativo para os produtores de Baturité. Tais práticas contribuem não apenas para um controle mais rigoroso das operações, mas também para fortalecimento da autonomia do produtor, que passa a ter condições de planejar investimentos, avaliar riscos e melhorar a continuidade das propriedades rurais.

Logo, a contabilidade de custos funciona como um verdadeiro centro de processamento de informações. É justamente esse papel informativo que capacita o pequeno produtor rural de Baturité a tomar decisões mais estratégicas e reforçar a relevância da agricultura familiar do município de Baturité.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BERTÓ, D. J.; BEULKE, R. Gestão de custos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.  
BORILLI, S. Contabilidade rural: uma abordagem prática. Porto Alegre: visão, 2005.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Agricultura Familiar: informações institucionais. Brasília: MAPA, 2020.

CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A. L. C. Gestão de custos rurais: comparando práticas entre distintos pólos de produção agroindústrias do estado de Pernambuco. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS - CBC, 14., 2007, João Pessoa, Anais, João Pessoa: CBC, 2007.

CARDANO, M. Manual de pesquisa qualitativa: a contribuição da teoria da argumentação. Petrópolis: Vozes, 2017.

CREPALDI, S. A. Contabilidade de custos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

\_\_\_\_\_. Contabilidade rural: uma abordagem decisória. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

\_\_\_\_\_. Contabilidade rural: uma abordagem decisória. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEONE, G. S. G. Contabilidade de custos: análise e controle. 3. ed. São Paulo Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. Curso de contabilidade de custos. São Paulo: Atlas, 1997.

LOURENZANI, W. L. Modelo dinâmico para a gestão integrada da agricultura familiar. Tese (Doutorado em Engenharia de produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

LOZADA, G.; NUNES, K. da S. Metodologia científica. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

MARION, J. C. Contabilidade rural: contabilidade agrícola, pecuária e agroindustrial. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2018

\_\_\_\_\_. Contabilidade de custos: inclui o Abc. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

\_\_\_\_\_. Contabilidade de custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PADOVEZE, C. L. Contabilidade de custos: teoria, prática e casos. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2010.

RATKO, A. T. Contribuição da contabilidade rural para propriedade agrícola de pequeno porte. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2008.

RIBEIRO, O. M. Contabilidade rural: pessoa física e jurídica. 7. ed. São Paulo: atlas, 2017.

SANTOS, G. J. dos; MARION, J. C.; SEGATTI, S. Administração de custos na agropecuária. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, M. A. dos. Contabilidade de custos . Salvador: UFBA, Faculdade de ciências contábeis; Superintendência de educação a distância, 2018.

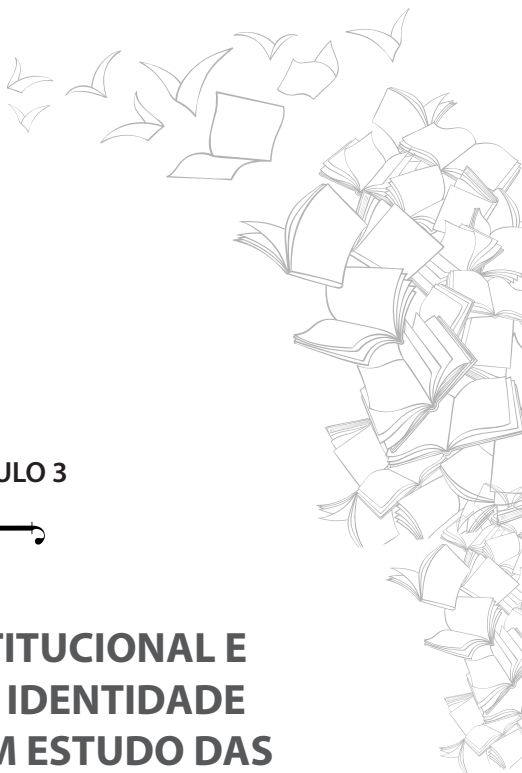
TEIXEIRA, A. C. A importância da contabilidade rural: um estudo com os pequenos produtores rurais do município de Içara/SC. Trabalho de conclusão do curso (bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade do Extremo Sul Catarinense Criciúma, 2021.

CAPÍTULO 3



**ASSÉDIO INSTITUCIONAL E  
RELAÇÕES DE IDENTIDADE  
DE GÊNERO: UM ESTUDO DAS  
DINÂMICAS NO AMBIENTE DE  
TRABALHO INTELECTUAL**

**Júlio César Belo Gervásio**  
Mestre em Educação  
Universidad Europea del Atlántico  
(UNEATLANTICO)



## RESUMO



O presente estudo tem como objetivo geral analisar os impactos do assédio institucional na inclusão de indivíduos com identidades de gênero não normativas e/ou deficiência em contextos acadêmicos e profissionais. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada na revisão de literatura e no diálogo com as teorias sociológicas de Émile Durkheim, Max Weber e Pierre Bourdieu, que permitem uma compreensão aprofundada das dinâmicas de exclusão institucional e da reprodução de desigualdades no ambiente acadêmico e intelectual. Os resultados apontam que o assédio institucional opera de forma sistemática por meio de práticas discriminatórias, normas excludentes e hierarquias de poder que dificultam o acesso e a permanência de grupos marginalizados nesses espaços. Indivíduos com identidades de gênero não normativas e pessoas com deficiência enfrentam barreiras específicas, como a falta de políticas inclusivas, estereótipos e resistência à diversidade por parte das instituições. Esses desafios comprometem não apenas a inclusão, mas também o bem-estar e a produtividade desses indivíduos. A conclusão destaca a necessidade urgente de reformular as estruturas institucionais, implementando políticas que promovam a equidade e a valorização da diversidade. Além disso, ressalta-se a importância de iniciativas que questionem as relações de poder enraizadas, buscando construir ambientes mais inclusivos e justos tanto no meio acadêmico quanto no profissional.

*Palavras-chave: Assédio institucional. Inclusão. Gênero e deficiência.*

## ABSTRACT



This study aims to analyze the impacts of institutional harassment on the inclusion of individuals with non-normative gender identities and/or disabilities in academic and professional contexts. The research employs a qualitative approach, grounded in a literature review and informed by the sociological theories of Émile Durkheim, Max Weber, and Pierre Bourdieu, which offer a deeper understanding of institutional exclusion dynamics and the reproduction of inequalities in academic and intellectual settings. The findings reveal that institutional harassment operates systematically through discriminatory practices, exclusionary norms, and power hierarchies, which hinder the access and retention of marginalized groups in these spaces. Individuals with non-normative gender identities and people with disabilities face specific barriers, including the absence of inclusive policies, stereotypes, and institutional resistance to diversity. These challenges not only undermine inclusion but also affect the well-being and productivity of these individuals. The conclusion underscores the urgent need to reform institutional structures by implementing policies that promote equity and value diversity. Furthermore, it emphasizes the importance of initiatives that challenge entrenched power relations, aiming to create more inclusive and equitable environments in both academic and professional domains.

*Keywords: Institutional harassment. Inclusion. Gender and disability.*

# INTRODUÇÃO

# 1



O assédio institucional representa uma forma estrutural e persistente de discriminação que se manifesta dentro de organizações e instituições, particularmente no ambiente de trabalho intelectual. Nesse contexto, as dinâmicas de poder, as disputas por reconhecimento e as questões identitárias revelam-se de forma complexa, frequentemente gerando exclusão e marginalização. Grupos minoritários, como pessoas com deficiência e aqueles com identidades de gênero não normativas, são especialmente vulneráveis, enfrentando barreiras significativas em espaços acadêmicos e profissionais que, em tese, deveriam ser inclusivos e equitativos. Essa problemática ocorre em um cenário mais amplo de desigualdades sociais, onde as normas e os padrões são ditados por um grupo dominante, que não apenas detém o poder, mas também controla as estruturas que perpetuam essa hegemonia.

A persistência desse fenômeno no ambiente acadêmico e profissional exige uma análise crítica sobre as bases que sustentam tais desigualdades. A questão central deste estudo é: como o assédio institucional afeta a inclusão de pessoas com identidades de gênero não normativas e/ou deficiência no ambiente acadêmico e profissional? A hipótese que orienta essa investigação é que o assédio institucional é facilitado por estruturas de poder arraigadas que, por meio de práticas excludentes e discriminações veladas, reforçam a marginalização de grupos vulneráveis, dificultando sua participação plena e equitativa.

Este estudo justifica-se pela relevância de compreender os mecanismos que perpetuam essas desigualdades dentro de instituições que, teoricamente, deveriam promover a inclusão e a diversidade. Além disso, o tema ganha importância diante do crescente debate sobre a responsabilidade ética das organizações em garantir ambientes mais equitativos. Ao analisar essa questão, bus-

ca-se contribuir para a formulação de estratégias que promovam mudanças estruturais capazes de mitigar essas práticas discriminatórias. Teoricamente, a pesquisa fundamenta-se em autores como Émile Durkheim (2000), Max Weber (2013) e Pierre Bourdieu (1998), cujas contribuições são centrais para a compreensão de como instituições educacionais e profissionais operam, reproduzem desigualdades e mantêm estruturas de poder.

O objetivo geral do estudo é analisar os impactos do assédio institucional na inclusão de indivíduos com identidades de gênero não normativas e/ou deficiência em contextos acadêmicos e profissionais. Para atingir essa meta, os objetivos específicos incluem: identificar as manifestações do assédio institucional em espaços acadêmicos e intelectuais; compreender os desafios enfrentados por indivíduos pertencentes a minorias de gênero e pessoas com deficiência nesses contextos; analisar, à luz das teorias sociológicas de Durkheim, Weber e Bourdieu, como as instituições reforçam ou podem mitigar essas desigualdades estruturais.

A metodologia adotada será qualitativa, utilizando uma abordagem sociológica e interdisciplinar. Inicialmente, será realizada uma revisão de literatura para mapear os conceitos-chave e os estudos já existentes sobre assédio institucional e inclusão de minorias no ambiente acadêmico e profissional. Em seguida, estudos de caso e análises de narrativas de pessoas afetadas por essas dinâmicas servirão como base empírica para compreender as práticas excludentes e suas consequências. As contribuições teóricas de Durkheim, Weber e Bourdieu serão utilizadas para interpretar os dados e relacioná-los às estruturas institucionais.

Por fim, a pesquisa busca iluminar caminhos para a transformação das instituições, propondo estratégias que promovam ambientes mais inclusivos e equitativos para todos.

## ASSÉDIO INSTITUCIONAL

# 2



O capítulo 2 apresenta uma análise crítica sobre como essa forma de discriminação se manifesta no ambiente acadêmico e intelectual, explorando suas implicações para indivíduos pertencentes a minorias de gênero e pessoas com deficiência. Essa abordagem busca compreender as dinâmicas de exclusão que emergem dentro das instituições, revelando as práticas e estruturas que perpetuam desigualdades e dificultam a inclusão. Na primeira seção, são discutidos os mecanismos pelos quais o assédio institucional ocorre, tanto de forma explícita quanto sutil. Exploram-se práticas como a marginalização de vozes dissidentes, o uso de normas rígidas para restringir a diversidade e a negligência em relação às necessidades específicas de grupos vulneráveis. Esse panorama inicial busca evidenciar como essas práticas comprometem a equidade e a justiça em ambientes que deveriam ser espaços de conhecimento e transformação social.

A segunda seção foca nos impactos do assédio institucional sobre essas populações. Discute-se como as barreiras enfrentadas vão além do preconceito individual, incluindo a exclusão sistemática, a falta de políticas inclusivas e a perpetuação de estereótipos. A análise destaca as experiências de resistência e resiliência desses indivíduos, apontando para a urgência de repensar as estruturas institucionais. Na última seção são utilizadas as contribuições desses autores para interpretar o fenômeno do assédio institucional. Durkheim oferece insights sobre como as instituições moldam normas e valores que reforçam a exclusão, enquanto Weber ajuda a compreender como as relações de poder se expressam na hierarquia institucional. Por sua vez, Bourdieu traz uma análise das dinâmicas de capital cultural e simbólico, que frequentemente sustentam as desigualdades nesses contextos. Ao longo do capítulo, busca-se não apenas compreender o assédio institucional como um fenômeno sociológico, mas também propor uma base teórica e prática para questionar e transformar as estruturas que perpetuam essas práticas excludentes.

## 2.1 As manifestações do assédio institucional em espaços acadêmicos e intelectuais

O assédio institucional em espaços acadêmicos e intelectuais constitui uma forma de violência estrutural que se manifesta de diferentes maneiras, especialmente contra grupos já marginalizados em termos de gênero, raça e classe. As universidades, que deveriam ser locais de promoção da igualdade e da emancipação, muitas vezes tornam-se cenários de práticas discriminatórias e assediadoras, perpetuando dinâmicas de exclusão que refletem desigualdades mais amplas da sociedade. Estudos recentes têm aprofundado a análise sobre essas manifestações, revelando como o assédio é sustentado por omissões institucionais, relações de poder desiguais e silenciamentos históricos.

Bezerra (2022) destaca como o assédio institucional, em suas manifestações acadêmicas, frequentemente combina questões de gênero, raça e classe, gerando uma experiência de violência interseccional. Em sua análise, a autora explora a violência simbólica e explícita enfrentada por mulheres negras nas universidades, evidenciando como essas instituições reproduzem hierarquias de poder que deslegitimam as vozes e experiências dessas mulheres. O relato “A gente não vai acreditar nessa neguinha!” simboliza não apenas a negação institucional ao sofrimento dessas mulheres, mas também a perpetuação de narrativas racistas que desumanizam e silenciam as vítimas.

Haile e Santos (2021) abordam como a omissão institucional agrava a perpetuação do assédio no ensino superior. Segundo as autoras, o assédio não ocorre apenas pela ação de indivíduos, mas também pela passividade das instituições em lidar com denúncias. Muitas vezes, as universidades adotam posturas negligentes ou burocráticas, criando um ambiente de impunidade que incentiva a continuidade das práticas abusivas. Essa omissão é ainda mais crítica quando se considera que as instituições acadêmicas são ambientes de formação e construção de valores, devendo, em teoria, atuar como agentes transformadores da sociedade.

Diniz (2019) enfatiza o papel do silêncio como um elemento central na manutenção do assédio institucional. Em sua experiência extensionista, ela relata como as vítimas, em sua maioria mulheres e minorias sociais, enfrentam barreiras não apenas para denunciar, mas também para serem ouvidas e acolhidas pelas instituições.

Esse ciclo de silêncio é reforçado por uma cultura organizacional que desencoraja o enfrentamento direto das questões de assédio, tratando os casos como problemas isolados e não como sintomas de uma estrutura desigual e discriminatória.

Paes, Souza e Moás (2021) analisam o assédio em ambiente universitário como uma prática que se enraíza nas relações desiguais de poder, sendo naturalizado pela estrutura hierárquica das instituições. A centralização do poder em figuras de autoridade, como professores e gestores, cria um ambiente onde o medo de represálias e a falta de mecanismos claros para denúncias dificultam qualquer tentativa de enfrentamento. Além disso, o discurso meritocrático das universidades muitas vezes mascara as desigualdades e perpetua narrativas que culpabilizam as vítimas, enquanto protegem os agressores.

Em todos os estudos analisados, emerge a necessidade de uma mudança estrutural nas universidades para enfrentar o assédio institucional de maneira efetiva. Essa transformação exige a implementação de políticas de acolhimento às vítimas, a criação de canais seguros para denúncias, e, sobretudo, uma revisão crítica das normas e valores que sustentam as dinâmicas de exclusão. Além disso, é essencial incorporar uma abordagem interseccional que reconheça as múltiplas opressões enfrentadas por grupos marginalizados, garantindo que o combate ao assédio institucional seja verdadeiramente inclusivo e transformador.

Os trabalhos de Bezerra (2022), Haile e Santos (2021), Diniz (2019), e Paes, Souza e Moás (2021) convergem para um entendimento mais profundo sobre as manifestações do assédio institucional e os desafios para enfrentá-lo. As universidades, como centros de produção de conhecimento, têm a responsabilidade não apenas de identificar e tratar casos de assédio, mas também de promover um ambiente de respeito, equidade e inclusão, rompendo com as estruturas que perpetuam a violência e a exclusão.

## **2.2 Os desafios enfrentados por indivíduos pertencentes a minorias de gênero e pessoas com deficiência**

Indivíduos pertencentes a minorias de gênero e pessoas com deficiência enfrentam uma série de desafios nos ambientes acadêmicos e profissionais, onde a exclusão, o assédio e a discriminação estão profundamente enraizados nas estruturas institu-

cionais. Esses desafios emergem de relações de poder desiguais, preconceitos culturais e falta de políticas inclusivas que promovam equidade e segurança. Nos espaços acadêmicos, essas barreiras frequentemente operam de forma invisível, mas produzem impactos devastadores sobre o bem-estar, o desempenho e a permanência dessas populações.

A interseccionalidade é uma chave para compreender a complexidade dos desafios enfrentados por essas minorias. Bezerra (2022) explora as interseções entre gênero, raça e classe nas universidades brasileiras, destacando como mulheres negras são frequentemente deslegitimadas e sujeitas a violências que combinam elementos sexuais e raciais. Essa realidade é agravada pela cultura institucional que, ao invés de acolher denúncias, reforça silêncios e protege agressores, mantendo o ciclo de exclusão e opressão.

No mesmo sentido, Haile e Santos (2021) analisam como a omissão institucional em casos de assédio perpetua práticas de discriminação contra minorias de gênero e pessoas com deficiência. As autoras argumentam que a falta de mecanismos eficazes para lidar com casos de assédio cria um ambiente permissivo, onde comportamentos discriminatórios são naturalizados. Essas instituições, ao negligenciarem as experiências das vítimas, contribuem para a manutenção de estruturas de poder que favorecem grupos dominantes e marginalizam minorias.

A marginalização de pessoas com deficiência também é um reflexo de práticas institucionais excludentes. Diniz (2019), em sua experiência extensionista, relata como o assédio contra pessoas com deficiência está profundamente ligado à falta de acessibilidade e à desumanização de seus corpos. O ciclo de silêncio que envolve esses casos impede que as vítimas encontrem suporte ou mecanismos para denunciar, perpetuando a violência e o isolamento. Paes, Souza e Moás (2021) apontam que as barreiras enfrentadas por minorias não são apenas sociais, mas também institucionais. As relações de poder dentro das universidades muitas vezes impedem que essas populações acessem posições de liderança ou tenham seus talentos reconhecidos. Essa exclusão reforça a ideia de que determinados espaços acadêmicos são reservados para grupos privilegiados, excluindo ativamente minorias de gênero e pessoas com deficiência.

Ademais, Mota et al. (2022) discutem como a violência e o assédio praticados por professores ilustram dinâmicas de poder

opressoras. Em contextos como o da educação musical, os agressores utilizam sua posição de autoridade para intimidar, silenciar e marginalizar estudantes pertencentes a minorias de gênero e outras populações vulneráveis. Essa prática não apenas compromete o aprendizado, mas também reforça hierarquias que dificultam a inclusão plena.

A análise de Grabois e Silva (2022) sobre projetos de extensão no Ensino Médio/Técnico evidencia como os desafios enfrentados por minorias estão profundamente ligados às estruturas de poder e às normas culturais que regulam os corpos e comportamentos dentro das instituições educacionais. Projetos inclusivos, embora importantes, muitas vezes enfrentam resistência institucional, refletindo a dificuldade de implementar mudanças transformadoras.

Oliveira et al. (2021) ampliam a discussão ao destacar como o assédio moral no ambiente de trabalho é um reflexo das desigualdades de gênero e deficiência. As autoras destacam que essas práticas não apenas comprometem a qualidade de vida das vítimas, mas também reforçam as barreiras sistêmicas que dificultam o acesso igualitário a oportunidades acadêmicas e profissionais.

Portanto, os desafios enfrentados por indivíduos pertencentes a minorias de gênero e pessoas com deficiência refletem uma interação complexa entre preconceitos culturais, relações de poder desiguais e a omissão institucional. Para enfrentar essas questões, é essencial uma abordagem interseccional que reconheça as múltiplas opressões enfrentadas por essas populações, bem como a implementação de políticas inclusivas que transformem as estruturas acadêmicas e profissionais em ambientes seguros e igualitários.

## **2.3 O assédio e as teorias sociológicas de Durkheim, Weber e Bourdieu**

A análise do assédio institucional e suas manifestações em contextos acadêmicos e profissionais ganha profundidade ao ser fundamentada nas contribuições teóricas de Durkheim (2000), Weber (2013) e Bourdieu (1998). Esses autores oferecem perspectivas complementares sobre como as instituições operam, reproduzem desigualdades e mantêm relações de poder, permitindo um entendimento mais abrangente dos mecanismos que sustentam práticas excludentes e discriminatórias.

Bourdieu (1998) propõe o conceito de “capital cultural”

como um elemento central para compreender como desigualdades são reproduzidas nas instituições, particularmente naquelas educacionais. O capital cultural refere-se ao conjunto de conhecimentos, habilidades, normas e valores legitimados por uma determinada sociedade, os quais determinam o acesso e a valorização de indivíduos em certos espaços. No caso de pessoas com identidades de gênero não normativas ou deficiência, a exclusão ocorre porque esses grupos, frequentemente, não possuem ou não se alinham ao capital cultural valorizado pelas instituições. Essa dinâmica se manifesta por meio da violência simbólica, um mecanismo pelo qual normas implícitas e explícitas impõem uma hierarquia de pertencimento, legitimando a exclusão. A violência simbólica é particularmente evidente em práticas como a não adaptação de ambientes institucionais para pessoas com deficiência ou a negligência de questões relacionadas às identidades de gênero diversas. Essas práticas reforçam a exclusão ao naturalizarem a ausência desses grupos nos espaços de poder e prestígio acadêmico e profissional. Para Bourdieu, a perpetuação dessas dinâmicas reflete um sistema que não apenas legitima as desigualdades, mas também as apresenta como resultado de meritocracia, obscurecendo as barreiras estruturais enfrentadas por minorias.

A abordagem de Weber (2013) sobre as formas de autoridade – racional, tradicional e carismática – permite uma análise das estruturas de poder que sustentam o assédio institucional. Nas instituições acadêmicas e profissionais, a autoridade racional, baseada em regras e burocracias, muitas vezes é usada como ferramenta para excluir minorias de maneira dissimulada. Por exemplo, normas aparentemente neutras, como os critérios de promoção ou contratação, podem ser aplicadas de forma que favoreçam grupos dominantes e excluam aqueles que desafiam os padrões normativos. Além disso, a autoridade tradicional, baseada em costumes e práticas históricas, perpetua valores excludentes ao resistir a mudanças que promovam maior diversidade. A autoridade carismática, por sua vez, pode ser utilizada para justificar a centralização do poder em figuras específicas, que frequentemente reforçam narrativas de exclusão. Nesse contexto, o assédio institucional não é apenas um comportamento individual, mas um reflexo estrutural das relações de dominação e subordinação que permeiam o ambiente institucional.

Durkheim (2000) vê as instituições como pilares da coesão social, mas também reconhece que elas podem reforçar divisões

entre grupos dominantes e subordinados. No contexto educacional e profissional, o papel socializador das instituições é frequentemente limitado por práticas que perpetuam exclusões. A educação, por exemplo, pode atuar como uma ferramenta de reprodução social, ao invés de promover igualdade de oportunidades. Para Durkheim, a marginalização de certos grupos ocorre quando as instituições não conseguem integrar adequadamente suas necessidades e contribuições ao coletivo. No caso de pessoas com deficiência ou identidades de gênero não normativas, a exclusão reflete um desequilíbrio na função social das instituições, que deveriam servir como espaços de inclusão e reconhecimento. Esse desequilíbrio compromete a solidariedade social e a legitimidade institucional, uma vez que parte significativa da população é relegada a uma posição periférica.

Ao conectar as teorias de Durkheim (2000), Weber (2013) e Bourdieu (1998), percebe-se que o assédio institucional não é apenas um fenômeno isolado, mas uma manifestação de desigualdades estruturais profundamente enraizadas nas práticas e normas institucionais. A reprodução das desigualdades por meio do capital cultural (Bourdieu), a manutenção de relações de poder desiguais (Weber) e a falha em promover coesão social inclusiva (Durkheim) destacam como as instituições podem ser tanto instrumentos de progresso quanto de opressão. Essas dinâmicas reforçam a importância de uma análise crítica das instituições, com vistas a compreender como elas podem transformar práticas excludentes em estratégias inclusivas. A implementação de políticas que reconheçam e valorizem as diversidades de gênero e deficiência é essencial para romper com os ciclos de exclusão e consolidar um ambiente acadêmico e profissional que, de fato, promova a equidade.

## CONCLUSÃO

# 3



O assédio institucional nas escolas e ambientes acadêmicos não é um fenômeno isolado, mas sim um reflexo das dinâmicas de poder e das estruturas sociais excludentes que permeiam a sociedade como um todo. As instituições educacionais, longe de serem espaços neutros ou isentos de influência social, muitas vezes reproduzem e até ampliam as desigualdades estruturais presentes fora delas. Nesse contexto, as minorias, como pessoas com identidades de gênero diversas e com deficiência, enfrentam uma luta constante contra barreiras que, muitas vezes, são invisíveis ou minimizadas pelos próprios sistemas educacionais, mas que têm um impacto profundo e devastador sobre suas trajetórias.

O assédio institucional é particularmente pernicioso porque, ao contrário do assédio moral ou individual, ele não se manifesta apenas por atitudes hostis de indivíduos, mas por práticas e normas sistemáticas e muitas vezes “naturalizadas” dentro das instituições. Essas práticas, que podem parecer neutras ou até justificadas em nome da “tradição” ou da “ordem”, são, na verdade, mecanismos de exclusão que perpetuam hierarquias sociais e desigualdades. Para aqueles que se encontram fora do “padrão” estabelecido — seja por sua identidade de gênero, deficiência ou outra característica — o espaço acadêmico muitas vezes se torna um campo de resistência diária, onde sua presença é constantemente questionada ou minimizada.

Pessoas com identidades de gênero diversas, como trans e não-binárias, enfrentam um ambiente institucional muitas vezes marcado pela resistência à mudança e pela manutenção de uma norma heteronormativa rígida. Embora o campo acadêmico se posicione muitas vezes como um espaço de questionamento, inovação e reflexão crítica, a realidade para essas pessoas pode ser muito diferente. A experiência acadêmica de quem não se encaixa nas normas de gênero tradicionais é frequentemente caracterizada por uma invisibilidade que vai além da falta de representatividade. Não é raro que suas identidades sejam desconsideradas ou até mesmo

deslegitimadas por professores, colegas e, em muitos casos, pela própria instituição, que falha em adaptar suas estruturas para reconhecer e respeitar a diversidade de gênero.

Essas pessoas enfrentam um assédio institucional que não se limita a um simples preconceito individual, mas está embutido nas próprias práticas institucionais. Por exemplo, o uso de pronomes corretos e nomes sociais, que pode parecer uma questão simples de respeito, muitas vezes é ignorado ou desconsiderado, reforçando uma exclusão silenciosa, mas poderosa. Além disso, as normas de comportamento e aparência, muitas vezes reforçadas pela pressão social e pelas expectativas da instituição, criam um ambiente onde a expressão de identidade de gênero diversa é vista como um “desvio” ou uma “anomalia”, o que torna o simples ato de existir dentro da academia uma experiência de resistência constante.

Essa invisibilidade institucional também se reflete em um afastamento dessas pessoas dos espaços de poder, decisão e liderança dentro da academia. A falta de representação e de apoio explícito em cargos acadêmicos ou administrativos dificulta ainda mais o avanço dessas pessoas em suas carreiras. A estrutura hierárquica que predomina nas instituições acadêmicas, longe de ser um espaço meritocrático ou plural, muitas vezes é uma barreira adicional, onde as pessoas com identidades de gênero diversas são sistematicamente afastadas ou desconsideradas.

A resistência contra essa exclusão exige uma transformação profunda nas instituições, que precisa incluir a criação de espaços de apoio, políticas claras de inclusão e o fortalecimento da representatividade nas mais altas esferas acadêmicas. O simples ato de reconhecer e respeitar a identidade de gênero das pessoas trans e não-binárias pode ser um ponto de partida, mas é necessário ir além, oferecendo apoio institucional que garanta seu acesso a uma educação plena, inclusiva e respeitosa.

Da mesma forma, as pessoas com deficiência enfrentam um cenário acadêmico onde as barreiras são múltiplas e interligadas, tornando seu acesso e permanência na educação ainda mais desafiadores. Embora a legislação e as políticas públicas de acessibilidade tenham avançado em muitas partes do mundo, a realidade dentro das instituições de ensino frequentemente ainda está longe de garantir uma inclusão plena. As barreiras físicas — como a falta de rampas, elevadores ou materiais acessíveis — são as mais visíveis e,

em alguns casos, podem até ser solucionadas com modificações ou adaptações simples. Contudo, há um conjunto de barreiras sociais e culturais que são mais sutis, mas igualmente poderosas, que funcionam como uma verdadeira forma de assédio institucional.

A falta de conscientização sobre as necessidades específicas das pessoas com deficiência, tanto por parte de docentes quanto de colegas, pode criar um ambiente de exclusão que vai além da infraestrutura. Muitas vezes, as próprias atitudes preconceituosas e estigmatizantes, que surgem da falta de informação ou da desconexão com as realidades da deficiência, geram um clima hostil e desmotivador. Além disso, a escassez de adaptações pedagógicas adequadas — como o fornecimento de materiais em formatos acessíveis (braille, legendas, leitores de tela) ou a adaptação de métodos de ensino — coloca em risco a equidade educacional, fazendo com que as pessoas com deficiência sejam tratadas como “problema” ou como “obstáculo”, ao invés de serem reconhecidas como sujeitos plenos de direito. O assédio institucional se manifesta aqui também em uma estrutura que não apenas negligencia as necessidades físicas dessas pessoas, mas também desconsidera suas contribuições intelectuais e sociais.

A falta de oportunidades de participação ativa, o receio de se expressar e a sensação constante de não pertencimento podem gerar um afastamento dos espaços acadêmicos e até a desistência do percurso educacional. Além disso, os próprios processos de avaliação, muitas vezes desconsideram as necessidades específicas desses indivíduos, o que os coloca em desvantagem competitiva.

O combate ao assédio institucional contra pessoas com deficiência precisa ser multifacetado. A primeira medida é garantir a acessibilidade física e a adaptação dos espaços acadêmicos, mas isso é apenas o começo. É necessário um esforço contínuo para educar a comunidade acadêmica sobre as diversas formas de deficiência e suas implicações no processo educacional. Mais importante ainda, as instituições devem investir em uma mudança cultural que reconheça as pessoas com deficiência como participantes plenos da vida acadêmica e intelectual, com as mesmas oportunidades e respeito que os demais.

O assédio institucional nas escolas e ambientes acadêmicos, seja contra pessoas com identidades de gênero diversas ou com deficiência, é uma expressão clara das desigualdades que permeiam

as estruturas de poder em nossa sociedade. Essas formas de opressão, que são sistemáticas e enraizadas, não se combatem apenas com políticas públicas ou leis, mas com uma transformação cultural profunda nas próprias instituições. A construção de um ambiente acadêmico inclusivo requer não apenas a eliminação de barreiras físicas e estruturais, mas também uma mudança nas atitudes e práticas que permeiam o cotidiano institucional. Isso significa criar uma cultura de acolhimento, respeito e valorização da diversidade, onde todas as identidades e vivências são reconhecidas e respeitadas. As instituições precisam estar dispostas a se autocríticas e a se repensar constantemente, considerando as necessidades daqueles que têm sido historicamente marginalizados. Em um contexto de verdadeira inclusão, as minorias não são apenas “admitidas” no espaço acadêmico, mas são ativamente convidadas a participar de sua construção, contribuição intelectual e liderança. Só assim poderemos avançar para uma educação verdadeiramente democrática, equitativa e acessível a todos.

Esse processo não é fácil e exige o comprometimento genuíno de todos os envolvidos — acadêmicos, gestores, alunos e membros da sociedade — para criar um ambiente em que as diferenças sejam celebradas e as barreiras, sejam elas físicas, sociais ou culturais, sejam desmanteladas. O caminho é longo, mas a transformação das instituições acadêmicas em espaços verdadeiramente inclusivos é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BEZERRA, Carolina. A gente não vai acreditar nessa neguinha! violência sexual, de gênero, raça e classe na universidade. Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília-RIPPMar, v. 8, 2022.

BOURDIEU, Pierre. Contrafogos 1: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Zahar, 1998.

DINIZ, Maria Ilidiana. Quebrando o ciclo do silêncio: uma experiência extensionista sobre assédio sexual na universidade. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. 2019.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. Traduzido por Sergio A. C. Simões. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREITAS, Ana. A invisibilidade das minorias de gênero no espaço acadêmico: uma análise do assédio institucional. Revista Brasileira de Sociologia, v. 10, n. 2, p. 45-62, 2020.

GOMES, Larissa M. As relações de gênero e o assédio institucional no ambiente universitário. In: LIMA, Rafael (Org.). Desafios da educação superior no Brasil: reflexões sobre acessibilidade e diversidade. São Paulo: Editora Universitária, 2021. p. 101-118.

GRABOIS, Pedro Fornaciari; SILVA, Fayla. A fábrica do corpo: discutindo gênero, interseccionalidade e poder em um Projeto de Extensão no Ensino Médio/Técnico. Extensão Tecnológica: Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense, v. 9, n. 18, p. 129-143, 2022.

HAILE, Vanessa; SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar. Assédio e o abuso no ensino superior das agressões à omissão institucional. Revista Brasileira de Educação em Geografia, v. 11, n. 21, p. 05-24, 2021.

MOTA, Y. V., TEIXEIRA, A. E., SILVA, P. C., DA SILVA PONCIANO, A. C., TORQUATO, G. A., SANTOS, E. L. D. O. L., ... & OLIVEIRA, M. A. W. E quando o professor é o agressor? Assédio e práticas violentas no campo da música.

ca/educação musical expostas em diferentes veículos de mídia. Comunicação. Encontro Regional Nordeste da ABEM, 16, 2022.

OLIVEIRA, Letícia Natália; JUNIOR, Luciano Aparecido; PEREIRA, Regina Célia. Assédio moral, relações de gênero e qualidade de vida: características do trabalho no Brasil. Para a sustentabilidade, p. 33, 2021.

PAES, Érica; SOUZA, Gabriela Quinhones; MOÁS, Luciane. Descortinar sobre o assédio em ambiente universitário. Direitos, Inclusão Social e Cidadania, p. 71, 2021.

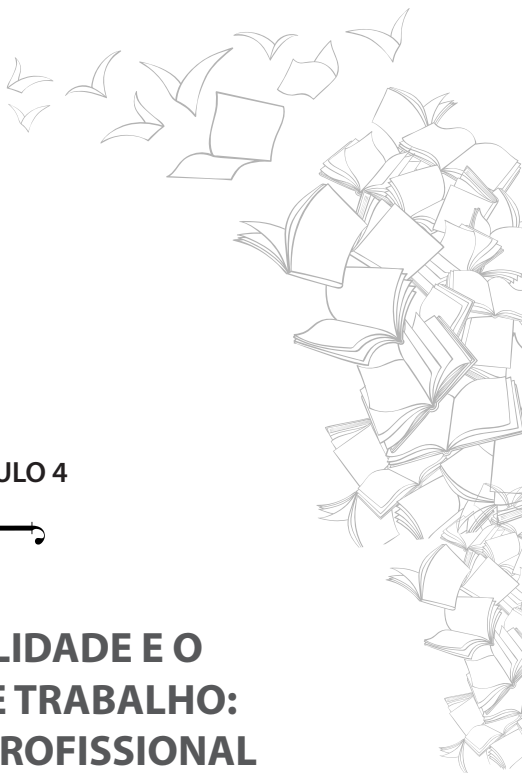
SILVA, Pedro L. Deficiência e exclusão nas instituições de ensino superior: uma reflexão sociológica. Revista de Estudos Acadêmicos, v. 8, n. 1, p. 33-50, 2019.

## CAPÍTULO 4



# **A CONTABILIDADE E O MERCADO DE TRABALHO: O PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL NA ATUALIDADE**

**Antônia Tatiane Lima dos Santos**  
Graduada em Ciências Contábeis  
Centro Universitário Maciço de Baturité (UniMB)



## RESUMO



Diante da pesquisa realizada, conclui-se que o perfil do profissional contábil na atualidade está passando por inúmeras mudanças, que são impulsionadas principalmente pelos avanços tecnológicos, que têm exigido cada vez mais atualização e conhecimentos voltados não só para a parte técnica, mais também conhecimentos voltados para as tendências de mercado, e exige uma maior qualificação do mesmo. Foi possível perceber que as exigências de mercado pedem um profissional mais multifuncional, que seja capaz de resolver problemas e que atue também como um parceiro dentro da instituição, através de auxílios que ajudam na tomada de decisão. Fica evidente a importância de desenvolver competências e habilidades, como comunicação, adaptabilidade, domínio de tecnologias e ter a capacidade de inovação. Verificou-se que o contador passou de operacional para estratégico, consultivo, tecnológico e gerencial, sendo assim o perfil encontrado que melhor representa o profissional contábil na atualidade foi o multidisciplinar. Portanto, o contador é um profissional que está em constante evolução e precisa estar preparado para acompanhar os avanços da profissão, uma vez que a contabilidade é uma ciência que evolui conforme o ambiente a sua volta.

*Palavras-chave: Mercado de Trabalho. Tecnologia. Perfil Profissional. Características.*

## ABSTRACT



Based on the research conducted, it is concluded that the profile of the accounting professional today is undergoing numerous changes, which are mainly driven by technological advances that have increasingly required constant updating and knowledge focused not only on the technical aspect but also on market trends, demanding greater qualification. It was possible to observe that market requirements call for a more multifunctional professional, one who is capable of solving problems and who also acts as a partner within the institution, providing support that assists in decision-making. The importance of developing skills and competencies such as communication, adaptability, technological proficiency, and the ability to innovate becomes evident. It was found that the accountant has shifted from an operational role to a strategic, consultative, technological, and managerial one; therefore, the profile that best represents the accounting professional today is the multidisciplinary one. Therefore, the accountant is a professional who is in constant evolution and needs to be prepared to keep up with the advances of the profession, since accounting is a science that evolves according to the environment around it.

*Keywords: Accounting. Job Market. Technology. Professional Profile. Characteristics.*

# INTRODUÇÃO

# 1



A contabilidade tem passado por transformações significativas impulsionadas pela globalização, pela era da informação e pelo avanço contínuo das tecnologias digitais. Nesse cenário, o contador deixou de exercer apenas funções operacionais, passando a atuar em processos estratégicos e decisórios dentro das organizações. A automação, os sistemas integrados e as ferramentas inteligentes reformularam atividades antes exclusivamente humanas, ampliando o papel do profissional contábil e exigindo novas competências técnicas e comportamentais. Assim, compreender essa evolução torna-se essencial para analisar o perfil do contador no mercado contemporâneo.

Apesar da relevância dessas mudanças, ainda se observa uma lacuna de pesquisa no que se refere à compreensão aprofundada do perfil profissional atualmente demandado. Embora existam estudos que abordem a modernização da contabilidade e o impacto da tecnologia, muitos deles não exploram de forma sistemática como essas transformações afetam diretamente as habilidades, competências e atuações esperadas do contador. Essa lacuna dificulta a visualização clara dos desafios impostos aos profissionais e do conjunto de qualificações necessárias para acompanhar as exigências de um mercado dinâmico e competitivo.

Nesse contexto, surge o problema de pesquisa: diante das mudanças que ocorrem no mercado de trabalho, qual o perfil do profissional contábil exigido na atualidade, considerando suas competências e habilidades? Tal questionamento busca compreender como o contador tem sido impactado pelas inovações tecnológicas, pelas demandas organizacionais e pelas transformações da própria profissão.

Para responder a essa problemática, o estudo tem como objetivo geral identificar o perfil do profissional contábil exigido pelo

mercado de trabalho atual. Como objetivos específicos, pretende-se: (a) mapear o impacto das mudanças tecnológicas na atuação do contador; (b) identificar as principais competências e habilidades necessárias aos profissionais contábeis; e (c) evidenciar o perfil contemporâneo desse profissional frente às exigências do ambiente empresarial.

A justificativa deste estudo reside no fato de que a automação, a digitalização e o uso intensivo de sistemas integrados têm modificado profundamente a atuação contábil. Desse modo, compreender como essas transformações afetam o trabalho e as exigências do mercado torna-se essencial para orientar tanto profissionais em formação quanto aqueles já inseridos no campo. A pesquisa contribui, portanto, para identificar desafios, destacar competências necessárias e auxiliar futuros contadores a se prepararem melhor diante das novas demandas da profissão.

Espera-se que os resultados desta investigação contribuam para ampliar a compreensão sobre a atuação do contador no cenário atual, oferecendo subsídios teóricos e práticos para instituições de ensino, organizações e profissionais. Além disso, pretende-se fortalecer a discussão sobre formação contábil, empregabilidade e desenvolvimento de competências, favorecendo a construção de um perfil profissional alinhado às exigências da contemporaneidade.

# FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

# 2



## 2.1 A Evolução da Contabilidade e o Mercado de Trabalho

A contabilidade surgiu desde os primórdios da humanidade, e é muito importante para a sociedade, por ser uma ciência indispensável para as organizações e por causa da sua importância. Também é considerada uma ciência em constante evolução, ela é tão antiga quanto à origem do ser humano. “A Contabilidade é uma ciência social, pois estuda o comportamento das riquezas que se integram no patrimônio, em face das ações humanas (portanto, a Contabilidade ocupa-se de fatos humanos)”. (Marion, 2015, p.6).

*Como Ciência Social, a Contabilidade é um produto do meio refletindo as diferentes condições sócio-econômico-político-legais. Como consequência, para que cumpra sua missão, deve acompanhar as mudanças da sociedade em que está inserida. Nesse início de século, em que o ambiente econômico se apresenta cada dia mais incerto, a Contabilidade deve manter sua postura prudente sem perder a qualidade da evidenciação de suas informações. (Szüster, Szüster E Szüster, 2005, P.21)*

Conforme Crepaldi e Elaine (2017, p.2)

*A contabilidade praticamente nasceu junto à própria história da civilização, estando ligada às primeiras manifestações de necessidade social de proteção à posse de perpetuação e interpretação do que está ocorrendo com os objetivos materiais e a necessidade de registros do comércio.*

Assim, com o passar do tempo, a contabilidade foi se desenvolvendo e evoluindo, fazendo com que surgissem novos métodos contábeis. Segundo Sá (2002), como já evidenciado por Crepaldi e Elaine (2017, p.5),

*Na antiguidade, o conhecimento contábil estava limitado ao do registro e suas normas, mas já era aprimorado e também ensinando em escolas, juntamente com os cálculos matemáticos. Amplo era o uso dos livros na antiguidade clássica, porque ampla era a análise dos fatos; os romanos chegavam a ter um livro de escrituração de fatos patrimoniais para cada atividade que era desenvolvida (livro da fabricação do azeite, livro da fabricação do vinho dos bens patrimoniais, livro das despesas e receitas etc.*

Observa-se que a contabilidade se transformou em função das necessidades da humanidade, e evolui conforme o ambiente à sua volta. Isso fez com que surgissem novas áreas de atuação.

*À medida que foram aparecendo, como consequência da evolução dos tempos e das organizações, os outros “players”, a Contabilidade foi se transformando, aos poucos, de um engenhoso sistema de escrituração e demonstrações contábeis simplificadas, num complexo sistema de informação e avaliação, com características científicas, institucionais e sociais de grande relevo tendo, como objetivo central, suprir a necessidade informacional dos seus usuários internos e externos à entidade a que se refere. (Iudícibus, Martins e Carvalho, apud Pires, 2008, p. 22)*

É evidente que a contabilidade proporciona e possibilita uma análise geral sobre o crescimento da organização, e se tornou muito importante para a economia global. Ela é uma importante ferramenta de auxílio e de controle. Segundo Passos apud Garcia (2022, p. 6) “a contabilidade cria valor dentro de uma empresa pois está envolvida com processamento de dados para gerar informações úteis na tomada de decisão.” Ela contribui para com a organização com informações relevantes e que auxiliam os gestores a tomar decisões estratégicas e confiáveis. Segundo Barroso (2018, p. 16),

*Portanto, podemos afirmar que a contabilidade, enquanto ferramenta de organização e controle do patrimônio, está presente no cotidiano da humanidade desde os seus primórdios. Nas civilizações mais rudimentares, o homem já tinha a necessidade de registrar e controlar elementos derivados da*

*colheita, da criação de animais, etc. E as sociedades primitivas se utilizavam de estratégias que vão desde as escritas em cavernas até a utilização de pergaminhos e demais artifícios para escriturar as mudanças, sejam elas positivas ou negativas, em seu patrimônio.*

Foi devido às grandes evoluções que a contabilidade se tornou indispensável para a sociedade, ou seja, não existe hoje em dia nenhuma organização seja ela grande, média ou pequena que não tenha um profissional contábil atuando nela.

*A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões (Marion Apud Gomes, 2013, p.2)*

Segundo os autores acima, a contabilidade se constrói de acordo com as mudanças, e pode ir além dela mesma interagindo com a sociedade nas mais diversas formas, e em qualquer profissão. Para ter uma carreira de sucesso na área, o profissional tem que ir além dos conhecimentos prévios, investir em novas técnicas e se inovar a cada dia.

Conforme os autores Reis, Sediyaama, Moreira e Moreira apud Evangelista, Coelho e Martins (2022, p.205),

*A nova realidade da profissão contábil exige uma postura diferenciada, que corresponda ao modelo mais adequado para os profissionais contábeis alcançarem seus objetivos, dentro de sua perspectiva, respeitando seus valores e as novas tendências da contabilidade. É necessário investir constantemente na busca de conhecimentos, o êxito está diretamente associado a este aprimoramento, devido às grandes exigências e à concorrência de mercado.*

Em função das constantes mudanças no mercado de trabalho novas necessidades acerca da atuação dos profissionais surgiram, o que reflete tanto na estrutura contábil quanto na capacitação

do profissional contábil. Pois os mesmos precisam estar preparados para lidar com as novas mudanças devidos à expansão do mercado de trabalho, aos avanços tecnológicos e a globalização, atrelados ao surgimento de diversas inovações tecnológicas e obrigações.

Segundo Neves Junior, Oliveira e Carneiro apud Oliveira e Silva (2013, p. 2),

*O surgimento de várias inovações tecnológicas atreladas a obrigações legais, como o EFD (Escrituração Fiscais Digitais) e o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) traz a necessidade de conhecimentos e orientação adequada dos usuários da informação contábil, o que exige um conjunto de habilidades para os profissionais brasileiros que labutam e para aqueles que desejam se profissionalizar.*

Ainda conforme Oliveira e Silva (2013, p. 2),

*[...]percebe-se uma mudança de perspectiva em relação à profissão de contador no mundo, e no Brasil isso não é diferente. Há uma alteração de um perfil que outrora se preocupava basicamente em atender as exigências fiscais e tributárias para uma contabilidade que visa assessorar e fornecer informações a seus usuários de forma gerencial, onde o contador deve possuir um conjunto de habilidade que o deixará apto para se destacar no mercado de trabalho.*

Desse modo, o papel do profissional muda, pois o mesmo deixa de cumprir apenas obrigações fiscais e tributárias e passa a assessorar e fornecer informações que ajudem na tomada de decisões. Assim, adquirindo novas habilidades e competências e se tornando mais estratégico e gerencial.

Shapovalova et al. Apud Souza e Schäfer (2024, p.4), destacam que “as principais ferramentas da transformação digital da contabilidade são a computação em nuvem, tecnologia blockchain, big data, inteligência artificial, machine learning e internet das coisas (IoT).” Essas ferramentas estão revolucionando e ampliando a capacidade de tomar decisões e destacam a importância da transparência e segurança com as transformações digitais.

*Portanto, a contabilidade evoluiu de uma função puramente operacional e burocrática, focada na escrituração contábil e no cumprimento de obrigações fiscais, para um elemento central da gestão estratégica de uma organização. Isso exige maior dedicação, responsabilidade e conhecimento dos profissionais, e valoriza a profissão de uma forma nunca antes feita. Há incerteza sobre o futuro da contabilidade à medida que surgem novas tecnologias, mas o seu papel nas organizações torna-se mais forte. (Alves, Batista e Azevedo, 2024, p.5574)*

O contador ou contabilista pode atuar em diversas áreas, pois sua função não se restringe apenas à gestão de empresas. Ele pode trabalhar de forma pública, privada ou autônoma abrindo seu próprio escritório de contabilidade, e prestando seus serviços para as organizações.

## **2.2 Impacto da Tecnologia na Profissão Contábil**

Tendo em vista as constantes mudanças que ocorrem na contabilidade, e as novas ferramentas que surgem como auxílio para os profissionais, percebe-se a importância da tecnologia na formação do profissional do futuro, principalmente no que se refere a informatização dos processos e no gerenciamento das informações, pois com as mudanças que ocorrem na mesma surgem novas competências e obrigações que irá exigir mais técnica e conhecimento.

*Hoje a informação tecnológica está muito rápida e o profissional contábil está em mudanças diárias, precisando estar à frente dessas novas mudanças essa fase mecânica passou e foi substituída pelos o sistema de informação. Diante dessa nova realidade, o profissional contábil deve estar em constante evolução e qualificação, sendo assim um agente de mudanças no mercado, capaz de transmitir informações de qualidade que auxiliem no processo decisório das empresas (Marion, 2005 apud Luciana e Mayara, 2020, p.84).*

Diante do que foi descrito acima pelos autores nota-se que as mudanças que ocorreram na contabilidade e no mercado de trabalho foram e ainda são muito importantes para o futuro dos profissionais, principalmente devido aos avanços tecnológicos.

De acordo com Iudícibus, Marion e Faria apud Luciana e Mayara (2020, p.86),

*[...] o que toda história tem mostrado é que a Contabilidade se torna cada vez mais importante à medida que há desenvolvimento econômico. O profissional contábil vem se valorizando a cada dia pelo perfil que vem desenvolvendo e se mostrando um excelente na área em que estiver atuando, como professor, empresário, escritor, auditor, consultor e perito está preparado para as mudanças que vêm ocorrendo no Brasil e no mundo.*

De Acordo com Oliveira, como já evidenciado por Neves e Maciel (2022, p.4), “um sistema é um conjunto de partes interagentes e interdependentes que, conjuntamente, formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função”.

Conforme Strassburg et al. Apud Garcia (2022, p.17) “ignorar as novas tecnologias é andar na contramão da história da evolução econômica.”

*O avanço tecnológico proporcionou um novo estilo de vida na sociedade gerando impactos na forma de se relacionar, de se comunicar, solicitar por aplicativo um transporte, de fazer uma compra, em fazer uma reunião mesmo estando em lugares diferentes, os sistemas de informação e os desenvolvimentos de softwares de alta tecnologia permitem aos profissionais acompanhar os processos de modo virtual, nas mídias digitais disponibilizados pelos órgãos públicos e privados por acesso remoto, novas modalidades de cadastros e banco de dados, reduzindo os deslocamentos e aumentando a produtividade, a exemplo do Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas-(E-Social), Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, Sistema de Empresa do Recolhimento do FGTS - SEFIP, Certificado Digital, entre outros. (Luciana e Mayara, 2020, p.86)*

Assim sendo, analisando o contexto acima, é perceptível que as mudanças não ocorreram somente no cenário contábil, mas no mercado de trabalho em geral, uma vez que todas as profissões estão passando por essas mudanças.

## 2.3 Competências e Habilidades do Profissional Contábil

O mercado de trabalho para os profissionais contábeis é amplo e diversificado com oportunidades e possibilidades de crescimento em diversas áreas de atuação.

*As alterações ocorridas nos últimos anos na atuação do profissional contábil decorrente, dentre outros fatores, da globalização e das inovações em tecnologia da informação, levaram os profissionais a buscarem formas de desenvolverem suas competências e de adquirirem novas habilidades e conhecimentos. (Mohamed e Lashine, 2003; apud Reis, Moreira, Sediya e Moreira, 2014, p.1)*

Conforme a pesquisa realizada pelos autores Reis, Moreira, Sediya e Moreira (2014, p.14)

*As habilidades e competências que os discentes apontaram como as mais importantes são também as mais demandadas pelo mercado de trabalho, pois estudos realizados por Cardoso, Souza e Almeida, (2006), Leal, Soares e Sousa, (2008) e Pires, Ott e Damacena, (2010) revelaram que as habilidades pessoais são uma das mais requeridas pelos empregadores, como a liderança, proatividade, motivação, comunicação, comportamento ético, entre outros. Assim como conhecimentos na área, como contábil, fiscal, tributária, auditoria, e outros e as habilidades e competências técnicas como interpretar cenários, avaliar processos e resultados, solucionar problemas dentre outros.*

Segundo os autores abaixo,

*O avanço da tecnologia, as transformações sociais e a globalização demandam do contador habilidades que*

*ultrapassam o conhecimento técnico, como resolução de problemas, pensamento crítico, conhecimentos na área de Tecnologia da Informação e um bom relacionamento interpessoal (Sledgianowski, Goma e Tan, 2017 apud Ribeiro, Silva e Lima, 2020, p.2).*

O profissional do futuro precisa ter além de iniciativa, coragem, uma boa comunicação, saber trabalhar em equipe, ética profissional, pensamento crítico e além disso ter a capacidade de resolver problemas.

*Para Schlindwein (2007), o moderno profissional da contabilidade precisa desenvolver diferentes habilidades como iniciativa, coragem, ética, visão de futuro, negociação, agilidade, segurança para solucionar problemas, tem que ser dinâmico, flexível e com boa capacidade de inovar e criar, sobretudo na sua área de atuação. (Schlindwein, 2007 apud Reis, Moreira, Sediya e Moreira, 2014, p.2).*

Portanto, estar apto para lidar com as mudanças no ambiente de trabalho é essencial para não perder as oportunidades e conseguir se inserir como um bom profissional para atuar com uma ótima performance no trabalho.

*O perfil do contador tem evoluído significativamente ao longo do tempo, refletindo nas expectativas do mercado. As competências e habilidades necessárias para o contador moderno são diversas, abrangendo desde o conhecimento técnico e a compreensão dos princípios contábeis até a capacidade de liderança, a flexibilidade para mudanças e a habilidade de inovação. Outros pontos, como a capacidade de se comunicar efetivamente, manter a calma sob pressão e desenvolver relacionamentos interpessoais fortes, ou seja, habilidades comportamentais, são cada vez mais valorizadas. (Araújo, Borges, 2024, p.4)*

Bonfim apud Souza e Schäfer (2024,p.10) "entende que o ambiente empresarial tem exigido profissionais com habilidades adaptativas para as novas tecnologias, que substituirão o trabalho

operacional e deixando espaço para o contador entender o negócio e participar das decisões.”

A transformação do perfil do contador frente às novas exigências do mercado de trabalho deixam em evidência que o profissional moderno precisa desenvolver não só competências técnicas como o domínio dos princípios contábeis, mas mostra a importância em desenvolver habilidades comportamentais, levando o contador a exercer um papel mais estratégico e consultivo.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS



# 3

Apresenta como metodologia a pesquisa bibliográfica, buscando descrever e analisar as habilidades e competências necessárias para o perfil do profissional contábil, visando encontrar o perfil ideal do mesmo. Para Gil (2002, p.44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Segundo o mesmo autor,

*As fontes bibliográficas mais conhecidas são os livros de leitura corrente. No entanto, existem muitas outras fontes de interesse para a pesquisa bibliográfica, tais como: obras de referência, teses e dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos e periódicos de indexação e de resumo. (Gil, 2017, p.44)*

Conforme Gil (2017) esse tipo de pesquisa facilita o trabalho do pesquisador, por sua diversidade de fontes que possibilita aos pesquisadores mais opções e pela facilidade de acesso a material para a pesquisa.

Visando responder ao problema de pesquisa, e atender aos objetivos propostos, realizou-se a coleta de dados de material bibliográfico em artigos científicos, livros, revistas, publicações avulsas, entre outros, para que se possa ter uma visão mais abrangente e assertiva sobre o tema.

A maioria das fontes consultadas foram obtidas em meio digital, encontrados em plataformas e sites online como: google acadêmico, SciELO, repositórios, editoras e periódicos CAPES.

“A internet constitui hoje um dos mais importantes veículos de informações. Não se pode deixar de lado as possibilidades desse meio. Ocorre, porém, que existe na internet, mais do que em qualquer outro meio, excesso de informações.”(Gil, 2017, p.48)

O processo de seleção dos materiais seguiu os critérios de

inclusão e exclusão descritos abaixo.

Os critérios para inclusão são: Materiais disponíveis na íntegra para leitura e análise. Trabalhos que abordem o tema da pesquisa ou que tenham semelhança com o mesmo. Que falam das habilidades e competências ou a relação entre contabilidade e o mercado de trabalho. Trabalhos escritos em português ou inglês. Artigos sobre os avanços tecnológicos na contabilidade.

Os critérios para exclusão são: Estudos que não apresentem o perfil ou as habilidades e competências do contador, ou os que não abordam sobre o mercado de trabalho para o mesmo. Artigos que não abordassem embasamento científico. Os artigos que não estavam de acordo com os critérios de inclusão não foram aceitos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO



Conforme os resultados encontrados, percebe-se que a profissão contábil está em expansão. Conforme Alves e Dias (2017, p.2),

*Nos dias atuais, o mercado tem exigido cada vez mais do profissional contábil, um perfil mais estratégico e dinâmico, dentre outras características indispensáveis para o desenvolvimento da profissão, pois devido às constantes mudanças no cenário contábil, é necessário também algumas habilidades, para maior confiabilidade na busca de informações e agregar conhecimentos.*

Tais mudanças afetam também o dia a dia do contador, pois além do conhecimento técnico eles precisam estar preparados para lidar com as diversas mudanças e ter a capacidade de adaptação. Pois nos dias atuais não basta apenas ser um bom profissional é preciso ir além e mostrar que é um profissional proativo, comunicativo e saber se relacionar com os clientes. Conforme Ferreira, Doblin e Kettle, (2020, p.9),

“Ao se analisar a fundo percebe-se que com toda a evolução contábil frente à tecnologia, isto começa a afetar e impactar o Contador como um profissional, tendo que se adaptar para continuar em seu cargo, o que muitas das vezes acaba por perdê-lo.” Isso acontece devido à dificuldade em aprender a utilizar as ferramentas tecnológicas, pois não conseguindo acompanhar as evoluções que ocorrem dificulta a permeância do mesmo pois os que não conseguem acompanhar perdem espaço no mercado.

*O avanço tecnológico e o crescimento da informação sem limite vem apresentando desafios para os contadores que, inevitavelmente, levarão a um redirecionamento no papel desempenhado pelos profissionais ligados a essa área. Muitos destes profissionais são tomados de surpresa pela constatação de suas limitações no desempenho de seu pa-*

*pel, sendo o profissional contábil percebido como carente de competências que ultrapassem seu domínio profissional, ou seja, os aspectos quantitativos e qualitativos da informação.* (Vian, Batista, Gonçalves, 2018, p. 5)

Franco et al. (2021) apud Souza e Perez (2023, p.5),

*ênfatizam que o maior impacto da evolução da tecnologia no ambiente contábil está diretamente relacionado à agilidade e ao ganho de tempo. A automação permite que as tarefas sejam concluídas mais rapidamente, melhorando a eficiência operacional dos escritórios contábeis. Isso é particularmente relevante em um contexto em que as empresas demandam respostas ágeis e precisas para suas necessidades financeiras. A automação não apenas acelera os processos, mas também diminui a probabilidade de erros humanos, garantindo registros contábeis mais precisos e em conformidade com as regulamentações fiscais.*

Os autores ênfatizam que com a automatização e os avanços tecnológicos os profissionais contábeis ganharam mais tempo e agilidade na realização de suas funções, assim como reduz erros humanos e garante informações mais precisas e confiáveis.

*Com os avanços tecnológicos e diversas mudanças na área contábil torna-se necessário um entendimento e a eficácia dos profissionais de Contabilidade nos dias atuais, para uma melhor administração dos negócios. O Contador faz-se reconhecido como um profissional fundamental e pleno no controle das informações que auxiliam nas diversas decisões da empresa.* (Alves e Dias, 2017, p.4)

De acordo Garcia (2022, p.20),

*[...]passou a ser esperado do contador uma boa manipulação e tratamento dos dados contábeis. Ele deixou de ser o responsável por apenas realizar os registros das operações da organização e passou a fornecer informações úteis para os usuários acerca do negócio. Além disso, o contador passou a ocupar lugar de destaque junto a alta administração, pois conseguia extrair informações de extrema relevância para a direção e tomada de decisão dentro das companhias.*

Conforme Alves, Batista e Azevedo (2024, p. 5576),

*É inegável que a inovação tecnológica tem permitido que os contadores automatizem tarefas rotineiras, liberando tempo para atividades estratégicas como consultoria e análise. Além disso, o acesso imediato às informações tem proporcionado uma visão mais precisa da situação financeira da organização. A expansão digital está a transformar o papel dos contabilistas de meros detentores de registros em aliados estratégicos essenciais no cenário empresarial atual.*

O avanço da tecnologia tem automatizado as tarefas do dia a dia da contabilidade, e permite que os profissionais foquem em funções mais estratégicas, como consultoria e análise.

Os desafios e oportunidades enfrentados pelos profissionais contábeis na atualidade frente a era tecnológica mostra que o mesmo precisa ter a capacidade de se adaptar às mudanças que ocorrem no mercado, principalmente devido a automatização dos processos contábeis e as constantes mudanças no mercado.

“A contabilidade é a profissão do presente, e não do futuro; nossa profissão está sendo cada dia mais valorizada, graças à informatização.” (Almeida e Silva, apud Paula, Petri, Rizzi, 2020, p.2). Assim a informatização trouxe mais valorização à profissão contábil, pois o mesmo entra na era das informações onde surgem cada vez mais oportunidades principalmente devido aos avanços tecnológicos e as exigências do mercado, não só no que se refere às tecnologias mais pode-se citar as pautas sociais como o uso das ESG na contabilidade.

Evidencia-se que os profissionais da área contábil têm a necessidade de adquirirem conhecimentos relacionados ao ESG, pois conforme os autores abaixo,

*[...] Com as práticas de ESG (Environmental, Social and Governance) ganhando espaço nas organizações, inclusive sendo uma das alterações na nova proposta curricular do curso de Ciências Contábeis, proposto pelo CFC, é interessante que os profissionais estejam envolvidos nessa temática.(Souza e Schäfer 2024, p.10)*

Tudo leva a uma visão de futuro voltada para as pautas sociais onde o contador precisa também agir como um gestor e consultor.

Conforme Paula et al (2020, p.2),

*As recorrentes transformações na sociedade fazem com que as empresas explorem novas formas de adequação ao mercado para garantir a competitividade. Assim, é possível entender que com a modificação constante das corporações, novas necessidades surgem, novos cargos, e com isso, aumenta também a indispensabilidade de profissionais cada vez mais qualificados no exercício de suas funções, para enfrentar os novos desafios do panorama atual.*

Conforme Martins apud Garcia (2022, p.22),

*De forma geral, o mercado espera cada vez mais por um profissional generalista e que entenda do negócio da organização, utilizando tecnologia para auxiliar na sua função. Um profissional que atenda às demandas externas por informação, que agregue valor ao negócio, que esteja preocupado para o futuro, atento a tendências e previsões da economia, e que seja capaz de planejar e controlar o desempenho da organização.*

Segundo Machado et al. (2019, p. 121) "com a globalização e o avanço tecnológico o mundo passou por transformações que afetaram todos os ramos profissionais, aumentando a competitividade e exigindo novas facetas para enfrentar e permanecer no mercado competitivo."

Alves, Batista e Azevedo (2024, p. 5580) diz que, "a perspectiva contábil oferece desafios e oportunidades, que exigem preparo constante para lidar com mudanças que podem afetar sua rotina de trabalho."

Espera-se que o contador eleve suas competências e habilidades para se manter no mercado, visto que a tecnologia ampliou a quantidade e a complexidade das informações processadas, o que exige do contador um maior preparo intelectual e visão sistêmica do negócio.

## 4.2 Perfil do Profissional Contábil Atual

Devido às inúmeras mudanças e com os avanços das tecnologias nos dias atuais, o profissional contábil necessita de adquirir conhecimentos mais elevados em todas as áreas principalmente com um enfoque nas tendências de mercado, faz-se necessário ter empenho e dedicação para exercer sua profissão. “[...]O Contador é um profissional que participa das múltiplas obrigações e deveres[...].” (Alves e Dias, 2017, p.6)

Na atualidade não é apenas a tecnologia que molda o perfil do profissional contábil, mas também as pautas sociais e regulatórias, fica evidente que a inteligência artificial tem grande impacto na função contábil na atualidade.

*Além disso, as exigências quanto ao conhecimento também mudaram bastante. Não basta mais dominar apenas as práticas contábeis, mas também o conhecimento de outras áreas, como por exemplo a de tecnologia da informação. O contador deve ser um profissional multidisciplinar que busca constante aperfeiçoamento por meio da educação continuada. (Garcia, 2022, p.24)*

O perfil encontrado foi o perfil multidisciplinar, pois as transformações tecnológicas e as mudanças que ocorreram no mercado de trabalho mostram que o foco da profissão contábil está mudando, e o profissional que antes atuava com um papel de operacional e que fazia apenas registros de informações, agora passa a exercer o papel mais estratégico e consultivo.

De acordo com Silva apud Machado et al. (2019, p.124),

*Com a globalização e as inovações tecnológicas, o perfil do profissional de contabilidade se tornou multifuncional por abranger cada vez mais áreas das ciências sociais, suas obrigações e habilidades deixaram de ser patrimoniais e se expandiram economicamente e financeiramente em por todos os campos e mercados trazendo novos padrões comportamentais, de qualificação e de desempenho garantindo uma tomada de decisão mais consciente, sendo responsável pelo crescimento e desenvolvimento da empresa, instituição, organização etc.*

É possível perceber que a globalização e as tecnologias tornaram o perfil do profissional contábil multidisciplinar, ampliando suas competências, e modificando seus conhecimentos para além das funções patrimoniais. Dessa forma, suas habilidades mudaram para incluir novas áreas como as sociais, econômicas e financeiras, exigindo novos padrões de qualificação e contribuindo para uma tomada de decisão mais consciente dentro das organizações.

Segundo Silva apud Alves et al. (2024, p. 5575)

*Os futuros profissionais de contabilidade precisam evoluir de criadores de relatórios para consultores de negócios, aproveitando seu conhecimento para gerar lucros. À medida que a tecnologia inova, a contabilidade se tornou uma fonte confiável de informações, e os contadores veem a tecnologia como uma aliada na automatização de processos e no foco em trabalhos estratégicos.*

Percebe-se que as transformações tornaram o perfil contábil mais amplo e que os futuros profissionais de contabilidade precisam evoluir de meros criadores de relatórios para consultores de negócios, utilizando seu conhecimento para gerar valor e apoiar o desempenho organizacional

“À medida que as tarefas repetitivas se tornam cada vez mais automatizadas, os contadores precisam se atualizar constantemente para acompanhar as inovações tecnológicas.”(Alves, Batista e Azevedo, 2024, p.5573)

Silva apud Machado et al. (2019, p.123), diz que o “perfil multidisciplinar é essencial para as tomadas de decisões.”

Nota-se que, para lidar com as constantes mudanças que ocorrem no mercado de trabalho, onde a automatização dos processos contábeis vem ganhando força, o profissional precisa apresentar um perfil que se enquadre às necessidades e demandas do mercado de trabalho. Diante disso, observa-se que para atuar em diferentes frentes é preciso ser capaz de exercer várias funções, o que evidencia o perfil multidisciplinar com o que melhor se ajusta às exigências de mercado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



Este estudo alcançou os seus objetivos propostos e respondeu a sua problemática. Buscou identificar o perfil do profissional contábil na atualidade, bem como suas habilidades e competências mais necessárias. Baseando-se na pesquisa bibliográfica realizada, o perfil encontrado foi o multidisciplinar, pois o contador do presente e do futuro é caracterizado pela junção de competências técnicas, tecnológicas e comportamentais.

Diante dos resultados da pesquisa, foi possível identificar que as habilidades e competências mais exigidas para esses profissionais são, ética, responsabilidade, proatividade, comunicação eficaz, conhecimento tecnológico, capacidade de inovar, flexibilidade e conhecimento técnico, essas são características que moldam o perfil de um bom profissional.

Observou-se que foi preciso uma busca por conhecimento, qualificação e especialização para que os profissionais pudessem se adaptar e acompanhar as mudanças que ocorreram, isso mostra a necessidade de treinamento e capacitação para lidar com as novas exigências, o que reforça a importância da atualização profissional constante para o desenvolvimento das atividades e o exercício da profissão.

Assim, entende-se que com as mudanças que ocorreram na contabilidade alinhados aos avanços tecnológicos permitiu ter mais rapidez e transparência no acesso à informação, o que contribui para um ambiente de negócio mais justo e competitivo. Sendo assim, conclui-se que, os profissionais contábeis precisam estar preparados para as novas mudanças e sempre procurar evoluir profissionalmente. Devido aos avanços tecnológicos que vêm ocorrendo ao longo do tempo, foi possível verificar que a tecnologia tem um grande impacto na atuação do contador.

Por fim, com base na pesquisa realizada, fica como suges-

tão que estudos futuros possam ter um foco maior nas habilidades comportamentais que são bastante requisitadas. Também é essencial que pesquisas futuras possam explorar com maior detalhamento o impacto das tecnologias e as tendências de mercado na profissão contábil, tendo em vista a constante evolução da contabilidade.

É fundamental, portanto, que haja ainda um estudo mais abrangente sobre este tema, visto que, as mudanças e evoluções nesta área continuam acontecendo, por isso, é importante que haja estudos mais aprofundados sobre o perfil do profissional contábil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ALVES, D. de J.; DIAS, R. M. C. A Valorização do Profissional Contábil: um estudo sobre a percepção dos gestores de negócios com atividade de comércio na cidade de Salvador/ BA. Revista de Iniciação Científica, v. 1, n. 3, p. 66-86, 2017.

ALVES, P. V. A. et al. As competências e habilidades que os profissionais contábeis devem desenvolver para lidar com a Inteligência artificial. Revista Sociedade Científica, v.7, n. 1, p. 5570-5593, 2024.

ARAÚJO, M. L. de. Perfil esperado do Contador no mercado de trabalho: uma análise da percepção dos empresários da área contábil. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

BARROSO, D. V. Teoria da contabilidade. 2018  
CFC. Habilidades necessárias aos profissionais da contabilidade são apresentadas no Conexão Contábil Sul. 2022.

CREPALDI, P. G.; LIDA, E. A. História da contabilidade. 2017.

EVANGELISTA, F. de S. D.; COELHO, D.; MARTINS, Z. B. Normas Internacionais de Contabilidade e o impacto no futuro da profissão contábil: Uma percepção de graduandos em Ciências Contábeis de uma universidade comunitária de Santa Catarina. CAFI, v. 5, n. 2, p. 204-221, 2022.

GARCIA, G. S. A evolução do profissional contábil: principais competências e qualidades exigidas para o futuro da profissão. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Osasco, 2022.

GIL, A. C. Como elaborar Projetos de Pesquisa. 6. ed. Editora: Gen Atlas, 2017.  
\_\_\_\_\_. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, M. L. R. A contabilidade como ferramenta de gestão empresarial. 2025.

MACHADO, L. et al. O perfil profissional do contador na contemporaneidade: uma análise a partir dos anúncios de recrutamento. Revista Valore, v.4, p. 119-132, 2021.

MARION, J. C. Contabilidade Empresarial. 17. ed. Editora Atlas. São Paulo, 2015.

NEVES, L. DE L.; MACIEL, S. DE A. Teoria Geral dos Sistemas (TGS). Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN), v. 6, n. 1, p. 1-21, 2022.

OLIVEIRA, H. M. de; SILVA, J. O. da. Perfil do Profissional Contábil: Um estudo de suas habilidades. 2013.

PAGNONCELLI, L. C. Habilidades e competências do contador: Percepção de profissionais, docentes e acadêmicos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016.

PAULA, D. M. de; RIZZI, D. I.; PETRI, S. M. O Perfil do Profissional Contábil Exigido pelo Mercado de Trabalho Catarinense: Um levantamento das vagas de emprego on-line. Congresso USP, São Paulo, 2020.

PIRES, C. B. A formação e a demanda do mercado de trabalho do contador na região metropolitana de Porto Alegre – RS. São Paulo, 2008.

REIS, A. de O. et al. Perfil do profissional contábil: habilidades, competências e imagem simbólica. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 12, n. 25, p. 95-116, 2015.

RIBEIRO, G. L. de V.; SILVA, J. de M. M.; LIMA, D. H. S. de. Perfil do Profissional Contábil: O que o Mercado Espera da Universidade? São Paulo, 2020.

RICCIO, E. L.; CARDOSO, R. L. ALBUQUERQUE, L. G. Competências do Contador: um estudo sobre a existência de uma estrutura de independência. Revista de Administração, v. 44, n. 4, p. 365-379, 2009.

SANTOS, L. T. F. dos.; TABOSA, M. C. de O. O mercado contábil e os no-

vos rumos da contabilidade: uma análise da percepção dos alunos con-  
cluintes. Campo do Saber, v.6, n. 2, p. p. 1-16, 2020.

SOUZA, J. H. de; SCHÄFER, J. D. Competências digitais do futuro conta-  
dor: uma perspectiva dos estudantes de ciências contábeis das univer-  
sidades federais brasileiras. 2024.

SOUZA, W. G. de; PEREZ, L. R. Tecnologias de automação e sua influên-  
cia na eficiência operacional em escritórios contábeis. Revista Científica  
Unilago, v. 1, n. 1, 2023.

SZÜSTER, F. R.; SZÜSTER, F. R.; SZÜSTER, N. Contabilidade: Atuais Desa-  
fios E Alternativa Para Seu Melhor Desempenho. R. Cont. Fin., n. 38, p.  
20-30, 2005.

VIAN, A. S. de O. et al. O que o mercado de trabalho requer do profissio-  
nal contábil. Revista Científica Unilago, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2023.

CAPÍTULO 5



**A LUTA DO POVO NEGRO  
NA CONSTRUÇÃO DE  
DIREITOS TRABALHISTAS**

**Júlio César Belo Gervásio**  
Mestre em Educação  
Universidad Europea del Atlántico  
(UNEATLANTICO)



## RESUMO



O objetivo geral da pesquisa é entender como a memória de Zumbi e a conscientização proporcionada pela data contribuem para o avanço dos direitos trabalhistas e para a redução das desigualdades raciais no Brasil. A metodologia adotada consiste em uma análise qualitativa de fontes históricas, políticas públicas, e literatura acadêmica, além de uma revisão crítica sobre o impacto das ações afirmativas, como cotas raciais e políticas de inclusão no mercado de trabalho. Foram analisados os principais avanços e desafios que a população negra enfrenta no acesso a direitos trabalhistas e nas condições de trabalho, considerando o contexto social e político brasileiro. Os resultados indicaram que, apesar das importantes conquistas históricas impulsionadas pela luta do movimento negro, como as cotas raciais e a maior visibilidade da questão racial nas políticas públicas, ainda existem grandes desafios para a população negra no mercado de trabalho. As condições de trabalho, a discriminação racial e a exclusão de negros de postos de liderança e decisão continuam a ser questões estruturais que afetam a efetividade das políticas públicas. A conclusão da pesquisa reafirma a importância simbólica e política da memória de Zumbi dos Palmares e do 20 de novembro, ressaltando que, embora as políticas públicas tenham contribuído para a inclusão da população negra, a luta por direitos trabalhistas e igualdade racial no Brasil ainda está longe de ser completamente realizada. É necessária a continuidade de esforços para a implementação efetiva dessas políticas, além da conscientização e combate ao racismo estrutural.

*Palavras-chave: Resistência Histórica. Direitos Trabalhistas. Igualdade Racial.*

## ABSTRACT



The general objective of the research is to understand how the memory of Zumbi and the awareness provided by the date contribute to the advancement of labor rights and the reduction of racial inequalities in Brazil. The methodology adopted consists of a qualitative analysis of historical sources, public policies, and academic literature, as well as a critical review of the impact of affirmative actions, such as racial quotas and inclusion policies in the labor market. The main advancements and challenges faced by the black population in accessing labor rights and working conditions were analyzed, considering the Brazilian social and political context. The results indicated that, despite the significant historical achievements driven by the struggle of the black movement, such as racial quotas and the greater visibility of racial issues in public policies, there are still major challenges for the black population in the labor market. Working conditions, racial discrimination, and the exclusion of black people from leadership and decision-making positions remain structural issues that affect the effectiveness of public policies. The conclusion of the research reaffirms the symbolic and political importance of the memory of Zumbi dos Palmares and November 20, highlighting that, although public policies have contributed to the inclusion of the black population, the fight for labor rights and racial equality in Brazil is still far from being fully realized. Continued efforts are needed for the effective implementation of these policies, as well as raising awareness and combating structural racism.

*Keywords: Historical Resistance. Labor Rights. Racial Equality.*

# INTRODUÇÃO

# 1



O dia 20 de novembro, oficialmente reconhecido como o Dia da Consciência Negra, possui uma carga simbólica profunda que transcende a mera celebração de uma data histórica. Sua importância está enraizada na figura de Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, assassinado nesse dia em 1695, representando a luta contra a escravidão e a exploração do povo negro. Zumbi não apenas se destacou pela resistência armada, mas também pela defesa da dignidade e da liberdade dos afro-brasileiros. No entanto, a data tem um significado que vai além de Zumbi, pois carrega consigo a memória coletiva da resistência do povo negro ao longo da história do Brasil, que desde o período colonial até os dias atuais se opõe às diversas formas de opressão e marginalização.

A resistência do povo negro não se limita a aspectos culturais ou simbólicos, mas se reflete, em grande medida, na construção de direitos fundamentais, especialmente os direitos trabalhistas. A exclusão histórica dos negros nas esferas de poder e acesso aos direitos civis no Brasil, legado da escravidão, reflete-se em uma série de desigualdades estruturais, incluindo a discriminação no mercado de trabalho, condições de trabalho precárias e a falta de acesso aos direitos trabalhistas básicos. Como destaca Gomes (2010) e Pereira (2016), as populações negras foram historicamente marginalizadas no Brasil, o que se refletiu diretamente na desvalorização de seu trabalho e nas condições de vida e de trabalho desiguais em comparação aos trabalhadores brancos.

Em um contexto de luta por direitos trabalhistas, o reconhecimento do 20 de novembro como feriado nacional é mais do que uma simples comemoração; é uma oportunidade de reflexão sobre as contribuições históricas do povo negro para a formação da identidade nacional, além de proporcionar uma pausa para discutir as condições de desigualdade que ainda perduram. A reflexão sobre o racismo estrutural, a inclusão social e os desafios de acesso a direitos fundamentais, como a educação, a saúde e o trabalho, se fazem ainda mais urgentes, especialmente considerando a exclusão persistente dos negros das conquistas sociais do país.

A pesquisa aqui proposta busca investigar como o 20 de novembro, enquanto feriado nacional, contribui para a conscientização sobre as questões raciais e trabalhistas no Brasil. O problema central da pesquisa é entender de que maneira o reconhecimento dessa data fortalece a luta por direitos trabalhistas, a visibilidade do racismo estrutural e a promoção de políticas públicas que busquem mitigar essas desigualdades. A questão de pesquisa que orienta este estudo é: Como a luta histórica do povo negro contribui para a construção e a efetivação dos direitos trabalhistas no Brasil contemporâneo?

A hipótese levantada é que o 20 de novembro, ao ser reconhecido como feriado, funciona como um marco de reflexão coletiva, ajudando a destacar a contribuição do povo negro para os direitos trabalhistas e a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Além disso, acredita-se que a data fortalece o movimento negro, possibilitando que suas demandas sejam mais visíveis e suas reivindicações, mais ouvidas.

A justificativa para esta pesquisa reside na necessidade de aprofundar o entendimento das consequências históricas da escravidão, refletindo sobre como essas desigualdades estruturais afetam o acesso aos direitos trabalhistas no Brasil. Considerando as disparidades que persistem em áreas como educação, trabalho e acesso a serviços públicos, o estudo visa explorar o papel do 20 de novembro como um catalisador de mudanças sociais, focando especialmente na inclusão do povo negro nas conquistas trabalhistas e nos debates sobre igualdade racial.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a contribuição histórica e atual da luta do povo negro na construção e efetivação dos direitos trabalhistas no Brasil. Os objetivos específicos incluem: (i) identificar como a memória de Zumbi dos Palmares e o 20 de novembro contribuem para a conscientização sobre a luta por direitos trabalhistas; (ii) analisar o impacto dessa data nas políticas públicas de inclusão e igualdade racial; (iii) avaliar a relação entre a resistência histórica do povo negro e os avanços no campo dos direitos trabalhistas no Brasil.

Para atingir esses objetivos, a metodologia adotada será a análise bibliográfica, considerando os principais autores como Assis (2015), Conceição (2012), Gomes (2010), Jesus (2018), Pereira (2016) e Souza (2014), além de uma análise de documentos históricos e relatórios de políticas públicas. Entrevistas com especialis-

tas, militantes do movimento negro e profissionais envolvidos na luta por direitos trabalhistas também serão realizadas, buscando captar diferentes perspectivas sobre os impactos dessa luta. Essa abordagem metodológica permitirá uma compreensão ampla dos desafios e das conquistas da população negra no que diz respeito à construção de seus direitos trabalhistas.

## RACISMO E DIREITOS TRABALHISTAS



# 2

Neste capítulo, será abordada a intersecção entre o racismo estrutural e a luta por direitos trabalhistas no Brasil, com um foco especial na memória histórica do povo negro e sua contribuição para a construção de um sistema de direitos trabalhistas mais inclusivo. Será explorado o impacto simbólico do Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, na luta por direitos trabalhistas. A figura de Zumbi dos Palmares, líder histórico da resistência negra no Brasil, e a data em si, são analisadas como marcos de reflexão sobre o racismo estrutural, a exploração e as desigualdades que a população negra enfrentou e continua a enfrentar, especialmente no campo do trabalho.

Também será discutido como o reconhecimento do 20 de novembro como feriado nacional tem impulsionado o debate público e influenciado políticas públicas voltadas para a inclusão racial e a promoção de igualdade de oportunidades. O capítulo analisará, ainda, como as ações governamentais e sociais têm buscado combater a exclusão racial no mercado de trabalho e promover melhores condições para a população negra, em consonância com as reivindicações por direitos trabalhistas. E, será feita uma análise da trajetória histórica de resistência do povo negro no Brasil, desde o período escravocrata até os dias atuais, e sua influência na conquista de direitos trabalhistas fundamentais. Será discutido como a resistência à opressão e exploração contribuiu para a construção de um movimento por justiça trabalhista que busca não apenas a reparação histórica, mas também a promoção da igualdade e da dignidade no trabalho.

### **2.1 A memória de Zumbi dos Palmares e a conscientização sobre a luta por direitos trabalhistas**

A memória de Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, é um símbolo de resistência e luta pela liberdade do povo negro contra a escravidão e a exploração no Brasil. Sua figura se associa à celebração do 20 de novembro, Dia da Consciência Negra,

data que carrega um significado profundo, não apenas de memória histórica, mas também de reflexão sobre as desigualdades raciais ainda presentes no país. Esse dia contribui para a conscientização sobre as injustiças sociais e, especialmente, sobre a luta por direitos trabalhistas para a população negra, que historicamente tem enfrentado dificuldades em alcançar igualdade de oportunidades no mercado de trabalho (Jesus, 2018).

Zumbi dos Palmares representa a resistência e a luta contra a opressão que, segundo Conceição (2012), se reflete na constante busca do povo negro por direitos, incluindo os trabalhistas, mesmo após o fim formal da escravidão. A luta por liberdade e autonomia, encarnada por Zumbi, se conecta diretamente às reivindicações atuais, como o direito à igualdade de oportunidades e a eliminação da discriminação no ambiente de trabalho. A figura do líder quilombola simboliza uma luta contínua, que vai além da abolição formal da escravidão, alcançando as condições precárias de trabalho que ainda afetam a população negra no Brasil.

O 20 de novembro, como data comemorativa, tem contribuído para a construção de políticas públicas voltadas para a inclusão racial e a igualdade de oportunidades, especialmente no campo do trabalho. A conscientização promovida por essa data ajuda a visibilizar as desigualdades no mercado de trabalho e instiga a criação de medidas que promovam maior acesso à educação e à qualificação profissional para a população negra, conforme apontam Pereira (2016) e Souza (2014). A memória de Zumbi fortalece o movimento negro no Brasil e reforça a importância de políticas públicas que combatam o racismo estrutural e promovam a inclusão de forma efetiva, principalmente no mercado de trabalho, onde a desigualdade racial ainda é evidente.

A luta histórica do povo negro, que se inicia com as batalhas de resistência lideradas por Zumbi e segue com a marginalização da população negra no mercado de trabalho, tem levado a importantes avanços na conquista de direitos trabalhistas. Gomes (2010) ressalta que, ao longo da história, a classe trabalhadora negra sempre esteve em posições subalternas, com salários baixos e condições precárias. Contudo, ao se apropriar da memória de Zumbi, o movimento negro no Brasil tem conquistado avanços importantes, como o reconhecimento da desigualdade racial nas relações de trabalho e o estabelecimento de políticas afirmativas que buscam reverter esse quadro de exclusão.

O impacto do 20 de novembro nas políticas públicas não se limita apenas à reflexão sobre a história. Jesus (2018) enfatiza que a data também serve para revisitar a jornada de trabalho e seus impactos sociais, principalmente no que diz respeito à população negra. A reflexão sobre o papel do povo negro na construção do Brasil também inclui a conscientização sobre a importância de direitos trabalhistas dignos, como a igualdade salarial e a eliminação da discriminação. O reconhecimento do 20 de novembro, portanto, não apenas celebra a resistência histórica, mas também reafirma a necessidade de se garantir direitos trabalhistas justos e igualitários para todos os cidadãos.

Dessa forma, a memória de Zumbi dos Palmares e a celebração do 20 de novembro têm contribuído decisivamente para a conscientização sobre a luta por direitos trabalhistas no Brasil. Ao conectar a resistência histórica do povo negro com as questões contemporâneas de inclusão e igualdade racial, essa data tem sido fundamental para reforçar a importância da luta por um mercado de trabalho mais justo e igualitário, além de promover políticas públicas que atendam às necessidades da população negra no país. Assim, o 20 de novembro transcende a memória histórica, transformando-se em um motor de ação política pela construção de um Brasil mais justo para todos (Jesus, 2018).

## **2.2 O impacto do Dia da Consciência Negra nas políticas públicas de inclusão e igualdade racial**

O Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, é uma data que simboliza a resistência histórica do povo negro e sua luta por liberdade e direitos. Esse dia tem um significado profundo não apenas na memória coletiva sobre Zumbi dos Palmares, líder quilombola que resistiu à escravidão, mas também como um marco na busca pela inclusão e igualdade racial no Brasil. O reconhecimento do 20 de novembro como feriado nacional, em 2011, é um reflexo do esforço contínuo para sensibilizar a sociedade sobre as questões raciais e suas implicações nas políticas públicas, especialmente nas áreas de educação, saúde e mercado de trabalho (Jesus, 2018).

A memória de Zumbi dos Palmares, conforme apontado por Conceição (2012), é um pilar central para a conscientização sobre as desigualdades raciais e a necessidade de mudanças estruturais nas políticas públicas. Ao celebrar essa data, o país não apenas lembra

da resistência histórica do povo negro, mas também reforça a luta pela inclusão e igualdade de direitos. Em um país marcado por um racismo estrutural, como observa Assis (2015), o 20 de novembro surge como um símbolo de resistência que impulsiona a criação de políticas públicas voltadas para a inclusão racial e a promoção da equidade social. As iniciativas voltadas para a igualdade de oportunidades, como cotas raciais no ensino superior e políticas afirmativas no mercado de trabalho, têm sido frutos dessa luta que se intensifica na comemoração dessa data.

Esse impacto das políticas públicas não se limita à área educacional, mas se estende ao mercado de trabalho, um dos setores em que as disparidades raciais ainda são mais evidentes. A população negra, historicamente marginalizada, encontra-se em desvantagem no acesso a empregos formais e de qualidade, além de enfrentar discriminação e precarização nas relações de trabalho. Gomes (2010) argumenta que o movimento negro tem buscado reverter essas desigualdades por meio da implementação de políticas públicas que garantam direitos trabalhistas mais justos, como o acesso a empregos, a igualdade salarial e a eliminação de barreiras que limitam as oportunidades para negros e negras. O 20 de novembro se tornou, assim, um catalisador para a ampliação e fortalecimento dessas políticas afirmativas, que têm como objetivo corrigir as disparidades raciais no mercado de trabalho.

Além disso, a jornada de trabalho, suas condições e os impactos sobre a população negra são questões centrais nas políticas públicas de inclusão e igualdade racial. Jesus (2018) destaca a importância de revisar as condições de trabalho e a jornada laboral, particularmente no que tange aos trabalhadores negros, que são mais afetados pelas jornadas extenuantes e pela precarização das condições de trabalho. O 20 de novembro é um momento de reflexão que leva os formuladores de políticas públicas a reconsiderar essas questões, propondo soluções que favoreçam a inclusão racial e melhorem a qualidade de vida dos trabalhadores negros. A data também reforça a importância de garantir condições de trabalho dignas, sem discriminação racial, e com um enfoque no bem-estar social de toda a população.

As políticas públicas de inclusão racial têm sido, portanto, uma resposta necessária e urgente às desigualdades que o povo negro enfrenta no Brasil. Como observa Pereira (2016), a implementação de cotas raciais e a promoção de igualdade de oportunidades

no mercado de trabalho são exemplos de como as políticas públicas podem corrigir as distorções históricas e garantir que a população negra tenha acesso às mesmas oportunidades que os outros grupos sociais. O reconhecimento do 20 de novembro tem sido uma força motivadora para a criação de programas e ações governamentais que busquem a equidade racial e que promovam uma sociedade mais inclusiva e justa.

O impacto do 20 de novembro nas políticas públicas de inclusão e igualdade racial vai além de uma simples celebração. Ele representa um momento de reflexão sobre a história do país, sobre as injustiças e desigualdades que ainda marcam a sociedade brasileira, e sobre a necessidade de ações concretas para corrigir essas distorções. Por meio da memória de Zumbi dos Palmares e da luta pelo reconhecimento do 20 de novembro como um marco de resistência, o Brasil tem avançado em sua busca por um futuro mais igualitário, no qual a população negra tenha as mesmas oportunidades de desenvolvimento e ascensão social que os outros grupos (Jesus, 2018).

Dessa forma, a data de 20 de novembro se consolidou como um momento crucial para promover políticas públicas de inclusão e igualdade racial, impulsionando mudanças nas estruturas sociais e políticas que antes excluía ou marginalizavam a população negra. Por meio das contribuições de autores como Conceição (2012), Assis (2015), Gomes (2010), Pereira (2016) e Jesus (2018), é possível perceber a importância dessa data para sensibilizar a sociedade e os governos sobre a necessidade de garantir os direitos dos negros e negras, especialmente no campo dos direitos trabalhistas e sociais.

### **2.3 A relação entre a resistência histórica do povo negro e os avanços no campo dos direitos trabalhistas no Brasil**

A história do povo negro no Brasil é marcada por uma luta constante contra a opressão, a discriminação e as injustiças sociais. Desde os tempos da escravidão até os dias atuais, essa resistência tem sido central para a conquista de direitos fundamentais, incluindo os direitos trabalhistas. O movimento negro, embasado em sua resistência histórica, desempenhou um papel crucial no avanço das lutas por condições de trabalho dignas, igualdade salarial, e reconhecimento pleno como cidadãos. A data do 20 de novembro, em homenagem a Zumbi dos Palma-

res, é um marco importante dessa trajetória, simbolizando a resistência e a busca por justiça social (Jesus, 2018).

Conforme destaca Conceição (2012), Zumbi dos Palmares representa um ícone da resistência do povo negro à escravidão e à exploração. Sua luta pela liberdade e pela autonomia do Quilombo dos Palmares é um reflexo da busca incessante pela emancipação e por um futuro livre das amarras da opressão racial. A resistência de Zumbi e de outros líderes quilombolas representa um legado de enfrentamento às forças que subjugavam os negros, e esse legado reverbera diretamente nas lutas por direitos trabalhistas. A abolição formal da escravidão em 1888, embora tenha sido um marco, não significou a verdadeira liberdade para a população negra, que continuou a enfrentar a exclusão das esferas de trabalho dignas e a ser sujeita a condições de trabalho precárias.

A luta por direitos trabalhistas, portanto, está diretamente ligada a essa resistência histórica. O movimento negro, como observa Assis (2015), sempre procurou reverter as desigualdades sociais que a população negra enfrentava, especialmente no campo do trabalho. Após a abolição, os negros foram frequentemente relegados a posições subalternas no mercado de trabalho, como trabalhadores informais ou nas áreas mais marginalizadas da economia. A discriminação racial nas relações de trabalho e a falta de acesso a empregos formais e bem remunerados foram questões centrais da luta negra no Brasil. A resistência dos negros, baseada em uma memória coletiva de injustiças passadas, impulsionou a demanda por direitos trabalhistas mais justos e equitativos.

Esse processo de conscientização e resistência também se reflete nas políticas públicas e nas conquistas legislativas que visam garantir direitos trabalhistas aos negros. De acordo com Gomes (2010), a luta do movimento negro não se limitou à reivindicação de direitos civis e políticos, mas também ao direito ao trabalho digno e à eliminação de práticas discriminatórias no mercado de trabalho. As políticas de cotas raciais, por exemplo, são uma resposta a essa histórica marginalização, garantindo aos negros uma representação mais justa no mercado de trabalho e no acesso ao ensino superior. Essas conquistas são o reflexo direto da resistência histórica do povo negro, que continua a lutar por um Brasil mais igualitário.

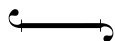
Além disso, a resistência histórica do povo negro também impactou a regulamentação das condições de trabalho. Jesus (2018) discute como a jornada de trabalho e as condições precárias

de trabalho eram, e ainda são, um reflexo das desigualdades raciais no Brasil. Trabalhadores negros, em especial, eram sobrecarregados com jornadas extenuantes e sem os direitos trabalhistas assegurados. A luta por uma jornada de trabalho justa, pela regulamentação das condições laborais e pela eliminação da exploração no trabalho reflete as demandas de uma sociedade que, ao longo dos séculos, foi moldada pela exclusão do povo negro dos direitos fundamentais. A resistência negra foi, e continua sendo, um motor importante para avanços como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que, embora tenha sido uma conquista importante, ainda precisa ser aplicada de forma equitativa, combatendo as desigualdades raciais persistentes.

Pereira (2016) ressalta que os avanços nos direitos trabalhistas no Brasil não podem ser dissociados da resistência negra. A criação de leis e normas para a proteção dos direitos dos trabalhadores, incluindo aqueles voltados para a população negra, é resultado direto da luta constante por justiça social. Além disso, as políticas públicas voltadas para a inclusão racial e para a eliminação das desigualdades raciais no trabalho, como as políticas afirmativas e de igualdade salarial, são conquistas que, embora recentes, têm raízes profundas na resistência histórica do povo negro. A conscientização sobre a importância dessas políticas é fundamental para garantir que o direito ao trabalho digno seja universal e igualitário.

A relação entre a resistência histórica do povo negro e os avanços no campo dos direitos trabalhistas no Brasil é, portanto, um reflexo da luta incessante contra a exclusão e a discriminação. A memória de Zumbi dos Palmares e a data do 20 de novembro continuam a ser símbolos de um povo que, desde os tempos coloniais, luta por liberdade, por justiça e, especialmente, por direitos trabalhistas que garantam a dignidade e a igualdade. Assim, como observa Souza (2014), a luta dos negros por direitos não se resume ao passado, mas continua a se manifestar nas políticas públicas e nas ações que buscam corrigir as desigualdades históricas e garantir o direito ao trabalho para todos, sem distinção racial.

## CONCLUSÃO



A análise da relação entre a resistência histórica do povo negro e os avanços no campo dos direitos trabalhistas no Brasil, com base na memória de Zumbi dos Palmares e na importância do 20 de novembro, permitiu concluir que a luta pela dignidade e pelos direitos da população negra é um fator central na construção das políticas públicas de inclusão e igualdade racial no país. O estudo evidenciou que o movimento negro, desde o período colonial até a atualidade, tem desempenhado um papel crucial na luta contra a exclusão social e a marginalização, buscando não apenas a liberdade, mas também a garantia de direitos trabalhistas e sociais. A memória de Zumbi, símbolo da resistência contra a escravidão, e a celebração do 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra, servem como um marco para refletir sobre os desafios históricos e as conquistas na promoção da igualdade racial, sendo elementos centrais para a conscientização social e política.

O problema central da pesquisa – como a resistência histórica do povo negro tem influenciado o avanço dos direitos trabalhistas e as políticas públicas de inclusão – foi amplamente discutido. A pesquisa demonstrou que, apesar de progressos significativos nas últimas décadas, a população negra ainda enfrenta obstáculos substanciais no mercado de trabalho, incluindo discriminação racial, falta de acesso a oportunidades iguais e baixos salários. Porém, as lutas históricas, materializadas no 20 de novembro, impulsionaram a criação de políticas públicas, como as cotas raciais e ações afirmativas, que visam reverter essas desigualdades. Além disso, foi possível verificar que o movimento negro tem sido fundamental para a construção de direitos trabalhistas, particularmente na busca por melhores condições de trabalho, maior inclusão no mercado e a conquista de direitos civis essenciais.

No entanto, a pesquisa também revelou algumas limitações. As políticas públicas de inclusão racial e os direitos trabalhistas para a população negra, embora em avanço, ainda apresentam lacunas significativas, especialmente em termos de implementação eficaz e monitoramento das condições de trabalho e acesso ao mercado

de trabalho. Além disso, o impacto das leis de cotas e outras iniciativas de inclusão não têm sido uniformemente positivo, com alguns desafios em sua aplicação, especialmente em áreas mais periféricas ou em empresas privadas. A persistência do racismo estrutural e a exclusão de negros de postos de liderança e tomada de decisão também permanecem um obstáculo para a verdadeira equidade.

Para futuras pesquisas, é sugerido um aprofundamento na análise dos efeitos das políticas públicas de inclusão racial no mercado de trabalho, com um foco maior nas especificidades de cada região do Brasil, a fim de entender como as disparidades locais impactam a eficácia dessas políticas. Também seria interessante investigar como o racismo estrutural, ainda presente em diversos níveis da sociedade, influencia não só o acesso aos direitos trabalhistas, mas também as condições de trabalho das pessoas negras, incluindo a vivência de assédio, violência e discriminação dentro do ambiente corporativo. O estudo do impacto das ações afirmativas nas universidades e no mercado de trabalho, com uma análise mais detalhada dos setores em que os negros conseguem maior ascensão, também representa uma área fértil para novas pesquisas. Dessa forma, novas abordagens podem contribuir para um entendimento mais profundo da relação entre a resistência histórica do povo negro e as políticas públicas de igualdade racial e trabalhista no Brasil.

Em suma, a memória de Zumbi e o 20 de novembro são elementos simbólicos poderosos na construção das políticas de inclusão e igualdade racial no Brasil, mas a luta continua. O reconhecimento das conquistas históricas é fundamental, mas a implementação de ações concretas que garantam os direitos trabalhistas e sociais da população negra é essencial para que, no futuro, o país consiga reduzir as desigualdades raciais e construir um espaço de maior justiça e equidade social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ASSIS, A. F. O movimento negro no Brasil. São Paulo: Editora XYZ, 2015.

CONCEIÇÃO, M. D. Zumbi dos Palmares: história, memória e resistência. Rio de Janeiro: Editora Alfa, 2012.

GOMES, M. S. O trabalho e a classe operária no Brasil. São Paulo: Editora Delta, 2010.

JESUS, C. M. A jornada de trabalho e seus impactos: uma análise histórica. Brasília: Editora Governo, 2018.

PEREIRA, E. M. Direitos trabalhistas no Brasil: desafios e conquistas. Porto Alegre: Editora.

SOUZA, D. L. A consciência negra no Brasil. Recife: Editora Carpe Diem, 2014.

## CAPÍTULO 6



# O USO DO CICLO PDCA NA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL

**Lilian dos Santos Nascimento**  
Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação  
MUST University



## RESUMO



O processo de gestão nas instituições escolares está intrinsecamente associado à aplicação do ciclo PDCA, o qual compreende a organização de estudos e o uso de ferramentas voltadas ao aprimoramento do funcionamento e à eficácia da gestão educacional. O objetivo principal deste estudo é analisar de uma forma mais ampla o ciclo PDCA no âmbito do sistema educacional, por meio de práticas de gestão sistematizadas e orientadas para a melhoria contínua. A metodologia adotada fundamenta-se em uma revisão bibliográfica, com base em obras de autores que abordam a temática, como livros, artigos científicos e outros materiais relevantes, os quais subsidiam o desenvolvimento deste estudo. O ciclo PDCA — dividido nas etapas de Planejar, Fazer, Verificar e Agir — constitui um modelo de gestão que visa à melhoria contínua do desempenho institucional. Sua aplicabilidade deve estar pautada em critérios de qualidade e efetividade, contribuindo para o planejamento adequado das atividades escolares e evidenciando a atuação da gestão no direcionamento correto das ações institucionais. As ações podem ser analisadas a partir de cada etapa do processo, sendo o foco central identificar e compreender as dificuldades enfrentadas por alguns estudantes no desenvolvimento da aprendizagem, de modo a propor intervenções que favoreçam um ambiente educacional mais eficaz e inclusivo.

*Palavras-chave: Planejamento. Educação. Qualidade.*

## ABSTRACT

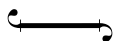


The management process within educational institutions is intrinsically linked to the application of the PDCA cycle, which involves the organization of studies and the use of tools aimed at improving the functioning and effectiveness of educational management. The main objective is to promote a broader and more effective application of the PDCA cycle within the educational system through systematized management practices focused on continuous improvement. The methodology adopted is based on a bibliographic review, drawing from the works of authors who address the topic—such as books, scientific articles, and other relevant materials—which support the development of this study. The PDCA cycle—divided into the stages of Planning, Doing, Checking, and Acting—is a management model that seeks continuous institutional performance improvement. Its applicability should be guided by quality and effectiveness criteria, contributing to the proper planning of school activities and highlighting the role of management in effectively guiding institutional actions. The activities can be analyzed in each stage of the process, with the central focus on identifying and understanding the challenges faced by some students in the learning process, in order to propose interventions that foster a more effective and inclusive educational environment.

*Keywords: Planning. Education. Quality.*

# INTRODUÇÃO

# 1



Uma gestão eficiente constitui elemento essencial para o adequado funcionamento dos processos administrativos no âmbito escolar. Nesse contexto, a escola assume uma função social de extrema importância, atuando de forma significativa no desenvolvimento humano e na promoção da conscientização social, desempenhando um papel transformador na sociedade. O ciclo PDCA foi desenvolvido por Walter A. Shewhart na década de 1920. No entanto, passou a ser amplamente conhecido como Ciclo de Deming a partir da década de 1950, devido à sua ampla divulgação e aplicação pelo estatístico W. Edwards Deming. O ciclo PDCA (Plan – Do – Check – Act), traduzido como Planejar, Fazer, Verificar e Agir, constitui uma ferramenta de gestão amplamente utilizada para promover a melhoria contínua de processos, produtos e serviços. Sua principal finalidade é estruturar a tomada de decisões com base em dados concretos, permitindo a identificação de falhas, a implementação de soluções e o monitoramento de resultados de maneira sistemática e eficaz.

O PDCA é frequentemente empregado em sistemas de gestão da qualidade, como a ISO 9001, por contribuir com a padronização de procedimentos e o controle de qualidade. Além disso, sua aplicação estimula a participação das equipes em todas as etapas do processo, promovendo uma gestão mais colaborativa e orientada por resultados. Embora tenha origem na indústria e na administração, o ciclo PDCA demonstra grande versatilidade, podendo ser adaptado a diferentes contextos organizacionais, como a saúde, o setor público e, especialmente, a educação.

No âmbito educacional, o PDCA tem se mostrado eficaz na otimização da gestão pedagógica, contribuindo para o aprimoramento do planejamento escolar, a execução de ações estratégicas, o acompanhamento de indicadores e a adoção de medidas corretivas voltadas à melhoria do ensino e da aprendizagem. Este estudo tem como principal objetivo analisar o uso do ciclo PDCA dentro do sistema educacional focadas na melhoria contínua. Para isso foi utilizado meios bibliográficos de autores que falam à cerca do tema escolhido.

## PDCA NO CONTEXTO ESCOLAR

# 2



O planejamento no contexto da gestão escolar deve ser delineado de forma criteriosa, com a definição de normas e diretrizes que subsidiem, de maneira efetiva, a formulação e o fortalecimento da política pedagógica da instituição. Nesse sentido, os planos organizacionais requerem uma análise minuciosa e fundamentada por parte da equipe gestora, configurando-se como etapa imprescindível para a consolidação de uma gestão educacional eficiente, articulada aos princípios e objetivos do sistema de ensino.

Conforme Machado (2010) apud Rocha e Duarte (2015), para o desenvolvimento eficaz de um programa de melhoria contínua no âmbito organizacional, é imprescindível a consideração de seis fatores estratégicos que favorecem sua implementação e asseguram a obtenção de resultados consistentes e sustentáveis. São eles: A efetiva implementação de um programa de melhoria contínua está diretamente condicionada à observância de fatores estratégicos que envolvem, prioritariamente, o comprometimento da alta administração na definição de políticas institucionais claras, alinhadas às diretrizes da qualidade organizacional. Soma-se a isso a delimitação precisa de responsabilidades, a atualização constante de metas organizacionais e o engajamento das equipes com os resultados esperados. A transparência nos processos, por meio de canais de comunicação eficazes e da ampla disseminação dos resultados, reforça a cultura de avaliação e aprimoramento. Destaca-se, ainda, a necessidade de disseminar a cultura da qualidade em todos os níveis hierárquicos, por meio de ações formativas contínuas, especialmente nas bases operacionais da organização. Por fim, a presença de uma liderança participativa, tecnicamente capacitada e legitimada institucionalmente é fundamental para assegurar a condução estratégica e a sustentabilidade do processo de melhoria contínua.

O ciclo PDCA (Plan – Do – Check – Act) é um modelo de gestão estruturado em quatro etapas, voltado à promoção da melhoria contínua de processos organizacionais. Segundo Silva e Andrade (2018), o PDCA é uma metodologia sistemática que permite identi-

car, planejar e corrigir falhas nos processos, promovendo eficiência e qualidade nas operações.

**1- Planejar:** a primeira etapa consiste na identificação de problemas, definição de metas e estabelecimento de um plano de ação. De acordo com Paladini (2012), essa fase requer um diagnóstico detalhado da situação atual, baseado em dados concretos, a fim de compreender as causas dos problemas e estabelecer objetivos alinhados às estratégias organizacionais.

**2- Executar:** Nesta fase, coloca-se em prática o plano estabelecido. Segundo Slack et al. (2010), a execução deve ser acompanhada de treinamentos, instruções claras e monitoramento constante para garantir a conformidade das ações com o planejamento. É essencial o envolvimento das equipes e a coleta de dados sobre o desempenho durante a implementação.

**3- Verificar:** a terceira etapa é dedicada à análise dos resultados obtidos em relação aos objetivos propostos. Conforme Deming (1986), que difundiu amplamente o ciclo, essa fase permite avaliar a eficácia das ações implementadas por meio de indicadores mensuráveis. Trata-se de uma etapa crítica para detectar desvios e oportunidades de melhoria.

**4- Agir:** Com base na verificação, nesta etapa realizam-se os ajustes necessários e padronizam-se os processos que apresentaram bons resultados. Campos (2004) destaca que essa fase consolida as melhorias alcançadas e prepara o ambiente para reiniciar o ciclo com novos desafios, garantindo a evolução contínua da organização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

# 3



A aplicação do ciclo PDCA no contexto educacional revela-se uma estratégia eficaz para a promoção da melhoria contínua na gestão escolar e nos processos pedagógicos. Ao permitir uma abordagem sistemática e estruturada das ações institucionais, o PDCA contribui significativamente para o planejamento, execução, monitoramento e aprimoramento de práticas educacionais voltadas à qualidade do ensino e da aprendizagem.

Conclui-se, portanto, que o PDCA, quando bem aplicado no ambiente educacional, tornase uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento institucional, favorecendo a organização de processos, a definição de metas realistas e a adoção de estratégias corretivas e preventivas. Sua adoção contribui para uma gestão mais participativa, transparente e comprometida com a melhoria contínua da qualidade do ensino, demonstrando ser não apenas viável, mas essencial em contextos escolares que buscam inovação, eficiência e transformação social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



CAMPOS, V. F. TQC: Controle da Qualidade Total (no estilo japonês). 9. ed. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni, 2004

DEMING, W. E. Out of the Crisis. MIT Press, 1996.

PALADINI, E. P. Gestão da Qualidade: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, M. A.; ANDRADE, R. T. Ferramentas da Qualidade e a Melhoria Contínua. Revista de Administração Contemporânea, 2018.

SLACK, N. et al. Administração da Produção. São Paulo: Atlas, 2010.

CAPÍTULO 7



**RECURSOS MULTIMÍDIA  
COMO ESTRATÉGIA DE APOIO  
NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

**Edilânia Bento Lemos**

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação  
MUST University



## RESUMO



O presente trabalho vem abordar e refletir sobre o uso de recursos multimídia no contexto educacional, tendo como foco a educação inclusiva de estudantes que apresentam diferentes necessidades. O artigo destaca que os recursos multimídia como vídeos, imagens, aplicativos, ampliam as possibilidades pedagógicas, oferecendo suporte e favorecendo o processo de inclusão educacional, acessibilidade e a participação efetiva dos estudantes. Também aborda o papel da tecnologia assistiva como aliada ao processo educacional, promovendo assim a equidade e autonomia dos estudantes. Além disso, apresenta os desafios na implementação dos recursos multimídia na educação inclusiva, como falta de recursos, entre outros fatores. Sendo assim, esse estudo objetiva compreender como os recursos multimídia podem garantir qualidade no processo educativo e inclusivo, sendo uma estratégia de apoio eficiente no contexto educacional. Foi realizado como metodologia a pesquisa bibliográfica em artigos científicos, enfocando diferentes autores que retratam a temática. Conclui-se que o uso adequado da multimídia no ambiente escolar pode favorecer o processo de ensino-aprendizagem, mas que a formação e conhecimento dos profissionais é de fundamental importância e pode fortalecer práticas inclusivas, tornando a educação mais dinâmica, prazerosa e acessível para todos.

*Palavras-chave: Educação Inclusiva. Processo Educacional. Recursos Multimídia. Tecnologias Educacionais.*

## ABSTRACT



This paper addresses and reflects on the use of multimedia resources in the educational context, focusing on the inclusive education of students with diverse needs. The article highlights that multimedia resources such as videos, images, and applications expand pedagogical possibilities, offering support and fostering the process of educational inclusion, accessibility, and effective student participation. It also addresses the role of assistive technology as an ally in the educational process, thus promoting equity and student autonomy. Furthermore, it presents the challenges in implementing multimedia resources in inclusive education, such as lack of resources, among other factors. Therefore, this study aims to understand how multimedia resources can ensure quality in the educational and inclusive process, serving as an effective support strategy in the educational context. The methodology used was bibliographical research in scientific articles, focusing on different authors who address the topic. It is concluded that the appropriate use of multimedia in the school environment can favor the teaching-learning process, but that the training and knowledge of professionals is of fundamental importance and can strengthen inclusive practices, making education more dynamic, enjoyable and accessible for all.

*Keywords: Inclusive Education. Educational Process. Multimedia Resources. Educational Technologies.*

## INTRODUÇÃO



Tendo em vista os avanços tecnológicos na atualidade, os recursos multimídia são ferramentas essenciais no processo educacional, pois pode proporcionar vários benefícios para a aprendizagem dos educandos. Para a realização desse trabalho foi realizado pesquisas bibliográficas em artigos científicos, portanto a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, enfocando diferentes autores como: Bastos et al. (2023); Castro (2024); Lima et al. (2025); Nery (2025); Santos (2016), entre outros.

O presente artigo tem como objetivo investigar como os recursos multimídias e a tecnologia podem contribuir para promover uma aprendizagem satisfatória na trajetória educativa das pessoas com deficiência, algum transtorno ou dificuldade de aprendizagem, ou necessidades específicas no processo formativo. Discorre de maneira reflexiva sobre a utilização dos recursos multimídia na prática pedagógica, promovendo assim uma educação inclusiva e acessível para todos. Diante desse contexto, a tecnologia surge como um importante apoio que visa garantir engajamento e uma aprendizagem mais dinâmica.

A acessibilidade em ambientes virtuais deve seguir alguns princípios que são fundamentais para a inclusão de todas as pessoas, seja através de recursos adaptados, aplicativos e ferramentas que combinem diferentes formas de linguagem, comunicação e áudio para enriquecer o processo de aprendizagem.

Esse artigo busca explorar os diferentes recursos multimídia e tecnológicos, identificando assim suas principais contribuições no contexto atual da educação inclusiva. Além disso, esse trabalho visa explorar como as formas da utilização de multimídia pode contribuir para garantir a inclusão educacional dos alunos público-alvo da educação especial e os que necessitam de maiores suportes, sem neces-

sariamente ter uma deficiência ou transtorno de aprendizagem.

O texto está estruturado da seguinte maneira: após a introdução que apresenta o tema, as características gerais do trabalho como justificativa, metodologia e objetivos, vem abordar ao decorrer do desenvolvimento sobre as contribuições e vantagens dos recursos de multimídia para a educação inclusiva, seus desafios na utilização no contexto escolar referenciando com alguns autores que abordam a temática. No tópico seguinte vem retratar sobre os desafios na implementação dos recursos multimídias na educação inclusiva, sendo alguns fatores como falta de capacitação docente, ausência de recursos tecnológicos em sala de aula, entre outros desafios.

# CONTRIBUIÇÕES DOS RECURSOS MULTIMÍDIA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

# 2



Com o avanço da tecnologia ao longo do tempo, os professores tiveram que reinventar e inovar seus métodos de ensino e aprendizagem de modo a favorecer uma aprendizagem mais dinâmica e atrativa no contexto educacional. Os novos perfis dos estudantes fazem com que se pense numa metodologia ativa com abordagens de ensino mais adaptáveis as diferentes realidades educacionais.

No contexto da educação inclusiva, os recursos multimídia contribui de forma bastante pertinente para a acessibilidade e a garantia de uma boa educação independente das condições físicas que o aluno com deficiência apresente. De acordo com Lima et al., (2025), o uso das várias ferramentas e recursos tecnológicos como lousas digitais, vídeos educativos e plataformas interativas pode facilitar a compreensão de conteúdos mais difíceis, especialmente para alunos com necessidades específicas, como aqueles com deficiência visual ou auditiva. Sendo assim, é importante que o professor adote em suas metodologias recursos que favoreça o processo de aprendizagem para esses alunos.

Com os recursos multimídia, os professores têm uma vasta variedade de técnicas que podem utilizar na sala de aula através de vídeos, imagens, músicas, aplicativos educacionais, além de recursos como TVs, computadores, retroprojetores, entre outros. Segundo Castro (2024), essas ferramentas desempenham um papel importante nas escolas e oferece formas mais dinâmicas de aprendizagem impactando diversas áreas do conhecimento e incentivando os professores a aperfeiçoarem suas estratégias pedagógicas. Toda a evolução de tais recursos tem se mostrado eficiente na educação, pois pode contribuir para que todos os alunos tenham acesso aos conteúdos, independentemente de suas limitações físicas ou cognitivas, contri-

buindo dessa forma para uma educação mais inclusiva.

Sfalsin & Cardoso) destaca que,

*ao trazer mais dinamismo e interatividade para as aulas presenciais, o uso de recursos multimídia oferece uma educação que combina o melhor do ensino tradicional com as possibilidades tecnológicas modernas, o que contribui para uma aprendizagem mais rica, envolvente e eficaz (Sfalsin & Cardoso, 2025, p. 3).*

Entre as muitas contribuições dos recursos multimídia para o processo de ensino-aprendizagem pode-se destacar a possibilidade de trabalhar com aulas dinâmicas, interativas, onde o aluno passa a ser o seu próprio protagonista do processo de aprendizagem. Conforme destaca (Nery, 2025, s/p), “os recursos multimídia, ao combinarem elementos visuais, sonoros e interativos, favorecem a retenção do conhecimento e estimulam a participação ativa dos estudantes”. Diante disso, é importante compreender que a utilização dessas ferramentas auxilia e beneficia a compreensão dos conteúdos através de uma aula mais interativa e proveitosa.

Existem muitas formas de serem inseridos recursos de multimídia na educação inclusiva. No contexto educacional pode-se utilizar projeções de vídeos e animações, áudios e podcasts, uso da realidade aumentada e realidade virtual, uso de aplicativos. A utilização da tecnologia assistiva (TA) também pode ser uma grande aliada nesse processo educacional. Em relação ao uso da TA para pessoas com deficiência visual e auditiva pode-se utilizar softwares educativos sinalizados, jogos com legendas e vídeos interpretados em libras, aplicativos com leitores de tela, assistentes de voz, e tantos outros recursos que podem ser utilizados pelas pessoas com deficiência visual ou surdez. De acordo com (Bastos, 2023, p.3), “a Tecnologia Assistiva pode ser entendida como um auxílio para promover a capacidade funcional, possibilitando a realização de uma função pretendida, porém inviabilizada por uma deficiência ou mesmo pelo envelhecimento”.

Para alunos com deficiência auditiva e visual os recursos de tecnologia assistiva garantem maior autonomia, inclusão social e educacional e independência no dia a dia. Recursos como tablets com acessibilidade, ampliadores de telas, o programa DOSVOX, ma-

teriais em áudio, vídeos com audiodescrição e legendas automáticas, vídeos com intérpretes, materiais em braille, além de outros recursos favorecem o aprendizado e possibilita muitas oportunidades para esse público. Para o ensino a distância a utilização do aplicativo NVDA é de fundamental importância para garantir a autonomia e os direitos das pessoas com deficiência visual. Santos (2023), destaca que, o NVA é projetado para atender as necessidades de usuários com deficiência visual, tornando-o como escolha sólida de forma a garantir a acessibilidade em ambientes virtuais de aprendizagem como o Moodle.

A educação inclusiva busca garantir a participação efetiva de todas as pessoas, especialmente aqueles que possuem alguma especificidade, sendo assim, a utilização dos recursos multimídia pode favorecer aprendizagem por meio de diferentes formatos.

## **2.1 Desafios na Implementação dos Recursos Multimídia na Educação Inclusiva**

A utilização das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, contudo os que apresentam algum tipo de deficiência, é de fundamental importância, no entanto, existem alguns desafios que precisam ser levados em consideração. Existem muitos recursos tecnológicos voltados para diferentes tipos de deficiência, todavia, se faz necessário o profissional conhecer tais recursos e ter o acesso, pois ainda existem muitas barreiras em relação ao uso tecnológico em sala de aula como a necessidade de capacitação docente, ausência de recursos em sala de aula, falta de um laboratório de informática para os alunos, além de outros desafios. Como ressalta Nery (2025), a infraestrutura das escolas e instituições de ensino precisa estar adaptada para utilizar essas ferramentas, garantindo acesso à internet de qualidade, dispositivos atualizados e suporte técnico.

A implementação dos recursos multimídia na educação inclusiva, pode contribuir para que todas as pessoas possam ter acesso e direitos garantidos no processo educacional, pois independentemente das capacidades ou limitações que o estudante apresente, esse pode ter acesso as diferentes informações e conhecimentos pedagógicos, no entanto, para que isso aconteça se faz necessário a formação e capacitação docente para a utilização correta das tecnologias. (Sfalsin & Cardoso, 2025, p.6), afirma que, “a ausência de labo-

ratório de informática, a falta de equipamentos de salas multimídia, de profissionais e de treinamento para os professores são elementos que contribuem para a resistência em adotar as inovações no ambiente escolar”.

O desempenho dos recursos multimídia depende de muitos fatores para funcionar de forma eficiente no processo de ensino-aprendizagem, pois a infraestrutura da escola precisa estar adequada, ter capacitação dos profissionais e diferentes recursos como um acesso de qualidade à internet, recursos de tecnologia assistiva para as pessoas com deficiência visual ou auditiva.

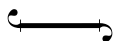
Além desses fatores, é importante ressaltar que a utilização excessiva de recursos tecnológicos como TVs ou Smartphones podem causar uma dependência na vida dos estudantes quando utilizadas sem controle e sem um planejamento eficaz. Ainda de acordo com (Nery, 2025, s/p),

*a dependência excessiva de ferramentas tecnológicas pode levar à redução da autonomia crítica dos estudantes, caso o ensino passe a se basear apenas em estímulos superficiais e recompensas imediatas, sem estimular a reflexão e a construção do conhecimento de maneira aprofundada (Nery, 2025, s/p).*

Nessa perspectiva, é importante ter em mente que as tecnologias precisam ser utilizadas de forma coerente e responsável de forma a contribuir com a aprendizagem dos estudantes com deficiência e não ser apenas “entretenimento” para o estudante. É necessário o docente ter um planejamento claro e coerente com as necessidades do educando.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

# 3



Através desse trabalho foi possível compreender que os recursos multimídia, quando utilizados de forma planejada pelo profissional da educação, representam um importante apoio para o processo de ensino-aprendizagem de todos os alunos, e uma estratégia de apoio à educação inclusiva, promovendo acessibilidade, participação, autonomia e aprendizagem significativa para todos os estudantes. No entanto, foi de grande valia refletir sobre os recursos de multimídia e que tais recursos ampliam diferentes possibilidades aliada a tecnologia assistiva para pessoas com deficiência ou que necessita de um suporte educacional no processo de aprendizagem.

Entretanto, foi possível observar que ainda existem alguns desafios, no que diz respeito a utilização de tais recursos de multimídia, pois à capacitação docente, a infraestrutura escolar e ao acesso as tecnologias precisam ser repensadas na educação como investimento em políticas públicas para garantir práticas inclusivas e metodologias mais adequadas em sala de aula. Assim, este estudo reforça a importância da utilização dos recursos de multimídia como estratégia de apoio para facilitar o processo de inclusão escolar garantido equidade e melhoria na qualidade de práticas pedagógicas em sala de aula.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BASTOS, Paula Alessandra Lima Santos et al. Tecnologia assistiva e políticas públicas no Brasil. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 31, p. e3401, 2023.

CASTRO, Vânia Avelino de. Recursos multimídia na educação: benefícios e desafios no contexto escolar. *Revista Educação Contemporânea*, v. 1, n. 2, p. 667-674, 2024.

LIMA, Daniel dos Santos et al. Desafios e possibilidades no uso de tecnologias digitais na educação inclusiva. *LUMEN ET VIRTUS*, v. 16, n. 48, p. 4941-4959, 2025.

NERY, Raquel Garcia. A influência dos recursos multimídia na educação: engajamento, inclusão e desafios da implementação tecnológica. *Revista Educação Contemporânea*, v. 2, n. 2, p. 891-901, 2025.

SANTOS, Jorge de Sousa. Recursos multimídias para a educação: o ambiente virtual de aprendizagem na educação superior a distância. *REEDUC - Revista de Estudos em Educação*, v. 9, n. 1, p. 115-125, 2023.

SANTOS, Martinha Clarete Dutra dos. O direito das pessoas com deficiência à educação inclusiva e o uso pedagógico dos recursos de tecnologia assistiva na promoção da acessibilidade na escola. *InFor*, v. 1, n. 1, p. 51-60, 2016.

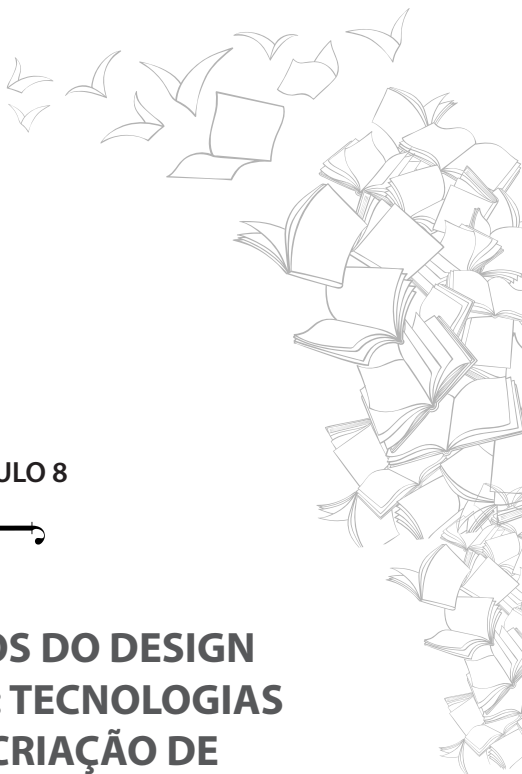
SFALSIN, Giselle Perini Bicudo; CARDOSO, Luana de Freitas. Recursos multimídias na educação - a importância do uso de ferramentas tecnológicas digitais para o processo de ensino e aprendizagem na modalidade presencial. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, v. 18, n. 5, p. e18206, 2025.

CAPÍTULO 8



**FUNDAMENTOS DO DESIGN  
INSTRUCIONAL: TECNOLOGIAS  
E ÉTICA NA CRIAÇÃO DE  
EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM  
SIGNIFICATIVAS**

**Eliana Aparecida da Silva Bazilio**  
Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação  
MUST University



## RESUMO



Este estudo examinou fundamentos do Design Instrucional (DI), o papel das tecnologias e as implicações éticas na criação de experiências de aprendizagem significativas em contextos educacionais brasileiros. Adotou-se pesquisa bibliográfica com estudos de 2021 a 2025 localizados em duas bases nacionais, SciELO Brasil e Portal de Periódicos CAPES, selecionados por relevância temática, atualidade e aderência conceitual ao DI. O objetivo consistiu em analisar como princípios e processos de DI, articulados ao uso de tecnologias, sustentaram projetos pedagógicos capazes de promover significado, participação e aprendizagem, ao mesmo tempo que enfrentaram questões de ética, dados e responsabilidade. A análise evidenciou que modelos sistemáticos de DI, alinhados a objetivos observáveis e a avaliação formativa, favoreceram engajamento, usabilidade e transparência. A tecnologia atuou como meio para ampliar interações, diversificar linguagens e apoiar acompanhamento por dados, desde que respeitados princípios de design cognitivo e critérios de acessibilidade. As considerações éticas abrangeram proteção de dados, mitigação de vieses, transparência de finalidades e condições de trabalho docente, com ênfase em letramento crítico e documentação de decisões. Depreenderam-se diretrizes como alinhamento instrucional, controle da carga cognitiva, acessibilidade desde a concepção, governança de dados e desenvolvimento docente contínuo. Concluiu-se que experiências significativas dependeram da qualidade do projeto instrucional, da mediação docente e do compromisso institucional com direitos educacionais.

*Palavras-chave: Design Instrucional. Aprendizagem Significativa. Ética Digital.*

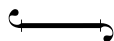
## ABSTRACT



This study examined the fundamentals of Instructional Design (ID), the role of technologies, and the ethical implications in creating meaningful learning experiences in Brazilian educational contexts. A bibliographic search was conducted using studies from 2021 to 2025 located in two national databases, SciELO Brazil and the CAPES Journals Portal, selected for their thematic relevance, timeliness, and conceptual adherence to ID. The objective was to analyze how ID principles and processes, articulated with the use of technologies, supported pedagogical projects capable of promoting meaning, participation, and learning, while addressing issues of ethics, data, and responsibility. The analysis showed that systematic ID models, aligned with observable objectives and formative assessment, favored engagement, usability, and transparency. Technology acted as a means to expand interactions, diversify languages, and support data-driven monitoring, provided that cognitive design principles and accessibility criteria were respected. Ethical considerations encompassed data protection, bias mitigation, transparency of purposes and working conditions for teachers, with an emphasis on critical literacy and documentation of decisions. Guidelines such as instructional alignment, control of cognitive load, accessibility from the design stage, data governance, and continuous teacher development emerged. It was concluded that meaningful experiences depended on the quality of the instructional design, teacher mediation, and institutional commitment to educational rights.

*Keywords: Instructional Design. Meaningful Learning. Digital Ethics.*

# INTRODUÇÃO



# 1

O Design Instrucional (DI) consolidou-se, nas últimas décadas, como campo aplicado que articula fundamentos teórico-metodológicos para planejar, desenvolver, implementar e avaliar experiências de aprendizagem em múltiplos contextos educacionais. No Brasil, pesquisas aprofundaram a compreensão sobre o papel das tecnologias nesses arranjos, destacando tanto possibilidades pedagógicas quanto limites e riscos que exigem mediação responsável.

Estudos de Aperibense et al. (2022) e Lisboa et al. (2024) apontaram, por exemplo, que modelos sistemáticos de DI, quando bem alinhados a objetivos de aprendizagem e a critérios de usabilidade, ampliaram engajamento e clareza de rotas formativas. Assim, a relevância deste tema emerge de um cenário em que instituições de ensino e redes formativas revisitavam currículos, metodologias e avaliações para responder a demandas de inclusão, equidade e qualidade acadêmica em ambientes digitais.

O problema de pesquisa formulado para este estudo: em que medida os fundamentos do Design Instrucional, aplicados com apoio de tecnologias educacionais, favoreceram experiências de aprendizagem significativas sem descuidar dos desafios e das considerações éticas associados a essa abordagem? O objetivo consistiu em analisar como princípios e processos de DI, articulados ao uso de tecnologias, sustentaram projetos pedagógicos capazes de promover significado, participação e aprendizagem, ao mesmo tempo que enfrentaram questões de ética, dados e responsabilidade.

Adotou-se metodologia de pesquisa bibliográfica, com seleção e leitura analítica de estudos publicados entre 2021 e 2025 em duas bases de dados nacionais: Scientific Electronic Library Online (SciELO) Brasil e Portal de Periódicos CAPES, observando critérios de relevância temática, atualidade e aderência conceitual ao DI.

A estrutura do trabalho seguiu em três partes: a Introdução, que situou a importância do estudo e explicitou problema, objetivo e método; o desenvolvimento: Design instrucional, tecnologia e sentido formativo: fundamentos, mediações e ética, que discutiu fundamentos do DI, o papel da tecnologia na criação de experiências significativas e os desafios éticos evidenciados pela literatura; e, por fim, Considerações finais que retomaram argumentos e responderam ao objetivo proposto.

# DESIGN INSTRUCIONAL, TECNOLOGIA E SENTIDO FORMATIVO: FUNDAMENTOS, MEDIAÇÕES E ÉTICA

# 2



O DI trata-se de processo sistemático orientado por diagnóstico de necessidades, definição de objetivos observáveis, desenho de estratégias e recursos, e avaliação formativa e somativa, em ciclos de melhoria contínua. O estudo de Aperibense et al. (2022), no contexto brasileiro, trouxe que o emprego de modelos de referência mostrou coerência entre análise, desenvolvimento e validação de materiais e percursos formativos. No campo da saúde, a concepção de objetos e cursos sustentou-se em fluxos explícitos de DI, com descrição de requisitos pedagógicos, organização modular e critérios de validação por especialistas e usuários, o que produziu ganhos em clareza, navegabilidade e desempenho acadêmico.

Em perspectiva convergente, Lisbôa et al. (2024) mencionou que a construção de tecnologias educativas guiou-se por etapas de análise, design, desenvolvimento, implementação e avaliação, com relatos de adequação pedagógica e fortalecimento do vínculo entre objetivos, atividades e evidências de aprendizagem). As informações reforçaram um aspecto importante: DI não se reduz a estética de interfaces ou a curadoria de ferramentas, pois se apoia em alinhamento instrucional que relacionou metas, experiências e avaliação de modo verificável.

Quanto ao papel das tecnologias, Fialho (2023) identificou efeitos pedagógicos quando a integração considerou critérios de pertinência didática, acessibilidade e suporte docente. Pesquisas em educação básica e superior descreveram avanços em participação e diversidade de estratégias quando plataformas e recursos digitais foram apropriados de forma crítica, com desenho de atividades que privilegiou colaboração, feedback e autoria estudantil.

Em sentido semelhante, Durso (2024) em análises sobre o uso de tecnologias da informação e comunicação em contextos es-

colares reconheceram benefícios em motivação e acesso a diferentes linguagens, desde que a gestão do tempo pedagógico e a mediação planejada evitassem sobrecarga cognitiva e dispersão. Tais resultados sugeriram que a tecnologia atuou como meio para orquestrar experiências significativas, desde que o DI preservasse coerência entre objetivos e tarefas e previsse instrumentos de acompanhamento da aprendizagem.

As experiências de formação online analisadas por Góis Filho et al. (2024) evidenciaram um fator decisivo: a racionalidade do design instrucional fundamentou o desenho de cursos a distância com sequências lógicas de conteúdos, critérios de avaliação claros e procedimentos de validação metodológica junto a pares e discentes. A adoção do modelo de Kemp, Morrison e Ross, modelo de Design Instrucional focado no estudante e não linear, ordenou a análise de contexto, a definição de metas, a seleção de estratégias e a avaliação, o que estruturou percursos mais transparentes, consistentes e auditáveis (Góis Filho et al., 2024).

Ribeiro et al. (2023) em estudo de relatos de práticas sobre metodologias ativas no ensino remoto enfatizaram que o emprego de tecnologias exigiu planejamento instrucional cuidadoso, pois resultados consistentes dependeram de objetivos claros, rubricas explícitas e momentos de feedback articulados ao percurso. Em outro eixo, reflexões conceituais de Muñoz e Letouze (2022) sobre a Teoria Cognitiva da Aprendizagem Multimídia lembraram que o design de materiais digitais precisou respeitar princípios de carga cognitiva, contiguidade e segmentação para que a tecnologia favorecesse, de fato, a aprendizagem significativa.

A noção de significado, nesse contexto emergiu como guia, assim significar, no âmbito do DI, implicou conectar objetivos relevantes a tarefas desafiadoras e contextualizadas, com oportunidades de prática deliberada, apoio à metacognição e feedback tempestivo (Aperibense et al., 2022). Estudo de Lisbôa et al. (2024) que relataram a construção de objetos de aprendizagem e trilhas formativas demonstraram que a explicitação de metas, a progressão de complexidade e a avaliação alinhada sustentaram o sentido da atividade para os estudantes, o que repercutiu em engajamento e desempenho.

A tecnologia fortaleceu esse sentido quando ampliou modos de expressão e interação, quando viabilizou acompanhamento com dados e quando preservou acessibilidade e usabilidade. Ao mesmo

tempo, a mediação docente permaneceu decisiva para orientar expectativas, explicitar critérios de qualidade e acolher dúvidas, evitando que o ambiente digital se convertesse em repertório fragmentado de tarefas desconexas (Fialho, 2023; Ribeiro et al., 2023).

A dimensão ética reúne quatro eixos de cuidado que se articulam no cotidiano pedagógico: proteção de dados e privacidade, com delimitação de finalidades educativas, coleta mínima, segurança da informação, consentimento informado e direito de revisão; mitigação de vieses algorítmicos e promoção da equidade, com identificação de distorções em dados e modelos, monitoramento de resultados, oferta de alternativas humanas e canais de contestação; transparência pedagógica no uso de sistemas digitais, com explicitação das razões do uso, dos dados que sustentam decisões didáticas e dos critérios de avaliação; e condições de trabalho docente e de participação estudantil, com tempo, formação e apoio institucionais para professores, além de acessibilidade, escuta e coautoria dos estudantes, evitando sobrecarga e vigilância indevida (Durso, 2024; Avelar & Avelar, 2025).

Pesquisa de Durso (2024) em educação discutiu implicações da inteligência artificial e outras tecnologias na escola e na universidade, com alertas sobre necessidade de letramento crítico, regras claras de uso e salvaguardas para dados pessoais. Toda adoção responsável exigiu explicitar finalidades educativas, limites de coleta e tratamento de dados, além de prever consentimento informado, mecanismos de contestação e possibilidade de auditoria de sistemas.

Avelar e Avelar (2025) apresentaram reflexões para desmistificar IA na educação, defendendo que a integração se fizesse com foco pedagógico, documentação de decisões e avaliação contínua de impactos sobre autonomia, autoria e justiça educacional. Tais proposições convergiram para um princípio de prudência: a mesma tecnologia que ampliou oportunidades pode também reforçar assimetrias se a escola incorporasse sistemas opacos, ou se a análise de dados substituísse o julgamento pedagógico sem critérios claros.

Tal debate ético alcançou o próprio método do DI, dessa forma se o design instrucional explicita metas, estratégias e avaliação, então a ética do DI requereu que a equipe docente e técnica tornasse visíveis as decisões de desenho, as fontes de dados usadas para re-troalimentar o processo e os critérios para ajustar trilhas de aprendizagem. Práticas de validação com especialistas e com estudantes,

descritas em estudos de desenvolvimento e avaliação de cursos, indicaram que protocolos de teste e revisão incorporaram a voz dos usuários, o que fortaleceu a legitimidade do projeto e a segurança pedagógica de seu uso (Góis Filho et al., 2024; Ribeiro et al., 2023).

Nessa perspectiva, o desenho de pesquisa e de desenvolvimento educacional beneficiouse de estratégias mistas para qualificar evidências, combinou dados quantitativos e qualitativos para compreender efeitos e contextos de uso e mitigou decisões ancoradas em bases frágeis (Wyszomirska et al., 2022).

Do quadro apresentado, depreenderam-se cinco diretrizes: primeiro, o alinhamento instrucional, com objetivos claros e mensuráveis, orientou a escolha de mídias e atividades; segundo, princípios de design cognitivo tornaram-se necessários para evitar sobrecarga e dispersão, sobretudo em sequências multimodais (Muñoz; Letouze, 2022); terceiro, a acessibilidade e a inclusão foram previstas desde o início, com atenção à linguagem simples, a contrastes, a legendas e a alternativas textuais; quarto, práticas de proteção de dados foram institucionalizadas, com minimização, segurança e transparência sobre usos pedagógicos; quinto, o desenvolvimento docente recebeu investimento para integrar a tecnologia à didática por meio de rubricas, feedback e avaliação formativa, como relataram experiências bem-sucedidas em cursos e objetos validados (Aperibense et al., 2022; Lisbôa et al., 2024).

Os elementos descritos constituíram um repertório prudente, trataram a tecnologia como meio e não como fim e situaram a ética como condição para concretizar personalização, escalabilidade e inclusão. As evidências revisadas compuseram um quadro convergente: o design instrucional, operado com precisão, serviu de elemento de coerência entre metas, métodos e avaliação; a tecnologia, alinhada a esse desenho, ampliou interações, diversificou linguagens e permitiu acompanhamento por dados; a ética, integrada ao próprio projeto, protegeu pessoas, reduziu vieses e valorizou autonomia e autoria. Nesse horizonte, a criação de experiências significativas dependeu menos do brilho da novidade e mais da qualidade do projeto instrucional, da mediação docente e do compromisso institucional com os direitos educacionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



O percurso analítico mostrou que fundamentos do Design Instrucional, articulados ao uso criterioso de tecnologias, favoreceram experiências de aprendizagem com maior clareza de objetivos, coerência metodológica e evidências de progresso. Estudos empíricos e reflexivos destacaram ganhos em engajamento, usabilidade e validação de materiais e percursos quando equipes adotaram modelos de DI, princípios de design cognitivo e avaliação formativa. Ao mesmo tempo, emergiram desafios e considerações éticas que envolveram proteção de dados, vieses e transparência, o que exigiu políticas, letramento crítico e documentação de decisões.

Em resposta ao objetivo deste estudo, analisar como princípios e processos de DI, articulados ao uso de tecnologias, sustentaram projetos pedagógicos capazes de promover significado, participação e aprendizagem, ao mesmo tempo que enfrentaram questões de ética, dados e responsabilidade, levou a concluir que o DI ofereceu a base para experiências significativas, desde que o desenho previsse acessibilidade, feedback e avaliação contínua; que as tecnologias se subordinassem ao alinhamento instrucional e que a dimensão ética permanecesse integrada ao próprio processo de design, com salvaguardas para dados, critérios de transparência e mediação docente qualificada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



APERIBENSE, P. G. G. de S. et al. Design instrucional: estratégia de aprendizagem aplicada à história da enfermagem no ensino remoto. *Cogitare Enfermagem*, v. 27, p. e84401, 2022.

AVELAR, E. A. Ajudando a “desmitificar” a inteligência artificial em educação: a abordagem do aprendizado de máquina. *Educação em Revista*, v. 41, p. e58030, 2025.

DURSO, S. de O. Reflexões sobre a aplicação da inteligência artificial na educação e seus impactos para a atuação docente. *Educação em Revista*, v.40, p. e47980, 2024.

FIALHO, I.; CID, M.; COPPI, M. Vantagens e dificuldades na utilização de plataformas e tecnologias digitais por professores e alunos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 28, p. e280050, 2023.

GÓIS FILHO, P. M. B. de; MEDEIROS, F. P. M. de; LORENA, S. B. de. Elaboração e validação de curso na modalidade a distância sobre pesquisa em bases de dados na área de saúde. *Research, Society and Development*, v. 13, n. 9 p. 10713946890, 2024.

MUÑOZ, J. H. O de; LETOUZE, P. Algumas considerações sobre os princípios da Teoria Cognitiva da Aprendizagem Multimídia para o design de vídeo instrucional para idosos. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 10, p. e499111032333, 2022.

RIBEIRO, R. L., LIMA, A. C.; SANTOS, M. F. Uso de metodologias ativas de educação a distância durante a pandemia: implicações para o design instrucional. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 2, p. e43254, 2023.

WYSZOMIRSKA, R. M. de A. F. et al. Estratégia de Pesquisa Mista Integrada para design de ensino-aprendizagem on-line. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 7, p. e51611730457-e51611730457, 2022.

CAPÍTULO 9



**AMBIENTES DE  
APRENDIZAGEM  
PARA E-LEARNING**

**Ana Carolina Mattos Faria**  
Mestranda em Tecnologias Emergentes em  
Educação MUST University



## RESUMO



Os ambientes de aprendizagem para e-learning têm se consolidado como espaços estratégicos para a promoção de experiências educacionais significativas em contextos mediados por tecnologias digitais. Este trabalho teve como objetivo analisar os principais elementos pedagógicos, tecnológicos e estruturais que compõem tais ambientes, considerando a atuação do docente, as estratégias motivacionais e a organização das plataformas. A metodologia consistiu em uma pesquisa bibliográfica baseada em produções científicas publicadas entre 2020 e 2025, abordando temas relacionados à mediação pedagógica, engajamento dos estudantes, uso de recursos multimodais e estratégias colaborativas. Os resultados indicaram que a eficácia dos ambientes de e-learning está diretamente associada à articulação entre o planejamento pedagógico intencional, o domínio técnico do professor e a integração de ferramentas que favoreçam a interação, a personalização da aprendizagem e a acessibilidade. Verificou-se também que fatores como o design instrucional, a clareza na comunicação e a diversidade de linguagens contribuem para o aumento da motivação e da permanência dos estudantes nos cursos virtuais. O estudo possibilitou compreender que a concepção de ambientes de e-learning exige uma abordagem intencional, pautada na formação continuada dos docentes e na capacidade de identificar as demandas dos estudantes.

*Palavras-chave: Design Instrucional. Interatividade. Motivação Discente. Educação Digital.*

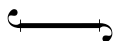
## ABSTRACT



E-learning environments have become strategic spaces for promoting meaningful educational experiences in contexts mediated by digital technologies. This study aimed to analyze the main pedagogical, technological, and structural elements that comprise such environments, considering the teacher's role, motivational strategies, and platform organization. The methodology consisted of a bibliographic research based on scientific publications from 2020 to 2025, addressing themes related to pedagogical mediation, student engagement, the use of multimodal resources, and collaborative strategies. The results indicated that the effectiveness of e-learning environments is directly associated with the articulation between intentional pedagogical planning, the teacher's technical expertise, and the integration of tools that favor interaction, personalized learning, and accessibility. It was also found that factors such as instructional design, clarity of communication, and diversity of languages contribute to increased student motivation and retention in virtual courses. The study made it possible to understand that the design of e-learning environments requires an intentional approach, based on the ongoing training of teachers and the ability to identify student needs.

*Keywords: Instructional Design. Interactivity. Student Motivation. Digital Education.*

# INTRODUÇÃO



# 1

A configuração dos ambientes de aprendizagem para e-learning tem se consolidado como um dos principais desafios e oportunidades do campo educacional nas últimas décadas. O avanço das tecnologias digitais e a crescente demanda por formatos flexíveis de ensino impulsionaram a adoção de plataformas virtuais que viabilizam processos formativos mediados por ferramentas interativas. Conforme observado por Crespo (2025), os ambientes de aprendizagem digitais devem ser planejados a partir de princípios pedagógicos que assegurem a participação ativa do estudante, a clareza na comunicação dos objetivos e a coerência entre os recursos utilizados e os resultados esperados. O contexto atual exige que tais espaços virtuais não apenas disponibilizem conteúdos, mas promovam experiências de aprendizagem dinâmicas, colaborativas e centradas no desenvolvimento de competências.

A literatura acadêmica tem indicado que a efetividade dos ambientes de aprendizagem digitais está fortemente associada à mediação pedagógica, ao design instrucional e à qualidade das interações promovidas. Estudos como os de Almeida et al. (2024) demonstram que o papel do docente em ambientes virtuais transcende a função tradicional de transmissor de conteúdo, assumindo o lugar de facilitador do processo de construção do conhecimento. O planejamento adequado desses ambientes envolve a articulação de diferentes recursos tecnológicos, como fóruns, vídeos, simuladores, plataformas de videoconferência e sistemas de avaliação digital, todos integrados em uma proposta pedagógica clara. Oelke (2023) complementa essa visão ao destacar a importância da motivação e do engajamento como elementos que sustentam a permanência do estudante em cursos de e-learning.

A consolidação desses ambientes requer atenção especial à

forma como os estudantes interagem com os conteúdos, com os colegas e com os professores. Oliveira et al. (2023) apontam que a criação de uma cultura de aprendizagem colaborativa, associada ao uso de metodologias ativas, contribui significativamente para o desenvolvimento de um ambiente motivador. Estratégias como a gamificação, a personalização das trilhas formativas e a utilização de recursos multimídia têm mostrado eficácia na elevação do desempenho acadêmico e na redução das taxas de evasão. A integração entre os aspectos pedagógicos e tecnológicos é, portanto, um dos principais focos da pesquisa sobre ambientes de e-learning, sendo determinante para o sucesso das práticas educativas desenvolvidas nesse formato.

A presente pesquisa foi norteada pela seguinte questão-problema: quais elementos estruturais, pedagógicos e tecnológicos devem estar presentes nos ambientes de aprendizagem para e-learning a fim de garantir experiências formativas eficazes e interativas?

A relevância deste estudo está associada à necessidade de compreensão aprofundada sobre as características que tornam um ambiente de e-learning pedagogicamente eficiente. Diante da crescente expansão da educação a distância, torna-se essencial refletir sobre os fundamentos teóricos e práticos que orientam o planejamento e a implementação desses espaços virtuais. O estudo justifica-se pela urgência em oferecer subsídios teóricos que orientem educadores, gestores e desenvolvedores de plataformas digitais na criação de ambientes mais inclusivos, engajadores e coerentes com as necessidades dos estudantes contemporâneos.

O objetivo deste trabalho foi analisar os principais elementos pedagógicos, tecnológicos e estruturais que compõem os ambientes de aprendizagem para e-learning, com base em contribuições teóricas recentes, a fim de identificar estratégias eficazes para o desenvolvimento de práticas educacionais que promovam a interação, a motivação e a aprendizagem significativa no contexto da educação digital.

Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia adotada consistiu em uma pesquisa bibliográfica, com análise de produções

científicas publicadas entre 2020 e 2025 em periódicos especializados. Os textos selecionados abordaram aspectos relacionados à organização dos ambientes de e-learning, à mediação docente, ao uso de tecnologias educacionais e à promoção da motivação e da colaboração nos processos formativos online. Foram considerados estudos empíricos e teóricos que contribuíram para a compreensão das práticas e desafios enfrentados na construção desses espaços virtuais de aprendizagem.

O texto está estruturado em abordar no desenvolvimento diversos elementos pedagógicos relevantes, como mediação docente, motivação, tecnologias interativas, mídias sociais e metodologias ativas, com base nos autores, promovendo uma análise fundamentada e progressiva. Seguido pelas considerações finais retomando os pontos principais e apresentando uma síntese dos achados, reforçando a importância da intencionalidade no planejamento de ambientes virtuais e apontando caminhos para uma educação mais inclusiva e transformadora.

# ELEMENTOS PEDAGÓGICOS NOS AMBIENTES DE APRENDIZAGEM PARA E-LEARNING

# 2



Os elementos pedagógicos que compõem os ambientes de aprendizagem para e-learning estão diretamente relacionados à forma como o processo de ensino e aprendizagem é estruturado, conduzido e vivenciado. O desenho pedagógico deve assegurar condições para a construção do conhecimento a partir da interação entre os sujeitos e da mediação de recursos tecnológicos. Crespo (2025) enfatiza que esses ambientes não podem ser apenas espaços de disponibilização de conteúdo, mas sim ecossistemas formativos que valorizem a aprendizagem ativa, o pensamento crítico e o protagonismo discente. A organização coerente dos conteúdos, a clareza na definição dos objetivos e a construção de trajetórias didáticas alinhadas ao perfil dos estudantes são elementos essenciais nesse processo.

*O papel do professor como mediador do conhecimento ocupa uma posição central na configuração pedagógica desses ambientes. A atuação docente em contextos de e-learning exige habilidades específicas, como a capacidade de gerenciar a comunicação em plataformas digitais, de elaborar materiais didáticos interativos e de acompanhar o desenvolvimento dos estudantes por meio de feedbacks constantes. A presença ativa do professor, ainda que em espaços virtuais, contribui para o estabelecimento de vínculos pedagógicos e afetivos, promovendo maior engajamento e motivação por parte dos estudantes. Nesse sentido, o planejamento pedagógico deve contemplar momentos síncronos e assíncronos de interação que permitam a construção colaborativa do conhecimento (Almeida et al. 2024, p. 21).*

A motivação para aprender constitui um dos fatores que mais influenciam o desempenho dos estudantes em ambientes virtuais. Oelke (2023, p. 44) destaca que “a motivação pode ser estimulada por meio de estratégias didáticas que despertem o interesse, a curiosidade e o envolvimento com os conteúdos abordados.” O uso de linguagem acessível, a contextualização das temáticas e a criação de desafios coerentes com os objetivos educacionais são práticas que potencializam o engajamento. Ao considerar que muitos estudantes enfrentam dificuldades relacionadas à autodisciplina e ao gerenciamento do tempo em cursos online, o papel do professor em fornecer orientações claras e em manter uma comunicação empática torna-se ainda mais relevante para garantir a permanência e o sucesso na aprendizagem.

A utilização de estratégias pedagógicas voltadas à motivação também é abordada por Oliveira et al. (2023), que defendem o uso de recursos como gamificação, vídeos interativos, podcasts e quizzes como meios de tornar a experiência educacional mais atrativa. O estudo evidencia que a diversidade de linguagens e formatos contribui para atender às diferentes preferências e estilos de aprendizagem dos estudantes. Tais estratégias, quando articuladas de forma coerente com os objetivos formativos, favorecem a construção de ambientes mais dinâmicos, acolhedores e centrados no estudante. A personalização da aprendizagem, possibilitada pelas tecnologias digitais, emerge como uma estratégia eficaz para elevar a motivação e a autonomia discente.

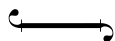
As mídias sociais também têm se apresentado como ferramentas pedagógicas com potencial para enriquecer os ambientes virtuais de aprendizagem. Oliveira (2022) realiza uma revisão sobre o uso dessas plataformas no ensino, apontando que elas podem ampliar os canais de comunicação, facilitar o compartilhamento de conhecimentos e fortalecer o senso de pertencimento dos estudantes. O uso das redes sociais, entretanto, requer critérios bem definidos e mediação docente qualificada, a fim de evitar dispersões e garantir que as interações mantenham-se alinhadas aos objetivos pedagógicos. A integração das mídias sociais ao planejamento didático pode promover experiências mais contextualizadas e conectadas à realidade dos estudantes.

A mediação pedagógica voltada à colaboração e à interatividade é amplamente discutida por Nascimento et al. (2024), que

defendem o uso de metodologias ativas como instrumento de fortalecimento da aprendizagem em ambientes de e-learning. O estudo aponta que estratégias como aprendizagem baseada em projetos, resolução de problemas e estudos de caso incentivam a participação dos estudantes e favorecem a construção de competências cognitivas e sociais. A mediação docente, nesses casos, deve atuar como facilitadora dos processos colaborativos, estimulando o diálogo, a argumentação e a negociação de significados entre os participantes. A construção coletiva do conhecimento, apoiada por recursos digitais, fortalece os vínculos entre os estudantes e contribui para uma aprendizagem mais significativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

# 3



A análise dos ambientes de aprendizagem para e-learning evidencia a complexidade envolvida na construção de espaços virtuais pedagógicos que atendam às demandas da educação contemporânea. A integração entre elementos pedagógicos, tecnológicos e estruturais é indispensável para que a aprendizagem ocorra de forma significativa, motivadora e colaborativa. A presença ativa do docente como mediador, a escolha criteriosa das estratégias didáticas e o uso consciente das ferramentas digitais configuram-se como aspectos fundamentais para o sucesso dos processos formativos online. A organização do conteúdo, a clareza na comunicação e a promoção da interatividade são diretrizes que fortalecem o engajamento dos estudantes e favorecem a autonomia no percurso educacional.

A pesquisa permitiu compreender que o planejamento de ambientes de e-learning requer intencionalidade, formação docente continuada e sensibilidade para reconhecer as necessidades dos estudantes. A qualidade desses ambientes não se limita à sofisticação tecnológica, mas está intrinsecamente relacionada ao modo como os recursos são utilizados em favor do processo de ensino e aprendizagem. Promover ambientes acessíveis, acolhedores e alinhados às práticas pedagógicas contemporâneas representa um compromisso com uma educação mais inclusiva, participativa e transformadora. As reflexões aqui desenvolvidas contribuem para o aprimoramento das práticas educativas no contexto digital e indicam caminhos para futuras investigações e inovações na área.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ALMEIDA, Gabriela dos Santos de et al. O papel do professor no ambiente e-learning de aprendizagem. Revista Ilustração, v. 5, n. 1, p. 291-298, 2024.

CRESPPO, Virgínia Gonçalves Teixeira. Ambientes de aprendizagem para e-learning. Revista Educação Contemporânea, v. 2, n. 2, p. 1029-1036, 2025.

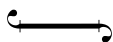
NASCIMENTO, Edinardo Aguiar de et al. O papel do professor como mediador do conhecimento em ambientes de e-learning: estratégias para promover a interatividade e a colaboração. Revista Tópicos, v. 2, n. 10, p. 1-13, 2024.

OELKE, Eliane. Criando um ambiente de aprendizagem motivador: o papel do professor na promoção do engajamento dos estudantes. Revista Ilustração, v. 4, n. 2, p. 137-144, 2023.

OLIVEIRA, Bruno Silva de. Uma revisão sobre o uso das mídias sociais no ensino e aprendizagem e sistema de aprendizagem e-learning. Monumenta-Revista Científica Multidisciplinar, v. 5, n. 5, p. 87-94, 2022.

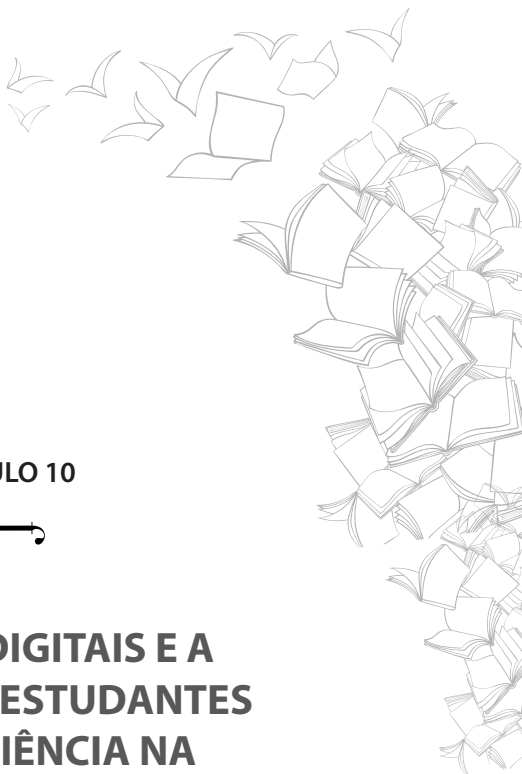
OLIVEIRA, Ricardo Furtado de et al. Promovendo a motivação no e-learning: estratégias para um ambiente de aprendizagem motivador. Revista Ilustração, v. 4, n. 4, p. 23-30, 2023.

CAPÍTULO 10



**AS MÍDIAS DIGITAIS E A  
INCLUSÃO DE ESTUDANTES  
COM DEFICIÊNCIA NA  
EDUCAÇÃO**

**Tainara Pinheiro Prestes**  
Mestranda em Tecnologias Emergentes em  
Educação MUST University



## RESUMO



Este artigo examina o papel das mídias digitais na promoção da inclusão educacional de estudantes com deficiência, com ênfase no contexto do ensino online. A partir de uma pesquisa bibliográfica, discute-se como essas tecnologias podem potencializar a participação, a autonomia e o acesso ao currículo, bem como os desafios que ainda persistem para a efetivação da inclusão digital. Abordam-se princípios como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e a adoção de recursos de acessibilidade — legendas, audiodescrição, intérprete de Libras, leitores de tela, contraste adequado — como condições essenciais para garantir equidade. A análise aponta que, embora as mídias digitais ofereçam possibilidades inovadoras para personalizar o ensino e diversificar linguagens, sua eficácia depende de fatores como formação docente, políticas públicas consistentes e investimento em infraestrutura. Conclui-se que a integração planejada e consciente dessas tecnologias pode transformar a experiência escolar de estudantes com diferentes tipos de deficiência, desde que acompanhada de práticas pedagógicas inclusivas e do compromisso institucional com a construção de uma educação acessível e de qualidade para todos.

*Palavras-chave: Mídias Digitais. Inclusão Escolar. Acessibilidade. Educação Online. Deficiência.*

## ABSTRACT



This article examines the role of digital media in promoting the educational inclusion of students with disabilities, with emphasis on the context of online education. Based on a qualitative bibliographic review, it discusses how these technologies can enhance participation, autonomy, and curriculum access, as well as the challenges that still persist for the effective implementation of digital inclusion. Principles such as Universal Design for Learning (UDL) and the adoption of accessibility resources—captions, audio description, sign language interpretation, screen readers, adequate contrast—are addressed as essential conditions to ensure equity. The analysis indicates that although digital media provide innovative possibilities to personalize teaching and diversify languages, their effectiveness depends on factors such as teacher training, consistent public policies, and investment in infrastructure. It concludes that the planned and conscious integration of these technologies can transform the educational experience of students with different types of disabilities, provided it is accompanied by inclusive pedagogical practices and institutional commitment to building accessible and quality education for all.

*Keywords: Digital Media. School Inclusion. Accessibility. Online Education. Deficiency.*

# INTRODUÇÃO



# 1

O avanço das tecnologias digitais nas últimas décadas transformou profundamente a forma como o conhecimento é produzido, compartilhado e consumido. No campo educacional, as mídias digitais se consolidaram como ferramentas centrais na mediação de processos de ensino-aprendizagem, sobretudo após a intensificação do ensino remoto durante a pandemia de COVID-19. Para estudantes com deficiência, essas tecnologias representam uma oportunidade sem precedentes de ampliar o acesso ao currículo, favorecer a participação ativa e promover autonomia (UNESCO, 2021). No entanto, essa potencialidade não se concretiza de forma automática, pois demanda condições técnicas, metodológicas e políticas adequadas.

A inclusão escolar de pessoas com deficiência é um direito assegurado por marcos legais nacionais e internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Esses documentos estabelecem o princípio de que todos os alunos, independentemente de suas condições, devem ter garantidas as mesmas oportunidades de participação e aprendizagem. Nesse sentido, as mídias digitais, quando utilizadas de forma planejada e acessível, podem ser poderosas aliadas na concretização desses direitos.

Entretanto, há uma distância significativa entre o potencial das mídias digitais e sua implementação efetiva no contexto inclusivo. Barreiras como a falta de acessibilidade nos conteúdos, a insuficiência de recursos adaptativos, a ausência de formação docente específica e as desigualdades de acesso à tecnologia ainda dificultam a inclusão plena no ambiente online (Alves, 2019; Lima & Mendes, 2020). Além disso, a diversidade das deficiências — visual, auditiva,

motora, intelectual, múltipla — exige que as soluções tecnológicas sejam flexíveis e personalizáveis, evitando abordagens padronizadas que não atendem às necessidades individuais.

Diante desse cenário, este artigo busca compreender como as mídias digitais podem contribuir para a inclusão de estudantes com deficiência na educação, com foco no ensino online. Adota-se uma pesquisa bibliográfica, apoiada em estudos acadêmicos e documentos oficiais que abordam a interface entre tecnologia, acessibilidade e práticas inclusivas. A análise se organiza em três eixos principais: (i) as mídias digitais na educação contemporânea; (ii) seu papel na inclusão escolar; e (iii) os desafios e perspectivas para uma prática pedagógica efetivamente inclusiva no ambiente digital.

## MÍDIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA



# 2

A consolidação das mídias digitais no cenário educacional acompanha o próprio desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e sua inserção na vida cotidiana. Plataformas interativas, redes sociais, ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), podcasts, vídeos educativos e ferramentas de produção colaborativa se tornaram elementos frequentes no repertório pedagógico das escolas e universidades (Kenski, 2012). Essas mídias, ao ampliarem as formas de acesso e produção do conhecimento, promovem um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e interativo, rompendo com o modelo tradicional centrado exclusivamente na exposição oral e no uso de materiais impressos.

No entanto, como destaca Moran (2015), a simples presença de recursos digitais não garante inovação pedagógica. Para que as mídias digitais cumpram um papel transformador na educação, é necessário integrá-las a metodologias que estimulem a participação ativa dos estudantes, valorizem a aprendizagem colaborativa e respeitem a diversidade de estilos de aprendizagem. Nesse sentido, a proposta do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), discutida por Rose e Meyer (2002), é fundamental, pois orienta o desenvolvimento de recursos acessíveis e flexíveis desde a sua concepção, evitando que adaptações sejam feitas apenas como resposta a barreiras já existentes.

As mídias digitais também têm potencial para ampliar o alcance da educação, reduzindo barreiras geográficas e temporais. No ensino online, a utilização de vídeos, transmissões ao vivo, fóruns de discussão e recursos multimídia permite que os estudantes acessem o conteúdo em diferentes momentos e contextos, personalizando o ritmo e a forma de aprendizagem (Anderson, 2011). Essa flexibilidade é especialmente relevante para estudantes com deficiência, que podem necessitar de tempos diferenciados, recursos adaptados e múltiplas formas de interação para garantir sua plena participação.

Contudo, o cenário contemporâneo também revela contradi-

ções. A expansão das mídias digitais convive com desigualdades de acesso — o chamado fosso digital —, que afeta principalmente estudantes em contextos socioeconômicos vulneráveis (UNICEF, 2021). Nessas condições, a promessa de democratização das tecnologias se fragiliza, e a exclusão digital acaba reforçando desigualdades educacionais pré-existentes. Além disso, muitos conteúdos digitais ainda são produzidos sem observar diretrizes de acessibilidade, tornando-se inadequados ou inutilizáveis para estudantes com deficiência (Alves, 2019).

Para superar esses desafios, autores como Silva e Almeida (2020) defendem que a integração das mídias digitais na educação seja acompanhada por políticas públicas de inclusão digital, pela formação contínua de professores e pela produção de recursos acessíveis desde a origem. A utilização de legendas, audiodescrição, intérprete de Libras, contraste adequado de cores, navegabilidade simplificada e compatibilidade com softwares de leitura de tela são exemplos de práticas que tornam as mídias digitais mais inclusivas e efetivas para todos.

## **2.1 O Papel das Mídias Digitais na Inclusão de Estudantes com Deficiência**

O uso das mídias digitais como estratégia para inclusão educacional de estudantes com deficiência está intrinsecamente ligado à capacidade dessas ferramentas de promover acessibilidade, participação e autonomia no processo de aprendizagem. Para além de um suporte técnico, as mídias digitais, quando pensadas sob a perspectiva inclusiva, tornam-se mediadoras de práticas pedagógicas que respeitam a diversidade humana e as singularidades de cada estudante (Sassaki, 2010).

O marco normativo internacional que embasa essa perspectiva é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada pelo Brasil com equivalência constitucional. No âmbito nacional, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) reforçam que o uso de recursos e tecnologias assistivas deve assegurar condições de igualdade de acesso ao currí-

culo e à vida escolar. Nesse contexto, as mídias digitais se configuram como um elemento-chave, pois possibilitam adaptar, personalizar e diversificar o conteúdo didático para atender às diferentes necessidades.

Ferramentas como softwares leitores de tela, sintetizadores de voz, ampliadores de caracteres, aplicativos de tradução automática para Libras, plataformas com legendagem automática, sistemas de audiodescrição e recursos interativos táteis são exemplos de soluções digitais que promovem acessibilidade. A integração desses recursos nas atividades online não apenas elimina barreiras de acesso à informação, mas também fortalece a participação ativa dos estudantes (Alves, 2019).

Além da dimensão técnica, há um aspecto pedagógico central: as mídias digitais possibilitam múltiplas formas de apresentação dos conteúdos, expressão e engajamento, alinhando-se aos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) (CAST, 2018). Isso significa que um mesmo conceito pode ser apresentado por meio de texto, áudio, vídeo, imagens ou simulações interativas, garantindo que o estudante escolha a forma mais adequada às suas condições e preferências de aprendizagem.

O potencial inclusivo das mídias digitais também se manifesta na promoção da autonomia. Segundo Galvão Filho (2012), a autonomia educacional de estudantes com deficiência está diretamente relacionada à sua capacidade de interagir com os conteúdos e ambientes de aprendizagem de forma independente. Nesse sentido, as mídias digitais, quando bem planejadas, podem reduzir a necessidade de mediação constante, favorecendo que o aluno desenvolva competências de autoaprendizagem e autorregulação.

Contudo, essa potencialidade só se concretiza quando há intencionalidade pedagógica e preparo docente. A mera disponibilização de recursos digitais não garante inclusão; é preciso compreender como integrá-los ao planejamento de forma coerente, garantindo que todos os estudantes possam participar das mesmas atividades e interações, sem segregações. Assim, o papel das mídias digitais na inclusão não se limita ao fornecimento de ferramentas, mas envolve a construção de uma cultura escolar inclusiva, apoiada por políticas públicas, formação docente e compromisso institucional.

## 2.2 Barreiras e Desafios da Acessibilidade Digital no Ensino Online

Apesar das inúmeras possibilidades que as mídias digitais oferecem para a inclusão de estudantes com deficiência, a sua efetivação no ensino online ainda enfrenta obstáculos significativos de ordem técnica, pedagógica e social. Essas barreiras podem comprometer o direito de acesso pleno ao currículo e limitar as oportunidades de participação, reforçando desigualdades já existentes (Lima & Mendes, 2020).

Uma das barreiras mais recorrentes é a falta de acessibilidade nos recursos digitais. Muitos ambientes virtuais de aprendizagem, sites e materiais multimídia não seguem as diretrizes internacionais de acessibilidade, como as Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) do W3C. Isso se traduz em interfaces incompatíveis com leitores de tela, ausência de legendas ou audiodescrição, botões sem rotulagem textual e contrastes inadequados de cores, dificultando a navegação para pessoas com deficiência visual, auditiva ou motora (Alves, 2019). Esse cenário evidencia que a acessibilidade ainda é frequentemente tratada como um complemento opcional, e não como um requisito básico de design.

Outro desafio importante está na insuficiência de recursos de tecnologia assistiva nas escolas e nas residências. Em muitas regiões do Brasil, a aquisição de equipamentos e softwares adaptativos é inviável para as famílias e pouco priorizada nas políticas educacionais. Segundo dados do Censo Escolar (INEP, 2022), apenas uma parcela reduzida das escolas públicas possui infraestrutura adequada para atender estudantes com deficiência de forma inclusiva no ensino remoto ou híbrido. Essa realidade se agrava quando se considera o fosso digital, que afeta não apenas a disponibilidade de dispositivos e conexão à internet, mas também o conhecimento necessário para os utilizar de forma produtiva (UNICEF, 2021).

Do ponto de vista pedagógico, a falta de preparo docente para trabalhar com mídias digitais acessíveis constitui outra barreira central. Muitos professores não receberam formação inicial ou continuada específica sobre inclusão digital e acessibilidade. Isso dificulta não apenas a produção de conteúdos adequados, mas também a

seleção criteriosa de plataformas e aplicativos que garantam a participação de todos os alunos (Silva & Almeida, 2020). A ausência de competências digitais inclusivas no repertório pedagógico amplia a dependência de soluções prontas, muitas vezes inadequadas ao contexto da turma.

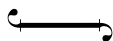
Há ainda obstáculos relacionados à cultura escolar. A inclusão digital de estudantes com deficiência requer uma mudança de mentalidade, rompendo com práticas que segregam ou subestimam as capacidades desses alunos. Em alguns casos, mesmo quando há recursos digitais disponíveis, eles são utilizados de forma isolada, fora das atividades regulares, o que reforça a exclusão em vez de combatê-la (Sassaki, 2010).

Por fim, deve-se considerar o desafio das políticas públicas e da gestão educacional. A ausência de diretrizes claras e fiscalização efetiva sobre a obrigatoriedade de acessibilidade digital no ensino online perpetua um cenário de desigualdade. Embora marcos legais como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) determinem que a acessibilidade é direito fundamental, a implementação dessas medidas ainda depende de investimentos consistentes, articulação intersetorial e acompanhamento contínuo.

Em síntese, as barreiras à acessibilidade digital no ensino online não são apenas de ordem técnica, mas também estruturais e culturais. Superá-las exige uma abordagem integrada, que envolva tecnologia, formação, legislação e mudança de práticas pedagógicas, garantindo que o potencial inclusivo das mídias digitais seja efetivamente concretizado.

## BOAS PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS INCLUSIVAS COM MÍDIAS DIGITAIS

3



As experiências de uso inclusivo das mídias digitais em contextos educacionais demonstram que, quando aplicadas com planejamento pedagógico e princípios de acessibilidade, essas ferramentas podem transformar significativamente a aprendizagem de estudantes com deficiência. Em diferentes países, projetos têm explorado recursos como realidade aumentada, aplicativos de comunicação alternativa e ambientes virtuais adaptados para promover a participação ativa de todos os alunos (UNESCO, 2021).

No Brasil, um exemplo relevante é o uso de plataformas de videoconferência com recursos de legendagem automática e integração com intérpretes de Libras, possibilitando maior inclusão de estudantes surdos nas aulas online (Silva & Almeida, 2020). Outra prática exitosa envolve a utilização de softwares leitores de tela, como o NVDA e o JAWS, em cursos a distância voltados para pessoas com deficiência visual, permitindo a navegação autônoma em materiais didáticos digitais (Galvão Filho, 2012).

Além disso, a aplicação do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) na produção de conteúdos digitais tem se mostrado eficiente para atender a diferentes necessidades sem recorrer a adaptações segregadoras. Ao oferecer múltiplos meios de apresentação, expressão e engajamento, o DUA assegura que os mesmos materiais possam ser utilizados por todos os estudantes, reduzindo barreiras e aumentando a equidade (CAST, 2018).

Vale destacar também as práticas baseadas em gamificação acessível, nas quais elementos de jogos são adaptados para contemplar estudantes com deficiência visual ou motora, mantendo o engajamento e a competitividade de forma justa (Alves, 2019). Essas experiências revelam que a criatividade pedagógica, aliada à tecnologia, pode gerar soluções inclusivas inovadoras, desde que ancoradas em conhecimento técnico e compromisso ético.

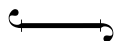
### 3.1 Formação Docente e Políticas Públicas

O sucesso da inclusão digital de estudantes com deficiência depende diretamente da formação dos professores e da existência de políticas públicas efetivas. A competência técnica para manejar recursos digitais acessíveis deve ser acompanhada de uma postura pedagógica inclusiva, que reconheça a diversidade como parte constitutiva do processo educativo (Mantoan, 2015). A formação docente precisa contemplar aspectos como: (a) conhecimento sobre tecnologias assistivas; (b) domínio das diretrizes de acessibilidade digital; (c) capacidade de selecionar e avaliar mídias digitais sob a perspectiva inclusiva; (d) uso do DUA como estratégia de planejamento; (e) desenvolvimento de sensibilidade para identificar barreiras e propor soluções (Silva & Almeida, 2020).

No campo das políticas públicas, é fundamental que a legislação educacional avance para estabelecer padrões mínimos de acessibilidade digital obrigatórios em todas as plataformas e recursos utilizados no ensino online. Isso inclui a adoção das WCAG como referência e a destinação de recursos financeiros para aquisição de tecnologias assistivas e formação continuada dos profissionais. Organismos internacionais como a UNESCO (2021) e a UNICEF (2021) reforçam que a inclusão digital requer investimentos sustentados e cooperação intersetorial, envolvendo governos, empresas de tecnologia e instituições educacionais. Sem essas ações coordenadas, o potencial das mídias digitais para a inclusão de estudantes com deficiência permanecerá restrito a experiências pontuais e iniciativas isoladas, incapazes de promover mudanças estruturais na educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

# 4



O estudo evidenciou que as mídias digitais, quando planejadas com intencionalidade pedagógica e incorporadas a práticas inclusivas, constituem recursos fundamentais para ampliar a participação, a autonomia e o desempenho acadêmico de estudantes com deficiência, especialmente no ensino online. A aplicação de princípios como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e o uso de recursos de acessibilidade — legendas, audiodescrição, intérprete de Libras, leitores de tela — demonstram potencial para eliminar barreiras e diversificar as formas de aprendizagem.

Por outro lado, persistem desafios relacionados à falta de acessibilidade nos conteúdos digitais, à carência de formação docente específica e às desigualdades no acesso à tecnologia. Para que o potencial das mídias digitais se concretize, é necessário investir em políticas públicas consistentes, infraestrutura adequada e capacitação contínua de professores. A inclusão digital de estudantes com deficiência deve ser entendida como um direito educacional e um compromisso institucional, e não como ação pontual, garantindo que a tecnologia seja um instrumento efetivo de equidade e qualidade na educação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ALVES, L. Tecnologias digitais e inclusão escolar: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, n. 1, p. 35-52, 2019.

ANDERSON, T. *The theory and practice of online learning*. 2. ed. Edmonton: AU Press, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, 2008.

CAST. *Universal Design for Learning Guidelines version 2.2*. Wakefield, MA, 2018.

GALVÃO FILHO, T. A. Tecnologia assistiva e inclusão escolar. *Revista Educação Especial*, v. 25, n. 42, p. 241-254, 2012.

INEP. *Censo Escolar da Educação Básica 2022: resumo técnico*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022.

KENSKI, V. M. *Tecnologias e ensino presencial e a distância*. Campinas: Papirus, 2012.

LIMA, S.; MENDES, E. G. Acessibilidade digital e educação inclusiva: entre desafios e possibilidades. *Educação em Revista*, v. 36, e223338, 2020.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MORAN, J. M. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. (org.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora*. Campinas: Papirus, 2015. p. 15-33.

ONU. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Nova York, 2006.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SILVA, C.; ALMEIDA, M. E. B. Acessibilidade digital no ensino remoto: recursos e estratégias. Revista Educação Especial, v. 33, e67, 2020.

UNESCO. The role of digital technology in inclusive education. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2021.

UNICEF. COVID-19 and school closures: one year of education disruption. New York: United Nations International Children's Emergency Fund, 2021.

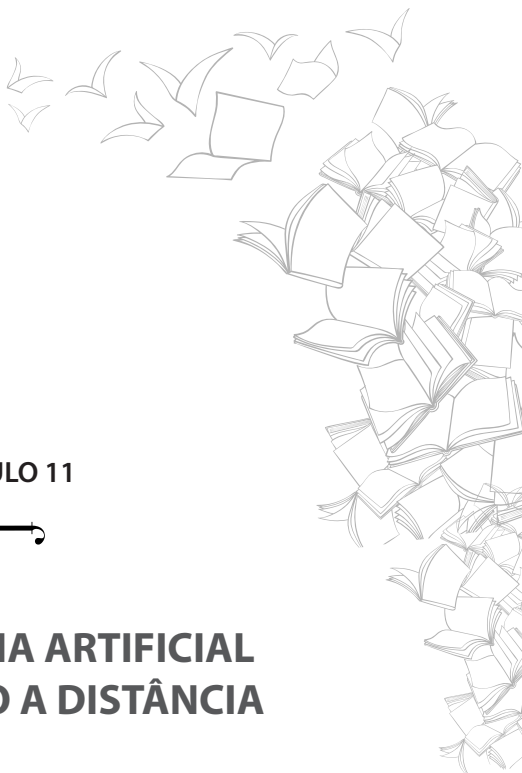


CAPÍTULO 11



# A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NO ENSINO A DISTÂNCIA

**Neuberth Siqueira Nacif**  
Mestrando em Tecnologias Emergentes em  
Educação MUST University



## RESUMO



O artigo explora o impacto da Inteligência Artificial na Educação a Distância, com foco nas vantagens, desvantagens e desafios de sua aplicação. O objetivo principal é analisar como a IA pode ser utilizada para otimizar o processo educacional nessa modalidade, promovendo maior eficiência e personalização do ensino. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, baseada em autores e estudos recentes da área, permitindo uma análise crítica sobre o uso da tecnologia no contexto educacional. Entre os benefícios identificados, destacam-se a personalização do aprendizado, o acompanhamento em tempo real do desempenho dos estudantes, a automação de tarefas repetitivas e o apoio de tutores virtuais. Por outro lado, o estudo aponta desvantagens como a possível desvalorização do papel do professor, riscos à privacidade de dados, exclusão digital e desafios éticos na tomada de decisões automatizadas. Conclui-se que, embora a IA represente uma ferramenta inovadora e potente para os cursos a distância, sua implementação requer cautela, infraestrutura adequada, capacitação de profissionais e regulamentação que assegure a equidade e a responsabilidade no uso dessas tecnologias.

*Palavras-chave: Inteligência Artificial. Educação a Distância. Educação. Ensino.*

## ABSTRACT

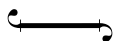


The article explores the impact of Artificial Intelligence (AI) on Distance Education, focusing on the advantages, disadvantages, and challenges of its application. The main objective is to analyze how AI can be used to optimize the educational process in this modality, promoting greater efficiency and personalization of teaching. The methodology adopted was bibliographic research, based on recent authors and studies in the field, allowing for a critical analysis of the use of technology in the educational context. Among the identified benefits are personalized learning, real-time monitoring of student performance, automation of repetitive tasks, and support from virtual tutors. On the other hand, the study highlights disadvantages such as the potential devaluation of the teacher's role, risks to data privacy, digital exclusion, and ethical challenges in automated decision-making. It is concluded that, although AI represents an innovative and powerful tool for distance learning, its implementation requires caution, adequate infrastructure, professional training, and regulations that ensure equity and responsibility in the use of these technologies.

*Keywords: Artificial Intelligence. Distance Education. Education. Teaching.*

# INTRODUÇÃO

# 1



A rápida evolução tecnológica tem transformado profundamente diversos setores da sociedade, e a educação não é exceção. Nesse cenário, a Educação a Distância (EaD) tem se consolidado como uma alternativa viável e flexível, especialmente em contextos que exigem democratização do acesso ao ensino. Com o avanço da Inteligência Artificial (IA), novas possibilidades surgem para a personalização do aprendizado, otimização da gestão educacional e automatização de processos pedagógicos. A integração da IA aos cursos a distância representa uma mudança significativa na forma como o conhecimento é produzido, transmitido e assimilado, revelando-se um campo fértil para reflexões acadêmicas e práticas.

O tema é relevante não apenas por seu impacto direto no processo de ensino-aprendizagem, mas também pelas implicações sociais, éticas e pedagógicas que envolve. A IA, ao permitir a criação de sistemas inteligentes de tutoria, análise preditiva de desempenho e oferta de conteúdos personalizados, propõe um novo paradigma educacional. No entanto, esse avanço também levanta controvérsias, como o risco de substituição do papel do professor, a desigualdade de acesso às tecnologias, a dependência de dados e os limites éticos da automatização no contexto educacional. Assim, é essencial refletir criticamente sobre os benefícios e os riscos, bem como sobre os desafios que envolvem a implementação dessas tecnologias no ambiente virtual de aprendizagem.

O objetivo deste estudo é analisar as principais vantagens, desvantagens e desafios do uso da IA nos cursos a distância, com base em contribuições teóricas que abordam o impacto das tecnologias inteligentes na educação. A pesquisa adota como linha de pensamento a abordagem crítica e multidisciplinar, considerando as dimensões pedagógica, técnica e ética do uso da IA na EaD. Também

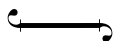
se busca compreender como diferentes autores avaliam os efeitos dessa integração no papel do professor, na aprendizagem do aluno e na organização das instituições de ensino.

A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica, desenvolvida por meio da análise de livros, artigos científicos, documentos oficiais e publicações especializadas na área de educação e tecnologia. A seleção do material baseou-se em critérios de atualidade, relevância e pertinência ao tema proposto, buscando fornecer uma base teórica sólida para a discussão.

Este artigo está estruturado em três seções principais: a primeira apresenta os conceitos fundamentais de Inteligência Artificial e Educação a Distância; a segunda discute as vantagens e desvantagens do uso da IA nesse contexto; e a terceira aborda os principais desafios e considerações éticas relacionados à aplicação dessas tecnologias no ambiente educacional. Ao final, são apresentadas as conclusões, com uma reflexão crítica sobre as perspectivas futuras do uso da IA na EaD.

## CONCEITUANDO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NO ENSINO A DISTÂNCIA

# 2



A Inteligência Artificial (IA) é definida como o ramo da ciência da computação que se dedica à criação de sistemas capazes de simular a inteligência humana, por meio de algoritmos que permitem aprender, raciocinar, tomar decisões e resolver problemas (Russell & Norvig, 2021). No contexto educacional, especialmente na Educação a Distância (EaD), a IA tem sido aplicada com o objetivo de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais eficiente, personalizado e acessível.

Na EaD, a IA pode assumir diferentes funções, como a automação de correções, a recomendação de conteúdos com base no desempenho do estudante e a atuação de agentes tutores virtuais que acompanham a trajetória acadêmica do aluno (Zawacki-Richter et al., 2019). Essas ferramentas possibilitam um ensino mais adaptativo, em que os sistemas são capazes de se ajustar às necessidades individuais dos aprendizes, promovendo uma experiência mais centrada no aluno.

Além disso, a IA contribui para a análise preditiva do comportamento estudantil, permitindo às instituições de ensino identificar padrões que indicam possíveis dificuldades de aprendizagem ou evasão, o que possibilita intervenções mais eficazes e oportunas (Holmes et al., 2019). Nesse sentido, a IA tem o potencial de transformar a prática pedagógica, desde que seja utilizada de forma ética, crítica e responsável.

Contudo, apesar dos avanços, o uso da IA na EaD também traz à tona preocupações relacionadas à privacidade dos dados, à desumanização do processo educacional e à exclusão digital, especialmente entre populações que não têm acesso à infraestrutura tecnológica adequada (Williamson & Eynon, 2020). Tais questões demonstram que a adoção dessas tecnologias exige um olhar atento às implicações sociais, pedagógicas e políticas.

## VANTAGENS



# 3

A aplicação da Inteligência Artificial (IA) na Educação a Distância (EaD) oferece diversas vantagens que impactam positivamente o processo de ensino-aprendizagem. Uma das principais é a personalização do aprendizado, permitindo que os sistemas inteligentes adaptem conteúdos e atividades de acordo com o ritmo, estilo e necessidades de cada aluno. Essa abordagem promove maior engajamento e eficiência na assimilação de conhecimentos (Holmes et al., 2019).

Outra vantagem relevante é a automação de tarefas administrativas e pedagógicas, como a correção de avaliações, o acompanhamento do progresso do aluno e o envio de feedback imediato. Isso otimiza o tempo dos professores e permite uma gestão mais eficiente dos cursos (Zawacki-Richter et al., 2019).

A IA também facilita a análise preditiva do desempenho dos estudantes, identificando comportamentos que possam indicar dificuldades de aprendizagem ou risco de evasão. Essa capacidade de antecipação permite intervenções mais rápidas e eficazes por parte das instituições (Chen et al., 2020).

Além disso, os tutores virtuais e chatbots alimentados por IA proporcionam suporte contínuo, 24 horas por dia, respondendo dúvidas e orientando os alunos durante seu percurso formativo, o que melhora a experiência educacional, especialmente em ambientes de EaD, onde o contato humano pode ser limitado (Luckin et al., 2016).

Essas tecnologias também contribuem para uma maior acessibilidade, ao oferecer recursos como tradução automática, legendas e interfaces adaptativas, ampliando o acesso ao ensino para estudantes com diferentes perfis e necessidades.

## DESVANTAGENS



Embora a Inteligência Artificial (IA) traga inúmeras contribuições para a Educação a Distância (EaD), também apresenta desvantagens e limitações que merecem atenção crítica. Uma das principais preocupações é a redução da interação humana, o que pode comprometer aspectos afetivos e sociais do processo de aprendizagem. A presença de tutores virtuais e sistemas automatizados pode enfraquecer o vínculo entre aluno e professor, essencial para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais (Luckin et al., 2016).

Outro ponto sensível é a privacidade e segurança dos dados dos estudantes. Sistemas baseados em IA frequentemente coletam e processam grandes volumes de informações pessoais, o que levanta questões éticas e legais sobre o uso, armazenamento e compartilhamento desses dados (Williamson & Eynon, 2020).

A desigualdade no acesso às tecnologias também é uma desvantagem relevante. Muitos estudantes não possuem os recursos tecnológicos ou a conectividade necessária para usufruir plenamente das ferramentas baseadas em IA, o que pode acentuar ainda mais as disparidades educacionais existentes (Zawacki-Richter et al., 2019).

Além disso, há o risco de dependência excessiva da tecnologia, que pode levar à desvalorização do papel docente e à padronização do ensino, reduzindo a flexibilidade pedagógica e a criatividade no processo educativo (Holmes et al., 2019). Isso inclui também os possíveis vieses algorítmicos, que podem reproduzir ou até acentuar preconceitos existentes nos dados usados para treinar os sistemas de IA.

Essas desvantagens indicam que a aplicação da IA na EaD deve ser cuidadosamente planejada, com atenção aos aspectos técnicos, pedagógicos e éticos envolvidos.

## DESAFIOS



# 5

A implementação da Inteligência Artificial (IA) na Educação a Distância (EaD) traz consigo diversos desafios que vão além das questões técnicas, envolvendo aspectos pedagógicos, éticos, sociais e institucionais. Um dos principais desafios é a formação e capacitação dos professores para lidar com as novas tecnologias. Muitos docentes ainda não possuem o conhecimento necessário para integrar ferramentas baseadas em IA em suas práticas pedagógicas de forma eficaz (Zawacki-Richter et al., 2019).

Outro desafio significativo é a infraestrutura tecnológica. Para que a IA funcione de maneira eficiente, é necessário um ambiente digital robusto, com conectividade adequada, dispositivos compatíveis e suporte técnico — o que nem todas as instituições ou alunos possuem, agravando a desigualdade educacional (Holmes et al., 2019).

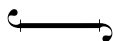
A questão ética também se apresenta como um obstáculo importante. A definição de limites para o uso da IA, a transparência dos algoritmos, a proteção de dados dos usuários e a mitigação de possíveis vieses algorítmicos são temas centrais que ainda carecem de regulamentações claras e práticas responsáveis (Williamson & Eynon, 2020).

Além disso, há o desafio da aceitação e confiança dos usuários. Estudantes e professores podem demonstrar resistência ao uso de sistemas automatizados por temerem a desumanização do processo educacional ou duvidarem da eficácia pedagógica dessas tecnologias (Luckin et al., 2016).

Por fim, destaca-se a necessidade de políticas públicas e estratégias institucionais que orientem a adoção da IA de forma equitativa e planejada, promovendo não apenas a inovação, mas também a inclusão e a justiça educacional (Chen et al., 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

# 6



As discussões apresentadas ao longo deste artigo permitiram alcançar o objetivo proposto: analisar as vantagens, desvantagens e desafios da aplicação da Inteligência Artificial (IA) na Educação a Distância (EaD). Constatou-se que a IA tem potencial significativo para transformar positivamente o processo de ensino-aprendizagem, oferecendo recursos como personalização do conteúdo, automação de tarefas pedagógicas e suporte ao estudante por meio de sistemas inteligentes. No entanto, também foram identificadas limitações importantes, como a redução da interação humana, riscos à privacidade de dados e a ampliação das desigualdades educacionais devido à falta de acesso à tecnologia.

Além disso, observou-se que a adoção da IA na EaD exige enfrentamento de diversos desafios, entre eles a formação adequada de professores, o investimento em infraestrutura tecnológica, a formulação de políticas educacionais e a observância de princípios éticos. Conclui-se, portanto, que o uso da IA na educação não deve ser encarado como solução única ou imediata, mas como um recurso complementar que precisa ser utilizado com planejamento, criticidade e responsabilidade. Recomenda-se, para estudos futuros, a realização de pesquisas empíricas que analisem os impactos reais dessas tecnologias em diferentes contextos educacionais, considerando variáveis sociais, culturais e institucionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



CHEN, L.; CHEN, P.; LIN, Z. Artificial intelligence in education: A review. IEEE Access, v. 8, p. 75264-75278, 2020.

HOLMES, W.; BIALIK, M.; FADEL, C. Artificial Intelligence in Education: Promises and Implications for Teaching and Learning. Center for Curriculum Redesign, 2019.

LUCKIN, R.; HOLMES, W.; GRIFFITHS, M.; FORCIER, L. B. Intelligence Unleashed: An Argument for AI in Education. Pearson Education, 2016.

RUSSELL, S.; NORVIG, P. Artificial Intelligence: A Modern Approach. 4. ed. Pearson, 2021.

WILLIAMSON, B.; EYNON, R. Historical threads, missing links, and future directions in AI in education. Learning, Media and Technology, v. 45, n. 3, p. 223-235, 2020.

ZAWACKI-RICHTER, O. et al. Systematic review of research on artificial intelligence applications in higher education – where are the educators? International Journal of Educational Technology in Higher Education, v. 16, n. 39, p. 1-27, 2019.

CAPÍTULO 12



**PRÁTICAS DE *ESG*  
APLICADAS À  
PRODUÇÃO DE CAFÉ**

**Iris da Silva Araújo**  
Graduada em Ciências Contábeis  
Centro Universitário Maciço de Baturité (UniMB)



## RESUMO



O mercado de café tem passado por transformações significativas nos últimos anos. Observa-se que os consumidores buscam não apenas qualidade sensorial, mas também produtos obtidos por meio de processos éticos, orgânicos e ambientalmente sustentáveis. Diante desse cenário, produtores têm incorporado práticas alinhadas aos princípios ESG (Environmental, Social and Governance), que abrangem dimensões ambientais, sociais e de governança. No âmbito ambiental, destacam-se ações voltadas à preservação dos recursos naturais; no social, iniciativas que promovem melhores condições de trabalho e qualidade de vida; e, na governança, mecanismos que priorizam a transparência e a prestação de contas. As certificações surgem como instrumentos de validação dessas práticas, assegurando aos consumidores a procedência e a conformidade do produto com padrões de sustentabilidade. Este estudo teve como objetivo analisar os benefícios da adoção do ESG na cadeia produtiva do café. Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, baseada em publicações e estudos anteriores sobre o tema. Os resultados indicam que a implementação das práticas ESG e das certificações proporciona benefícios mútuos a produtores e consumidores, embora envolva custos elevados, que demandam investimentos externos ou repasse ao preço final do produto. Conclui-se que a incorporação dos princípios ESG é essencial para a manutenção da competitividade e da relevância do setor cafeeiro no mercado atual.

*Palavras-chave: ESG. Café. Sustentabilidade. Certificações.*

## ABSTRACT

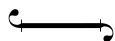


The coffee market has undergone significant transformations in recent years. Consumers now seek not only sensory quality but also products obtained through ethical, organic, and environmentally sustainable processes. In response, producers have incorporated practices aligned with ESG (Environmental, Social and Governance) principles, which encompass environmental, social, and governance dimensions. In the environmental aspect, initiatives focus on the preservation of natural resources; in the social dimension, on improving working conditions and quality of life; and in governance, on mechanisms that emphasize transparency and accountability. Certifications have emerged as instruments for validating these practices, ensuring consumers the origin and compliance of the product with sustainability standards. This study aimed to analyze the benefits of ESG implementation in the coffee production chain. The methodology was based on bibliographic research supported by previously published studies on the topic. The results indicate that the adoption of ESG practices and certifications provides mutual benefits for producers and consumers, although it involves high costs that require external investments or incorporation into the final product price. It is concluded that the integration of ESG principles is essential for maintaining the competitiveness and relevance of the coffee sector in the current market.

*Keywords: ESG. Coffee. Sustainability. Certification.*

# INTRODUÇÃO

# 1



O conceito de ESG (Environmental, Social and Governance – Ambiental, Social e Governança) surgiu em 2004, a partir da publicação *Who Cares Wins*, do Pacto Global em parceria com o Banco Mundial, como uma resposta às crescentes preocupações acerca da sustentabilidade e da resiliência dos mercados financeiros. Desde então, tem ganhado visibilidade no cenário global, especialmente pelo seu papel estratégico em integrar critérios ambientais, sociais e de governança nas decisões empresariais e de investimento. No setor do agronegócio, em especial na produção de café, práticas alinhadas ao ESG têm se consolidado como diferencial competitivo e fator de valorização do produto no mercado internacional.

Apesar do crescente debate sobre sustentabilidade e das certificações voltadas ao café, ainda são escassos os estudos que analisam de forma integrada como os princípios do ESG são aplicados na produção cafeeira e como esses esforços são percebidos e valorizados pelos consumidores finais. A literatura tende a abordar separadamente práticas ambientais ou sociais, mas pouco investiga os benefícios concretos que a adoção do ESG pode trazer à cadeia produtiva do café como um todo, revelando, portanto, uma lacuna relevante de pesquisa.

Embora o ESG venha sendo amplamente discutido no meio corporativo e financeiro, sua aplicação prática na cadeia produtiva do café ainda apresenta desafios significativos. Muitos produtores enfrentam dificuldades de adaptação devido aos custos de implementação, à necessidade de certificações internacionais e à falta de compreensão clara sobre os reais benefícios mercadológicos. Ao mesmo tempo, consumidores e investidores têm demonstrado maior interesse por produtos alinhados a práticas sustentáveis, o que pressiona os produtores a se adequarem. Nesse cenário, surge a questão

central que norteia esta pesquisa: de que forma a implementação do ESG contribui para gerar benefícios concretos na produção de café, tanto na perspectiva produtiva e de mercado quanto na valorização social e ambiental da cadeia?

O objetivo geral desta pesquisa é compreender os benefícios da implementação do ESG na produção de café. Como objetivos específicos, destacam-se: (i) reconhecer as práticas de ESG utilizadas por produtores de café; e (ii) identificar os efeitos da implementação do ESG na produção cafeeira, considerando aspectos de competitividade, valorização do produto e percepção dos consumidores.

A relevância deste estudo está em evidenciar o papel estratégico do ESG na sustentabilidade do setor cafeeiro, uma das principais cadeias produtivas do agronegócio brasileiro. Compreender como essas práticas impactam o produto e a percepção dos consumidores contribui para fortalecer a competitividade dos produtores em mercados internos e externos, além de oferecer subsídios para políticas públicas e certificações mais efetivas. Ao mesmo tempo, a pesquisa busca preencher uma lacuna acadêmica ao relacionar diretamente ESG e produção de café.

Espera-se que este trabalho contribua para a ampliação do conhecimento sobre práticas de ESG no setor cafeeiro, oferecendo referências para produtores, investidores e formuladores de políticas. Além disso, pretende-se fornecer subsídios que auxiliem empresas e cooperativas a alinhar suas estratégias de produção às demandas de sustentabilidade do mercado, ampliando sua resiliência e reputação. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa visa fortalecer o debate sobre ESG aplicado ao agronegócio, gerando novas perspectivas para estudos futuros.

## REFERENCIAL TEÓRICO



# 2

A contabilidade ambiental é um novo ramo da contabilidade tradicional e tem o patrimônio ambiental das empresas como objeto de estudo. Atrelado à essa ciência temos as práticas de ESG que foram publicadas no início do século e revolucionaram o mercado. Um crescente nicho de mercado foi se estruturando e atualmente os consumidores buscam produtos sustentáveis, com certificação e que atendam às exigências do mercado.

O café, como sendo a bebida mais consumida do mundo após a água, também se adaptou às exigências dos consumidores. Hoje, existem várias práticas e certificações que garantem ao mercado a adoção de práticas sustentáveis.

### 2.1 Contabilidade Ambiental

A Contabilidade é uma ciência social que tem por objeto de estudo o patrimônio das empresas. Para Iudícibus e Marion (2000, p. 53) “O objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade.”

No cenário atual, devido às crises climáticas cada vez piores, o tema meio ambiente vem sendo tratado com urgência. Conforme já mencionado por Assis, Braz e Santos (2011), a contabilidade ambiental tem como foco orientar e coordenar os gastos das empresas com base no ambiente, fornecendo as informações necessárias para tomada de decisão da gestão ambiental, pois os danos causados à natureza provavelmente serão irreversíveis para a sociedade.

Conforme Laurindo (2014), Ferreira (2003, p. 103), “A contabilidade Ambiental não é uma nova contabilidade, mas um conjunto

de informações que expõe, em termos econômicos, as ações de uma organização que causam modificações em seu patrimônio.” Assim sendo, a contabilidade ambiental é um ramo especializado da Contabilidade, tendo como objetivo o controle e a gestão do patrimônio ambiental.

Quando a empresa concilia a sustentabilidade com a tomada de decisão institucional, os impactos são percebidos na produtividade, no uso racional de matérias-primas, na redução de custos e na fidelização de um nicho específico de clientes.

Segundo Marion e Costa (2007, p. 29), podemos entender a contabilidade ambiental como a mensuração e registro dos bens, direitos e obrigações geradas pelos impactos causados à natureza. As informações geradas são divulgadas em relatórios ambientais, como balanço social ou a demonstração do valor adicionado, que demonstram o desempenho ambiental e os impactos das atividades sobre o meio ambiente aos principais stakeholders: mercados, sociedade, governo, clientes, concorrência e fornecedores.

Conforme Kraemer (2001, p 76) a contabilidade é um sistema de informação entre a situação financeira, econômica e patrimonial da empresa, tendo em vista que a atenção do mundo está atingida principalmente por questões ambientais, o assunto tomou forma e hoje representa uma grande oportunidade para as empresas, proporcionando conhecimento aos seus diversos usuários e auxiliando na tomada de decisão. O contador deve se atentar a essas informações e participar de forma ativa nas decisões, sugerindo medidas de controle e avaliação e métodos de divulgação adequados à realidade da empresa que está inserido.

Segundo (Antunes, 2000)

*“A contabilidade ambiental [...] tem por objetivo registrar e controlar toda e qualquer atividade desenvolvida ou em desenvolvimento, ocorrida ou a incorrer, não importante se em maior ou menor relevância, desde que, mensurável em moeda, que cause ou possa vir causar qualquer ação destinada a amenizar e/ou extinguir tais danos, devendo ser registrada contabilmente em contas contábeis específicas”.*

Para Barbieri (1998, p. 199): A contabilidade ambiental tem como objetivo instruir o administrador a repensar suas ideias e conceitos e convencê-lo de que através de políticas sustentáveis é possível criar valor para a empresa. Nos últimos anos a contabilidade se aprimorou para atender as novas políticas sustentáveis com o objetivo de fornecer relatórios e informações úteis para a nossa realidade.

Kraemer (2001) a contabilidade tem participação de extrema importância, sendo de sua responsabilidade despertar o interesse para as questões ambientais das corporações, auxiliando-as a se programarem para gestão ambiental não apenas para constar na legislação, mas por uma verdadeira conscientização ecológica. Trazendo consigo o destaque na imagem mercadológica e social, podendo aumentar a competitividade, valorização do mercado externo, reputação com os clientes e até mesmo incentivos do governo, e tudo isso tende ao aumento nas receitas das empresas.

## 2.2 Práticas de **ESG**

Apesar da popularidade do tema atualmente, a ESG não é um conceito novo. Tradicionalmente, as empresas que atuam nos chamados “mercados livres” sustentam-se em duas lógicas institucionais, quais sejam, as baseadas nas normas legais, fundada na obediência à legislação e na regulamentação emanada pelos formuladores de políticas, e as baseadas nas normas de mercado, sedimentada na otimização do lucro e na priorização dos interesses dos acionistas (FRANKEL, 1989). Ao longo dos anos, entretanto, as empresas são pressionadas para obedecer à outras normas, e os stakeholders, como funcionários, comunidades locais, fornecedores e o meio ambiente, foram identificados como estando legitimamente envolvidas na criação do contexto normativo no qual as empresas atuam (FREEMAN, 1984). O Brasil, por exemplo, foi pressionado no sentido de proteger o meio ambiente, sobretudo na polêmica envolvendo os incêndios na região amazônica (FREITAS, 2021)

Diante de um cenário em que se demandavam mudanças de paradigmas, as Nações Unidas, em parceria com mais de vinte instituições

financeiras, elaboraram e publicaram, em 2004, o relatório Who Cares Wins, que desenvolveu diretrizes e recomendações sobre como integrar melhor as questões ambientais, sociais e de governança (ESG) na gestão dos ativos, tendo como foco uma série de recomendações direcionadas a diferentes atores do setor financeiro, que, em conjunto, buscaram abordar a questão central de integrar os direcionadores de valor ESG à pesquisa, à análise e ao investimento do mercado financeiro. Assim, com a “convocação” dos principais atores do mercado financeiro ao movimento do ESG, iniciou-se uma verdadeira explosão de novos fundos sustentáveis, ativos verdes, selos, certificações e agências de rating (classificação) relacionadas às questões ambientais, sociais e de governança.

Dentre os objetivos do encontro global, constavam o desenvolvimento de mercados financeiros mais fortes e resilientes, gerar contribuições para o desenvolvimento sustentável, promover a conscientização e compreensão mútua dos envolvidos e das partes interessadas e discutir alternativa para gerar maior confiança nas instituições financeiras (GLOBAL COMPACT, 2004)

Com o propósito de apoiar a transformação dos negócios e da sociedade para simplificar essa jornada, segundo Archer (2022) é necessário utilizar abordagens mais práticas e inovadoras, integrando temas Ambientais, Sociais e de Governança [ESG] em todas as etapas do negócio.

ESG é uma forma de analisar as dimensões não financeiras das organizações, em um contexto ambiental, social e de governança (Van Duuren et al., 2016). Além disso, ESG permite a criação de diferentes oportunidades de melhoria, o que contribui efetivamente para a redução de custos e é uma forma de nos posicionarmos no mercado de forma diferenciada em relação à concorrência (Koroleva et al., 2020).

De acordo com Daugaard e Ding (2022), quanto maior o nível de maturidade das práticas ESG, maior o desempenho organizacional. Da mesma forma, Chen e Xie (2022), Fatemi e outros (2018) e Yoo e Managi (2021) estabelecem a importância da implementação e implementação eficaz de práticas ESG, pois contribuem para o fortalecimento do valor

de uma organização. Kaplan e Norton (2006) e Smits et al. (2008), quando uma organização quantifica suas informações, utilizando indicadores que reproduzem seus objetivos e metas, ela fornece subsídios para que os gestores identifiquem oportunidades de melhoria, garantindo assim um desempenho favorável.

A alta do movimento ESG começou nos anos 2000, com a percepção sobre os riscos financeiros relacionados à dependência da economia mundial sobre os recursos naturais. A partir de então, compromissos globais foram firmados, como os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 2015; e o Acordo de Paris, em 2016 – principal acordo global para reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa.

Hoje a Agenda ESG é uma realidade e influencia como as empresas geram valor, como os investidores tomam decisões e o modo de vida das pessoas, partindo desses princípios. Os empreendimentos rurais são sensíveis aos impactos da agenda: pois dependem diretamente dos chamados reguladores climáticos como chuva, saúde do solo e clima.

Os principais atores na Agenda ESG são os bancos, os investidores, as empresas, o governo e a própria cadeia de valor. São esses atores que influenciam fornecedores e clientes a tomarem decisões que olhem para o meio ambiente.

## **2.3 Produção de Café no Brasil**

No Brasil, a cafeicultura desempenha um papel fundamental na geração de empregos e no desenvolvimento socioeconômico (Araújo; Silva; Rocha, 2023). Antes de ser cultivado em solos brasileiros, o café já era apreciado em outras regiões. Existem evidências botânicas que sugerem que a planta do café originou-se na Etiópia Central (Ribeiro, 2003). O mesmo chegou em solo brasileiro no século XVIII e tornou-se um produto de exportação brasileira apenas entre os séculos XIX e XX. Atualmente, o país destaca-se na produção de café por ser responsável por cerca de um terço da produção mundial. Além disso, é o maior exportador de café do mundo (Taunay, 2014).

história do café no Brasil remonta ao século XVIII, quando mudas

de café foram trazidas da Guiana Francesa para a região norte do país. O clima brasileiro e o solo propício favoreceram o cultivo e a expansão da cultura cafeeira. No início, o cultivo do café no país era realizado em pequenas propriedades e de forma quase artesanal. No entanto, com o tempo, a bebida se tornou a principal cultura do país e impulsionou o desenvolvimento econômico, além de atrair investimentos e imigrantes para trabalhar nas plantações (Martins, 2014).

As regiões Sul e Sudeste foram as que mais cresceram com a atividade cafeeira, e rapidamente o Brasil passou a liderar o mercado internacional como o maior produtor e exportador da commodity. A expansão da cultura cafeeira no Brasil teve um impacto significativo na economia e na sociedade. Grandes fazendas foram estabelecidas, conhecidas como fazendas de café, e o país experimentou um período de prosperidade econômica chamado de “Era do Café” (Martins, 2014).

O café foi o principal motor para a riqueza e modernização do Brasil, impulsionando a construção de ferrovias e portos para o escoamento do produto, e a construção de cidades ao redor dos vilarejos e sítios produtores de café. No entanto a produção cafeeira no Brasil também enfrentou desafios ao longo dos anos, como crises de superprodução, oscilações nos preços internacionais e problemas relacionados ao trabalho escravo. No entanto, o país conseguiu superar esses desafios e se adaptar às demandas do mercado ao diversificar a produção e investir em inovação tecnológica (Pereira, 2023).

No tocante à importância do café para o Brasil atualmente, destaca-se sua diversidade em aspectos como a economia, a cultura e a identidade nacional. O país é reconhecido mundialmente como o maior produtor e exportador, o que coloca o setor cafeeiro como uma das principais atividades econômicas do país. A produção e exportação contribuem para a balança comercial brasileira ao gerar divisas e impulsionar o crescimento econômico.

A produção de café envolve uma ampla cadeia produtiva, desde o produtor rural, o engenheiro agrônomo, os trabalhadores envolvidos no processo de colheita e pós-colheita, mestres de torra, até chegar nos baristas e nas cafeterias. A atividade gera inúmeros empregos diretos e

indiretos e movimentam a economia das regiões produtoras (Araújo; Silva; Rocha, 2023). A cafeicultura impulsiona o desenvolvimento rural, estimula a adoção de tecnologias agrícolas avançadas e promove a sustentabilidade ambiental, com práticas de manejo que visam à conservação do solo e dos recursos naturais (Lopes et al., 2014).

Dos anos 2000 em diante o mundo do café sofreu uma revolução com a chegada do café especial e de um novo tipo de consumidores: os *coffee lovers*. Os consumidores de café não têm se preocupado apenas com uma boa bebida na xícara, mas têm também exigido ações sociais, ambientais e econômicas por parte dos produtores. Antes de adquirir, o consumidor verifica se o produto atende todas as etapas legais para se chegar ao resultado final, como práticas sustentáveis e preservação do meio ambiente. Diante disso, os produtores se veem obrigados a buscar novos métodos de produção que atendam a esses consumidores, o que faz com que a certificação ganhe cada vez mais espaço (Pires et al., 2017).

### 2.3.1 Certificações na Produção de Café

A certificação surgiu como um meio de atestar as boas práticas sustentáveis, preservação ambiental, boas condições de trabalho e garantir aos consumidores um produto de qualidade comprovada. Os certificados garantem a qualidade, o que impulsiona a busca cada vez maior da produção de cafés especiais certificados (Pereira, 2014).

Existem várias certificações a nível internacional aplicadas à cultura do café: o sistema Fairtrade, representado pela Fairtrade Labelling Organizations (FLO); o conjunto de certificações orgânicas, a Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica, IFOAM, é o órgão normatizador; o sistema Rainforest Alliance (RAS), a Rede de Agricultura Sustentável é o órgão normatizador; o sistema UTZ Certified, em que a normatizadora é a UTZ Kapeh e, por fim; o Bird Friendly, normatizada pelo instituto de pesquisa The Smithsonian Migratory Bird Center (Melo et al., 2017).

- Fairtrade: Tem por objetivo melhorar a posição dos pequenos agricultores e garantir preços mínimos para compra quando os merca-

dos estiverem em baixa. Busca promover relações de longo prazo entre os importadores e as cooperativas de agricultores. Tem foco no desenvolvimento dos produtores e na redução da pobreza.

- Organic: Busca desenvolver padrões para a agricultura orgânica e facilitar a sua adoção. E almeja unir o movimento orgânico em todo o mundo.

- Rainforest Alliance: Almeja a sustentabilidade e melhorar o meio ambiente e as condições sociais em agricultura tropical, com foco na biodiversidade.

- UTZ: Possui normas sociais, ambientais e econômicas. Busca alcançar as cadeias de fornecimento sustentáveis e encontrar as necessidades dos agricultores, da indústria e dos consumidores. Visa criar transparência ao longo da cadeia de suprimento e recompensar os produtores de café responsáveis.

- Bird Friendly: Tem como objetivo fornecer um habitat agradável como a floresta para aves com o plantio de café embaixo de árvores. Cafés com certificação Bird Friendly são cultivados organicamente. Foca em preservar o habitat de pássaros migratórios.

A certificação é peça fundamental para garantir e promover práticas sustentáveis e orgânicas, boas condições de trabalho para toda a cadeia produtiva do café e manter a competitividade do mercado. Os impactos da certificação vão além do aspecto econômico, pois abrange questões sociais e trabalhistas que são de extrema importância para o bem-estar dos agricultores. Diversos estudos demonstram que a certificação está diretamente ligada a avanços significativos nesse aspecto (Corrêa, 2016).

Outro grande impacto da implementação das certificações é no âmbito social, pois tem efeito direto na remuneração dos trabalhadores rurais, pois exige salários justos, cumprimento das leis trabalhistas e garantia de renda digna dos pequenos produtores e suas famílias. Além disso, há a proibição do trabalho infantil e a redução da carga horária diária de trabalho. Os padrões de certificação estabelecem diretrizes claras para as condições de trabalho ao incluir segurança no trabalho, acesso a

equipamentos de proteção individual e ambientes saudáveis. Isso contribui para criar um ambiente de trabalho seguro e reduz os riscos de acidentes e doenças ocupacionais (Saes; Spers, 2011).

A certificação também traz incentivos à educação, com capacitações e o desenvolvimento profissional dos produtores, oferecendo acesso à treinamentos e programas de carreira. Isso melhora as habilidades e conhecimentos agrícolas e fortalece a capacidade de negociação e gerenciamento das atividades no campo. Dessa forma, os produtores certificados podem melhorar sua eficiência, produtividade e competitividade no mercado (Pimenta et al., 2012).

A valorização do trabalho é um enfoque bastante apreciado ao se adotar a certificação. O mercado reconhece o esforço e o trabalho árduo dos produtores em adotar práticas sustentáveis e de qualidade em sua produção. Isso é perceptível na obtenção de preços mais justos pelo café certificado, que estimula o produtor a continuar investindo e melhorando seu produto.

A certificação do café traz consigo uma série de benefícios econômicos para os produtores, como o atestado de qualidade do produto, facilidade de acesso a mercados internacionais, preços maiores, sustentabilidade ambiental, melhores condições de trabalho, desenvolvimento comunitário e reconhecimento da marca (Oliveira, 2024). Um dos principais benefícios é o acesso a mercados internacionais mais exigentes, onde os compradores estrangeiros exigem a certificação, o que abre portas para a exportação e amplia as oportunidades de negócios.

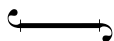
O mercado de cafés especiais tende a pagar mais e melhor por produtos certificados e de qualidade comprovada, o que gera para o produtor uma fonte de renda mais lucrativa e estável. O café certificado é valorizado no mercado e atrai consumidores dispostos a pagar mais por uma bebida superior em sabor, aroma e características sensoriais (ICO, 2014).

De acordo com a Organização Internacional do Café (2014), outro benefício econômico da certificação está relacionado à diferenciação de mercado. Os produtos certificados possuem selo ou etiqueta distintiva que comprova sua origem e a adoção de práticas sustentáveis.

A saúde pessoal também é um fator importante na preferência pelo café orgânico. Sem a utilização de agrotóxicos, fertilizantes químicos ou organismos geneticamente modificados, proporciona uma bebida mais segura e saudável para os consumidores. Isso é especialmente relevante para aqueles que são sensíveis a produtos químicos ou tem preocupações com alergias alimentares.

Com a certificação, as fazendas de café também atraem turistas interessados em conhecer o processo produtivo do café, dessa forma, impulsiona o turismo rural que pode ser outra fonte de renda para os pequenos produtores. Os produtores podem oferecer experiências de visitação às suas propriedades, como visitas guiadas, degustações e atividades relacionadas à produção de café (Prado, 2014).

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS



# 3

Com relação à metodologia utilizada, este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica. As fontes bibliográficas foram obtidas por meio de buscas no Google Acadêmico e no site Scielo, tendo os seguintes descritores: ESG, Contabilidade Ambiental, Café, Sustentabilidade e Certificações. Como critérios de exclusão adotou-se estudos que não atendiam ao objetivo da pesquisa, trabalhos incompletos e de acesso restrito. Para não tornar a pesquisa obsoleta, buscou-se trabalhos e autores relevantes para o meio abordado.

Em suma, a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54). A principal vantagem é permitir ao pesquisador uma cobertura mais ampla do que se fosse pesquisar diretamente em campo.

O presente estudo teve abordagem descritiva. Esse tipo de pesquisa procura conhecer a realidade estudada, suas características e seus problemas. Segundo Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

A pesquisa de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. Segundo Gil (2002), o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos.

A escolha da pesquisa bibliográfica e com enfoque qualitativo se fundamenta pela necessidade de explorar dados e informações já existentes sobre o tema, analisar tendências e identificar os principais benefícios da implementação de práticas de ESG na produção de café para produtores e consumidores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO



As práticas de ESG atreladas a produção de café são de extrema relevância para o mercado atual, tanto no aspecto de produção sustentável quanto na consolidação e fidelização de um novo nicho de mercado. Inúmeros resultados são percebidos por produtores como por exemplo o aumento da renda da propriedade, a melhoria da qualidade de vida e o acesso a novos mercados. Também são associadas aos benefícios para consumidores, como a garantia da qualidade do café, a contribuição para a sustentabilidade e a rastreabilidade do produto.

As certificações do café surgem com a necessidade de atender as exigências do mercado e dos consumidores, que estão cada vez mais preocupados com a saúde e qualidade de vida. Para atender essas exigências, as certificações estabelecem um conjunto de práticas que visam garantir sustentabilidade social, ambiental e econômica (Carvalho, 2021).

O ESG está cada vez mais em evidência, não só pelos atores do mercado financeiro, mas também está sendo impulsionado pela sociedade (comunidades, cadeia de valor e consumidores). O ESG traz diversas vantagens para os empreendimentos rurais, como a melhoria no desempenho financeiro, o aumento da confiança dos investidores, inclusive os bancos, a fidelização do consumidor, fortalecimento da imagem positiva da empresa, ampliação da retenção e satisfação dos funcionários, redução dos custos e desperdício, asseguração da transparência, diminuição ou supressão dos riscos nas atividades.

Em relação aos aspectos ambientais, as certificações consideram o uso controlado, ou até mesmo o não uso de agroquímicos, conservação da biodiversidade, redução da emissão de carbono, conservação do solo, proteção das fontes de água e vegetação, tra-

tamento de embalagens químicas (Carvalho, 2021). Já em relação aos aspectos sociais, os processos de certificação impulsionam a melhoria das condições de vida dos produtores, proteção dos direitos dos trabalhadores, promoção da equidade de gênero, formalização das relações de trabalho e do atendimento a legislação como uso de EPIs e registro na carteira de trabalho (Souza, 2020). Os aspectos econômicos benéficos presentes na certificação da produção cafeeira envolvem a garantia de preços justos e o acesso a novos mercados (Aguilar, 2019).

Durante a pesquisa foram destacadas algumas certificações adotadas na produção de café, como Fairtrade (comércio justo), cafés orgânicos, Rainforest Alliance, UTZ Kapeh, Bird Friendly, cada uma delas com seus objetivos e abrangências específicas. Os impactos positivos não são poucos, destacando-se as três esferas do ESG: no pilar ambiental há a preocupação com a diminuição da emissão dos gases do efeito estufa, conservação e uso sustentável da biodiversidade, uso consciente da água, gestão de resíduos e economia circular; no pilar social há a promoção de políticas acerca da diversidade, da equidade, do pertencimento e da inclusão, respeito aos direitos humanos, desenvolvimento de relações e práticas de trabalho mais saudáveis. Por fim, no pilar da governança são adotadas práticas de compliance, anticorrupção, combate à concorrência desleal (antitruste), transparência na prestação de contas e elaboração de relatórios de sustentabilidade.

No entanto, as práticas tradicionais de cultivo ainda são as mais rentáveis para os produtores, já que elas geram mais renda imediata para os agricultores isso significa que, para que pequenos produtores adotem práticas sustentáveis, precisarão de apoio financeiro de organizações sem fins lucrativos, governos e bancos de desenvolvimento, e os consumidores terão de pagar mais para garantir que sua xícara seja sustentável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

# 5



A pesquisa teve como objetivo compreender os benefícios da implementação do ESG na produção de café. Assim, constatou-se que os produtores obtêm vantagens com relação a preços justos, acesso a mercados internacionais, acesso a linha de crédito, melhoria na qualidade de vida e melhora no desempenho financeiro. Os consumidores também são beneficiados no que diz respeito ao consumo de produtos de qualidade, que não vão causar danos a saúde e que foram produzidos de maneira justa em toda a cadeia produtiva.

Ao realizar o estudo, identificou-se a necessidade e urgência da implementação de práticas sustentáveis na produção cafeeira. Frente à mudanças climáticas cada vez piores, a atual forma de cultivo a comercialização do produto está em risco. Diante desse cenário surgiram as certificações como forma de garantir aos stakeholders a adoção de práticas sustentáveis na produção cafeeira.

No entanto, como forma de subsidiar os selos, os produtores precisam incorporar os custos de manutenção da certificação ao valor do produto, sendo este, o ponto crítico que necessita ser considerado.

O café é um dos pilares da economia brasileira desde os primórdios da sua implementação no país, no século XVIII, e hoje, mesmo depois de três séculos, ainda é um dos produtos mais produzidos no Brasil. Para manter-se relevante no mercado, os produtores precisam seguir as práticas de ESG, dessa forma o café pode contribuir para um futuro mais justo e sustentável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



AGUIAR, B. H. Fairtrade e Capital Social: influências exógenas e suas contribuições para o desenvolvimento dos cafeicultores da Cooperativa “Dos Costas” na Região de Boa Esperança – MG. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2019.

ANTUNES, C. do C. Sociedades Sustentáveis: A responsabilidade da Contabilidade. Revista Mineira de Contabilidade, v. 1, n. 2, p. 28-31, 2016.

ARAÚJO, M. dos R. P.; DA SILVA, P. L.; DA ROCHA, A. P. S. Cafeicultura: evolução do café no Brasil, Minas Gerais e no município de João Pinheiro – MG. Revista Contemporânea, v. 3, n. 11, p. 21683-21706, 2023.

ARCHER, M. A ética do ESG: finanças sustentáveis e a emergência do mercado como sujeito ético. Focaal, n. 93, p. 18-31, 2022.

ASSIS, P. R. P. de; BRAZ, E. M. Q.; SANTOS, C. L. dos. Contabilidade ambiental. Revista Ceciliana, v. 3, n. 1, p. 13-16, 2011.

BAGGIERI, M.; KOROLEVA, E.; NALWANGA, S. Desempenho empresarial: fatores ambientais, sociais e de governança são importantes? International Journal of Technology, v. 11, n. 8, p. 1468-1477, 2020.

BARBIERI, J.C. Competitividade internacional e normalização ambiental. Revista de Administração Pública, v. 32, n. 1, p. 23-40, 1998.

CARVALHO, A. T. Práticas sustentáveis e o impacto no desempenho de pequenas propriedades cafeeiras. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

CHEN, Z.; XIE, G. Divulgação ESG e desempenho financeiro: papel moderador dos investidores ESG. International Review of Financial Analysis, v. 83, p. 102291, 2022.

CORRÊA, A. P. A percepção do consumidor da diferenciação entre o café tradicional e o especial. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão do Agronegócio) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2016.

DAUGAARD, D.; DING, A. Fatores globais para o desempenho ESG: o conjunto de conhecimentos. Sustentabilidade, v. 14, n. 4, p. 2322, 2022. FATEMI, A.; GLAUM, M.; KAISER, S. Desempenho ESG e valor da empresa: o papel moderador da divulgação. Global Finance Journal, v.

38, p. 45-64, 2018.

FERREIRA, A. C. de S. Contabilidade ambiental: Uma informação para o desenvolvimento sustentável. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FRANKEL, T. Fiduciary law in the twenty-first century. *Boston University Law Review*, v. 91, p. 1289-1299, 1989.

FREEMAN, R. E. Gestão estratégica: uma teoria das partes interessadas. *Journal of Management Studies*, v. 39, n. 1, p. 1-21, 1984.

FREITAS, V. P. Reflexos da ESG nas atividades da advocacia empresarial e ambiental. *Consultor Jurídico*, 21 fev. 2021.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION (ICO). Comércio cafeeiro mundial (1963-2013): uma análise dos mercados, desafios e oportunidades para o setor (World coffee trade (1963-2013): a review of the markets, challenges and opportunities facing the sector). São Paulo, 2014.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. Introdução à teoria da contabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. Alinhamento: usando o balanced scorecard para criar sinergias corporativas. Boston: Harvard Business Press, 2006.

KRAEMER, M. E. P. Contabilidade ambiental: o passaporte para a competitividade. *Revista CRC Santa Catarina*, v. 1, n. 1, p. 25-40, dez. 2001.

LOPES, P. R. et al. Análise das consequências da agricultura convencional e das opções de modelos sustentáveis de produção – agricultura orgânica e agroflorestal. *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, v. 8, n. 1/2, p. 1-38, 2014.

MANAGI, S.; YOO, S. Divulgação ou ação: avaliando o comportamento ESG em relação ao desempenho financeiro. *Finance Research Letters*, v. 44, p. 102108, 2022.

MARION, J. C.; COSTA, R. S. da. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 18, n. 43, p. 20-33, 2007.

MARTINS, A. L. História do café. São Paulo: Contexto, 2014. 320 p.

MELO, M. F. S. de; SOUZA, R. de C.; CAMPOS-SILVA, W. L. de; AMATO-NETO, J. Certificação sustentável para café: revisão sistemática da literatura e lacunas de pesquisa. *Revista Espacios*, v. 38, p. 31-48, 2017.

OLIVEIRA, L. de. Quais os benefícios da certificação. 2024.

PEREIRA, A. A. S. A certificação do café: uma alternativa de política tecnológica para o setor cafeeiro. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

PEREIRA, A. L. F. A relação café e indústria: de meados do século XIX até a crise de 1929. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2023.

PIMENTA, M. L. et al. Sabor e bem-estar: uma relação entre atributos de produto e valores pessoais de consumidores de marcas regionais de café. *Brazilian Business Review – BBR online*, v. 9, n. 3, p. 122-144, 2012.

PIRES, E. do N. et al. Exportação e perspectiva de crescimento do café orgânico no Brasil e no mercado internacional. In: ENCONTRO CIENTÍFICO DE GESTÃO PORTUÁRIA, 1., 2017, Santos. Anais... Santos: FATEC BS, 2017.

PLANTINGA, A.; SCHOLTENS, B.; VAN DUUREN, E. Integração ESG e o processo de gestão de investimentos: investimento fundamental reinventado. *Journal of Business Ethics*, v. 138, p. 525-533, 2016.

PRADO, A. S. Boas práticas agrícolas e certificação na cafeicultura. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2014.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RIBEIRO, S. I. Agronegócio do café no Pará. In: COSTA, N. de L.; ESPINOZA, W.; SOUZA, F. de F. (org.). Anais do Seminário Internacional do Café na Amazônia. Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2003. p. 50-60.

SAES, M. S. M.; SPERS, E. E. Percepção do consumidor sobre os atributos de diferenciação no segmento rural: café no mercado interno. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 8, n. 3, p. 1-14, 2011.

SOUZA, L. M. Programa Certifica Minas Café: caracterização e desempenho. Tese (Doutorado em Fitotecnia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2020.

TAUNAY, A. d'ESC. Pequena história do café no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. The Ten Principles of the UN Global Compact. Geneva: UN Global Compact, 15 mai 2006.



Todos os direitos desta edição reservados para: Editora Maciço.



# PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS

**VOLUME 3**

